

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS



PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOL. I

AGOSTO, 1944

N.º 2

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, órgão dos estudos e pesquisas do Ministério da Educação, publica-se sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e tem por fim expor e discutir questões gerais da pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira. Para isso aspira a congregar os estudiosos dos fatos educacionais no país, e a refletir o pensamento de seu magistério. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS publica artigos de colaboração, sempre solicitada; registra, cada mês, resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério e dos Departamentos Estaduais de Educação; mantém seção bibliográfica, dedicada aos estudos pedagógicos nacionais e estrangeiros. Tanto quanto possa, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deseja contribuir para a renovação científica do trabalho educativo e para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação.

DIRETOR: Professor Lowrenço Filho, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. COMISSÃO DE REDAÇÃO: Dr. Abgar Renault, Diretor do Departamento Nacional de Educação; Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde; Professor Armando Hildebrand, chefe de seção técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Dr. Alvaro Neiva, técnico do mesmo Instituto.

Toda correspondência relativa à REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deverá ser endereçada ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Caixa postal n.º 1.669, Rio de Janeiro, Brasil.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E SAÚDE
17-11-44
Instituto Nacional
Estudos Pedagógicos

CIBEC - PERIÓDICO
N.º P000 14 77
ORIGEM 34407
DATA ___/___/___

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. I

Agosto, 1944

N.º 2

cat. col. 414

SUMÁRIO

	PÁGS.
Editorial	163
<i>Idéias e debates:</i>	
A. CARNEIRO LEÃO, A educação para o após-guerra	165
PADRE LEONEL FRANCA, S. J., As universidades e a defesa da civilização ocidental	181
EMÍLIO PLANCHARD, Aspectos atuais da psicologia e pedagogia do trabalho	189
M. MARQUES DE CARVALHO, Aspectos do ensino numa universidade norte- americana	203
ELISA DIAS VELLOSO, A apresentação das questões nas provas de nível mental	213
<i>Orientação pedagógica:</i>	
LOURENÇO FILHO, Modalidades de educação geral	219
<i>Documentação:</i>	
I Conferência de Ministros e Diretores de Educação	226
Bibliografia pedagógica brasileira (1901-1930)	281
<i>Vida educacional:</i>	
A educação brasileira no mês de maio	304
Informação dos Estados	315
Informação do estrangeiro	316
BIBLIOGRAFIA: <i>Helóisa Marinho</i> , A linguagem no pré-escolar; <i>Juan Mantovani</i> , La educación y sus tres problemas; <i>Julio Pretto</i> , El desarrollo somatométrico de los escolares en Lima; Leis do ensino primário	320

ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS: *Fr. Sebastião Tauzin*, Universidade, escola de mestres; *Walter Barioni*, Aperfeiçoamento de professores primários; *Evasão escolar*; *A tuberculose e o estudante*; *Instrução e trabalho*; *Everardo Backheuser*; *A campanha do livro no Brasil*; *O analfabetismo, calamidade pública* 324

Atos oficiais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Decreto-lei n.º 6.660, de 5-7-944; Decreto-lei n.º 6.679, de 13-7-944; Decreto-lei n.º 15.989, de 22-6-944; Decreto-lei n.º 11.299, de 13-1-943 333

A I CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE
EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Congressos para a solução de problemas políticos, e reuniões votadas ao estudo das ciências, das artes e da técnica, tornaram-se prática habitual entre as nações. Nunca, porém, antes da I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, celebrada no Panamá, em 1943, havia o mundo assistido a uma assembléia de administradores e técnicos de educação de todo um continente, para a discussão dos problemas de organização geral da cultura, melhor entendimento e auxílio mútuo na obra da preparação das novas gerações. Ocorria êsse memorável fato estando, como está, o mundo em guerra, agitado pela mais cruenta e terrível luta que a história já registrou, e da qual a América, ela própria, participa. Ainda que resultados práticos não adviessem da reunião, certo é que o seu valor simbólico por si só a justificaria. Demonstrava, antes de tudo, que as Nações Americanas, fiéis aos princípios de fraternidade continental, muito embora em face de iminente conflito, animavam-se a congregar seus representantes para discutir e assentar tarefas da paz, "as mais belas tarefas da paz, que são as da educação e da cultura". O lugar escolhido para a reunião fazia crescer essa força simbólica. A solene convocação partira do Governo do Panamá, e, naquele istmo, que já a concepção genial de Bolívar havia marcado para sede dos entendimentos do Continente — "o istmo que convida a unir" — haveriam de ressoar as vozes pela concórdia do mundo, e haveriam de aquecer-se os corações no desejo de que, a todos os homens da América, sejam oferecidas iguais oportunidades para a utilização dos mais altos resultados da experiência humana, dos bens da civilização e da cultura. Congregando especialistas de todos os países, seria a Conferência uma afirmação de confiança nos destinos dos povos americanos, animados do desejo de trabalho e de paz. Porque "a paz, fundamento do progresso — proclamou, ao instalar-se a histórica assembléia, o Presidente da República Panamenha — descansa sobre a edu-

cação ; porque o espírito de inquérito, a análise ponderada e o debate respeitoso, só possíveis pela educação do povo, costumam desalojar os argumentos da força, onde quer que tenham tomado o lugar daqueles princípios, que dão forma e vigor à consciência democrática". O Presidente La Guardia evocava o pensamento de outro ilustre estadista de sua terra, para afirmar que "não há mal que a paz não cure, nem agravo que, na ordem, não possa encontrar reparação"; e nesse conceito encontrava preságio otimista ao trabalho que ali se encetava para a procura das mais eficientes formas de educação das novas gerações, destinadas, por certo, a viver num mundo melhor e em paz permanente e digna. Mas, por maior que tenha sido esse valor simbólico, os trabalhos da Conferência deveriam evidenciar, desde logo, grande alcance prático, não só pelo conhecimento pessoal que estabelecia entre numerosos trabalhadores da educação na América, mas também pelas providências de ordem concreta que ali se assentavam. Pelo texto da ata final dos trabalhos da Conferência, que REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS publica, no presente número, será dado aquilatar da oportunidade e da relevância das resoluções, recomendações, acordos e convenções, aí firmadas, ou encaminhadas para ulteriores estudos e ajustes. O exame desse notável documento interessa sobretudo aos educadores brasileiros. De uma parte, consagra êle os melhores sentimentos de amizade de uma para com as outras Nações Americanas, sentimentos êsses que na alma brasileira encontram aprofundadas raízes históricas, e que, por isso mesmo, estão presentes, de forma muito natural, no labor de nossas escolas e centros de elaboração da cultura. De outra parte, será sempre grato ao coração dos educadores de nosso país verificar que numerosas resoluções da Conferência em tudo coincidem com o já estabelecido em muitas de nossas leis de ensino, e com as tendências de renovação que inspiram e animam o trabalho da maioria de nossos mestres. O fato de haver a assembléia escolhido para sede da II Conferência a cidade do Rio de Janeiro representa alto incentivo a todos quantos aqui se empenham na reconstrução educacional, e, ainda, homenagem aos sentimentos de compreensão americana, sempre demonstrados pelo nosso país. Na verdade, os delegados das demais Nações Americanas podiam assentar nessa escolha, certos de que a nova reunião poderá prolongar, na capital brasileira, o mesmo ambiente de entendimento, e o mesmo esforço tendente a estabelecer um elevado "sentido americano de educação".

A EDUCAÇÃO PARA O APÓS-GUERRA (*)

A. CARNEIRO LEÃO

Da Universidade do Brasil

INTRODUÇÃO

Contava-nos Anatole France, com aquêlo pitoresco tão seu, o assombro de um ilustre oriental, em Paris, ao verificar que os grandes homens franceses não possuíam o amor da profecia, acrescentando: quanto não ganharia Monsieur X, se fôsse profeta?

Não está na mentalidade ocidental, em nossa mentalidade, nem mesmo quando falamos da tribuna de prestigiosas instituições como o P.E.N. Clube do Brasil, sob a presidência solícita e entusiástica de Cláudio de Sousa, e em um curso, estimulado pelo ardor, tantas vezes temerário, de Hermes Lima, profetizar, ler no futuro. Que ousadia aventurar, no mundo atual, de mutabilidade estonteante, um presságio, um acontecimento a vir!

Em educação não há milagres. O guia mais seguro nesses domínios, a visão mais acertada é aquela que, dentro das contingências humanas, analisando o passado, encarando o presente e auscultando as aspirações para o futuro, procurando escudar-se na psicologia e na sociologia, tão ignoradas da maioria dos letrados e, sobretudo, dos chamados estadistas, busca compreender as razões do naufrágio da paz e do equilíbrio e ver claro, no emaranhado e na confusão criada pelos homens de má fé, pela meia ciência, tão pretensiosa quanto nefasta, pela teimosia dos fanáticos, pela ambição dos tarados, pela candura das massas e pela displicência ou incompreensão de todos ou de quase todos nós.

E' mister lembrar que do nada nada se tira e a geração espontânea é um credo irremediavelmente desmoralizado. A sociedade, a nação, o mundo são agregados humanos em ação e reação contínuas, na preo-

(*) Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras, na série promovida pelo P.E.N. CLUB DO BRASIL para estudo de problemas relativos à organização do mundo no "após guerra".

cupação de se realizarem da maneira mais profícua ao bem de cada qual e ao bem de todos. Não precisamos de mais para concluirmos que há-de ser no entendimento, a um tempo na conduta das partes e do conjunto, que residirá o equilíbrio tantas vêzes almejado.

E' ingenuidade supor podermos voltar ao individualismo do Século XVIII, da "Declaração da Independência Americana", dos "Direitos do homem" da "Revolução Francesa", mas não é menos exato também constituir uma ilusão que as prerrogativas do povo, as exigências dia a dia maiores da associação, os reclamos legítimos do grupo imponham uma mentalidade grupal, uma conduta *panúrgica*, um predomínio do poderio do Estado como superestrutura, pairando acima dos interesses dos indivíduos e dos desígnios voluntários das coletividades, construída pela vontade inteligente e consentida de todos. E' um dar e receber do indivíduo e do Estado, no qual egoísmos pessoais não medrarão em frente à consciência coletiva desperta e atenta, como o arbítrio de uma força alheia e acima dos indivíduos não se agüentará diante da opinião pública e da convicção viva dos *socii*, côncios de que a finalidade do grupo, o objetivo do estado não é a exploração do homem, a realização de uma entidade alheia ao bem estar dos cidadãos senão, ao contrário, a felicidade de todos, em geral, e de cada qual em particular. E' o bem estar do indivíduo como criatura humana, como unidade do todo, inexequível sem um sadio e feliz ambiente social, resultante do bem estar do conjunto, justamente pela expansão da qualidade do indivíduo, de sua coparticipação voluntária e alerta na obra coletiva.

EDUCAÇÃO E ESPÍRITO PÚBLICO

A educação tem de formar a consciência de que o bom cidadão não é o crítico displicente, o deblaterador comodista dos homens públicos, o difamador das instituições, dos empreendimentos, senão aquêle que, de um modo ou de outro participa, em atitude de construção, das lutas políticas, da elaboração dos programas, da realização das empresas, possui convicção bem fundada, tem a firme determinação de exercer em seu setor a influência possível, por meios honestos, na opinião pública. Qual a autoridade do homem que, não tentando reagir de maneira serena e positiva para a construção nacional, se permite apreciações depreciativas e condenações sem apêlo à ação dos que trabalham e atuam no bom ou no mau sentido?

Compreende-se a estranheza de Somerset Maugham quando, ouvindo seus amigos na França lamentarem a corrupção na política de seu país e perguntando-lhes porque êles próprios não se apresentavam candidatos a uma função pública, recebia a resposta de que o negócio era tão sujo que dêle não poderiam esperar coisa alguma.

Parece difícil esperar um govêrno honesto quando os honestos se abstêm.

A tarefa é da educação. Nisso, nazistas, fascistas e marxistas foram muito mais atilados. Perceberam o poder da educação como força condutora dos povos no bom ou no mau caminho, e trataram de formar a juventude, dentro de seus princípios, até a terem reduzido a instrumento de suas finalidades. E se triunfaram educando para a subordinação cega, o ideal da imolação a uma grandeza nacional imaginária, esteiada num pedestal argamassado com o sangue de raças, de classes e de povos inteiros, não mais é lícito descrever das possibilidades quando o objetivo é dar mais liberdade, expansão maior, compreensão mais perfeita, entre indivíduos, grupos e nações. Ao contrário, cremos, com Jefferson, que êsse é "o regime em que todos os homens ao apêlo das leis atuariam rapidamente e, de acôrdo com a expectativa geral, iriam ao encontro dos inimigos da ordem pública, como se se tratasse de um assunto puramente pessoal". E acrescentamos: ordem social e nacional, como internacional. A atualidade e a lição das nações anglo-saxônias dão a prova dos nove ao postulado *jeffersoniano* das democracias autênticas.

Não acreditamos difícil calcular a dificuldade da tarefa. Não parece impossível compreender ser muito mais fácil moldar uma sociedade sob a ação do pânico, pelos princípios predeterminados de uma filosofia da força, inspirada na obediência cega, no primarismo de certas concepções de autoridade e de submissão, sobretudo em povos inteiramente alheios à prática da liberdade, do que educar para a democracia, incentivando a diversidade, estimulando a independência, a livre crítica, a autonomia do pensamento e da ação. Enquanto uma dispõe de um campo uniforme, de mentalidades identificadas pelo mesmo objetivo de antemão impôsto, usando da violência com os discrepantes ousados, a outra encontra diante de si uma infinidade de orientações, de vontades, de expressões, de caracteres, conscientes de seus direitos e prontos a proclamá-los e defendê-los. O problema não é aqui amortecer a consciência individual, mas inspirar, revigorar e dar predominância aos interesses da comunidade, estabelecer a certeza de que o valor da liberdade de expressão, da liberdade de pensamento e da liberdade de agir, consiste

justamente em poder usá-las no interesse de todos, em poder dirigi-las na criação de uma sociedade una e inteira. Encontra-se de fato na unidade e na harmonia do todo o maior bem estar de todos nós, individualmente. Não sabemos de iniquidade maior do que construir a ventura de alguns ao preço da desgraça de muitos.

Daí a importância da educação para a democracia. Os totalitários podem contentar-se com o adestramento. Seus processos de persuasão são mais drásticos no tratamento com os homens do que os aplicados pelos comedores às feras mais bravias.

O fanatismo dominando, a ação de determinados princípios agindo sobre o indivíduo desde o despertar da consciência, enbebida em mentiras, falsidades geográficas, históricas, antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, e continuando sua atuação nefasta pelos anos em fora, todos os dias, completa com desenvoltura e facilidade sua obra.

Na democracia, como regime de vida, em que todos vêm com seus próprios olhos, pensam com seu próprio cérebro, expressam-se com sua própria linguagem, o problema se nos afigura muito mais complicado e mais sério. Sobretudo numa democracia corrigida dos vícios e sonegações que ainda a desdouram pelo mundo em fora.

A DEMOCRACIA EM CRISE

Afirma-se hoje, com insistência intencional, que a democracia está em crise. Convém, porém, não esquecer, ao contrário acentuar, que são precisamente as dificuldades da democracia que oferecem as maiores e melhores oportunidades à educação. E se, até agora, a educação tem incapacitado para a vida política nas democracias, vida política que é a vida coletiva em sua manifestação perene, ou há defeito na política ou há defeito na educação.

A necessidade em nosso caso é que indivíduos e grupos sociais, do mais humilde e mais restrito ao mais rico e mais amplo, vivam, cresçam, interdependentes e harmônicos. Isso só se realizará se o homem respeitar o homem, se o homem dirigir o homem no sentido de seus próprios interesses, aptidões e possibilidades, visando uma existência em comum. Isso só se realizará se os grupos acatarem o *socius*, convencidos de que "o indivíduo não é um meio para fins estranhos, mas um fim em si mesmo", buscando ajudá-lo em seu crescimento e em sua ação, no sentido das possibilidades reais de cada qual e se intercomunicarem de

grupo em grupo com o objetivo exclusivo de coparticipação, de respeito recíproco, de auxílio mútuo, de viver harmonioso, em prol da tranquilidade e da paz internacionais.

A primeira medida é levar os pais, os educadores e o poder público a perderem o *veso patriarcal* de determinarem que os filhos, os alunos, os cidadãos sejam isso ou sejam aquilo, menos o que eles realmente poderão ser, pelas aptidões naturais, pela capacidade limitada e mais ou menos evidente.

Curiosa subversão de tudo, quando os pais predeterminam ao filho, que mal acaba de nascer, a carreira a seguir na vida: o grupo força a criança a um tipo combinado pelo adulto, o estado projeta um cidadão a quem se nega a participação das forças vivas do indivíduo. Não parece então de admirar a mentalidade geradora da concepção — do indivíduo instrumento para a cultura ou o gozo de outro ou de outros; do grupo para instrumento de afirmação, de exploração de outro grupo; do estado instrumento ou, para usar a expressão dos tempos, "espaço vital" de outro Estado!

A educação para o "após-guerra" só pode ser uma educação democrática. E a democracia, como o regime político no qual todos podem ser chamados a todas as posições, exige a mais ampla e a mais completa educação. Ele, mais que qualquer outro regime político, tem de prover as maiores oportunidades para todas as raças, todas as classes e todas as culturas. Daí a urgência de promover uma educação assentada sobre a triplíce base da liberdade, da igualdade e da fraternidade ou, melhor, da justiça entre os homens.

Liberdade e igualdade serão complementares?

Serão antagônicas?

Diante das diferenças individuais, atestadas experimentalmente pela ciência, qual a solução a aconselhar?

A nossa filosofia exige, antes de tudo, no cidadão o desenvolvimento harmonioso de duas qualidades supostas contraditórias: — individualidade e senso social. Para obtê-las nada mais eficaz do que dar a todos os meios de tirar o máximo partido de suas aptidões, de suas possibilidades, facilitando-lhes antes, não só o conhecimento de aptidões e possibilidades, mas o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a aplicação no sentido do bem estar do indivíduo e também do grupo.

Não parece necessário acentuar quanto o progresso da vida social e nacional depende da educação de todo o povo, do aproveitamento inteligente de tôdas as forças sociais, e de tôdas as culturas e habilidades. Mas, igualdade não implica uniformidade, que é ideal de rebanhos e não de grupos humanos livres. Igualdade significa iguais direitos ao desenvolvimento e às regalias a que fazem jus as tendências e as condições reais do indivíduo. Para que todos fôsem conduzidos uniformemente fôra mister fazer os homens em série, reduzi-los a molas da mesma máquina.

O indispensável, entretanto, é que ninguém possa ter aptidões sustadas, comprometidas por privilégios de outros ou por impedimentos econômicos e materiais. A teoria pegando no domínio individual e alargando-se ao ambiente grupal, nacional, internacional, chegamos facilmente à concepção das culturas e das raças eleitas. Não se escudam noutras razões as determinações da nova ordem européia, do papel privilegiado que a si mesma se conferia a Alemanha, a princípio na Europa, e mais tarde em toda a terra e no qual o nórdico germânico predestinado devia encarregar-se das funções superiores da civilização, do governo dos povos, da utilização das inteligências, da ciência aplicada às grandes indústrias, atribuindo às outras raças mais ou menos inferiores e desprezíveis as tarefas simples da agricultura e pequenas indústrias derivadas.

Essa igualdade não escamoteia a realidade, não desconhece a existência de potenciais humanos mais ricos e menos ricos, de diferenças qualitativas e quantitativas ao contrário, busca descobri-las para melhor ampará-las, aproveitá-las ao serviço delas próprias e da coletividade em geral. Aos que a natureza foi pródiga, distribui facilidades para uma expansão à altura das reservas efetivas; aos que a natureza foi avara procura amparar na direção adequada, não como caridade senão como solidariedade numa ação defensiva do grupo pela defesa e aproveitamento do indivíduo.

O problema persiste na descoberta das capacidades de cada qual e de todos para facilitar-lhes a expressão e o desenvolvimento. E, acentuemos, não buscando estabelecer um tipo cerebrino, de valor convencional para b'otolar por êles os tipos humanos, os mais diversos, desvirtuando a maioria, provocando o desperdício de energias e as deformações mais desastrosas, no terreno individual e no terreno social, empobrecendo o grupo, a nação, o mundo, numa visão unilateral das necessidades e solicitações humanas as mais legítimas; não dividindo os indi-

víduos, as comunidades, as nações em dois clans, de antemão mais ou menos predestinados: para as profissões liberais, de preparação uniforme, de culturas elaboradas dentro de moldes rígidos, sem ligação com a realidade nem individual, nem social, nem nacional, nem mundial; outro para as escolas técnico-profissionais, para as profissões manuais e mecânicas, à míngua de cultura geral, a revelia de disposições e tendências adequadas. Ou seja, na linguagem corrente: educação liberal versus educação utilitária.

E' tempo de acabar com êsse dualismo anacrônico, perpetuador de preconceitos de classes e comprometedor da eficiência econômica e social dos povos. O remédio só pode ser encontrado no acesso de todos — ricos e pobres — aos cursos secundários, à segunda educação, despida de pretensão seletora (1) e suficientemente variada para atender às dificuldades individuais e à multiplicidade das solicitações sociais.

EDUCAÇÃO PARA UM MUNDO LIVRE

Não há como elidir o problema no momento se quisermos realmente educar para o mundo democrático que, segundo tôdas as aparências, será o mundo de após-guerra. E não se nos afigura justo pensar em mundo diferente com a vitória das nações unidas, à afirmação dos princípios estereotipados na famosa Carta do Atlântico.

Educar para a liberdade é conduzir a educação respeitando as personalidades, descobrindo-lhes as aptidões, os interesses, a capacidade, realizando o livre desenvolvimento do homem no sentido em que êle se possa expressar mais ampla, mais completa e mais eficazmente a si e à coletividade.

Educar para a igualdade não é dar a todos o direito ou o dever de seguirem a mesma trilha, alistarem-se no *mesmo* tipo de educação, construindo a *mesma* escola para todos, forçando toda a gente à *mesma* cultura. Nenhum constrangimento seria mais tremendo em conseqüências. Não há dois indivíduos rigorosamente iguais. Obrigá-los todos ao *mesmo* tipo de educação mais que um contra-senso seria um crime de lesa humanidade.

A igualdade a que nos referimos, devemos insistir, é do direito de igual oportunidade para todos. Em tal regime a educação leva o indivíduo até onde sua inteligência, suas possibilidades biológicas e sociais o possam conduzir.

(1) Seletora com o significado de privilégio de classe e não de aptidões, capacidades e interesses.

A ninguém, no mundo democrático, se poderá, sob pena de traição à democracia, recusar meios para o aproveitamento até os máximos limites de suas possibilidades, de suas energias, de suas aptidões. Negar a igualdade de oportunidade para todos é negar a liberdade de atender as diferenças individuais e as capacidades sociais com a consequente perda da personalidade de cada indivíduo e imenso prejuízo de economia, de progresso social e espiritual para o bem estar da sociedade. Todavia, a igualdade é de direitos, de desenvolvimento no campo individual e não de qualidades, de predicados, de maneira de ser, o que redundaria em anti-natural e monstruoso. Seria forçar o mundo, se tal política fôsse possível, à uniformidade, à monotonia, ao empobrecimento e à decadência mais lamentável. Imagine-se um mundo em que todos os indivíduos estudassem as mesmas disciplinas, fizessem as mesmas coisas, trilhassem a mesma rota!

A multiplicidade de planos de educação, a flexibilidade de cursos para que os indivíduos diferentes disponham de meios diferentes de formação e aperfeiçoamento e as vocações tardias e os imperativos fatais da vida se reeduem, se redirijam no sentido do melhor aproveitamento individual e social, são verdades proclamadas e aceitas por todos os regimens políticos. Não importa que os objetivos de todos não sejam idênticos, a verdade é que todos descobriram as vantagens no rendimento para o indivíduo como para a sociedade. Se os regimens totalitários se servem dessas vantagens indiscutíveis, negando ao cidadão, individualmente, os direitos à segurança e ao bem estar que eles lhe deveriam proporcionar e as empregos no revigoramento do poder do estado, para maior cerceamento dos movimentos individuais e maior ameaça a outros estados, o fato lastimável não invalida o valor do processo, apenas repudia o sistema político capaz de tamanha contrafação.

Uma sociedade aristocrática, na qual os indivíduos e os grupos se encontram de antemão colocados em lugares predeterminados para sua participação na vida social; um estado totalitário, no qual todos são atrelados à mesma carga, embora em direções diferentes, se há necessidade de descobrir aptidões, de distinguir, não é no interesse do indivíduo do *socius*, mas de, ajustando-o de modo mais perfeito à sua profissão, condicionar-lhe melhor os músculos e a inteligência aos instrumentos de trabalho. Na democracia, porém, cuja finalidade é a construção humana e o rendimento máximo, a preocupação é respeitar as diferenças individuais para que satisfação dos indivíduos redunde na satisfação do grupo. A preocupação, aqui, não é então nem hierarqui-

zar, distinguir para colocar um antes outro depois, um na frente e outro atrás, como na sociedade aristocrática, nem tão pouco descobri-las para exauri-las em holocausto a êsse novo Baal — o Estado Todo Poderoso — mas para permitir a cada qual a expressão máxima e a oportunidade feliz de se expressar livremente, resultando em benefício do grupo que, pela maior eficiência de todos, obterá eficiência e satisfação maiores. A educação do indivíduo deve ser feita na diretriz do grupo, mas a educação não pode esquecer nem anular a personalidade do indivíduo, cuja ventura, enfim, êle próprio se criou.

Não basta todavia êsse entendimento entre o indivíduo e a comunidade, os *socii* e seu grupo, o cidadão e o Estado. Torna-se indispensável, para que o homem seja realmente o arquiteto de sua felicidade e da felicidade social, que os grupos se compreendam e se alienem, que os estados se entendam e se vinculem, trabalhem juntos para a construção de um ambiente mundial, liberto de rivalidades, propício ao conagraçamento de todos.

Cabe ao Brasil, por iniciativa da "Comissão Jurídica Interamericana do Rio de Janeiro", um planejamento, no donânio do pensamento jurídico e político para o mundo de após-guerra, elaborado por um grupo ilustre de homens da América, sob os auspícios e as luzes de Afrânio de Melo Franco e de Charles Fenwick, cuja doutrina e cujos termos nos colocam imediatamente dentro de nosso tema. Ai se abre caninho para a nossa esperança de conquistarmos um aparelhamento capaz de tornar a educação uma das garantias da pacificação dos espíritos, do entendimento internacional pela formação do homem, das coletividades regionais e da comunidade humana, dentro de princípios e de práticas, de respeito mútuo e de coparticipação consentida e orientada pelos superiores interesses internacionais.

Êsse documento que, pela própria lógica das coisas surgiu na América e, dentro dela, no Brasil, — continente e país cujas atitudes, com raras exceções, sempre se mostraram: na esfera nacional, pela tolerância e conagraçamento de credos, de raças e de culturas, e, na internacional, pela coparticipação consentida e construtiva de entendimento generoso e de arbitragem, recomenda a elaboração de uma instituição capaz de animar um espírito suficientemente esclarecido e justo para salvaguardar os interesses dos indivíduos e dos povos, em toda terra.

Para a defesa dos direitos individuais inalienáveis, quando não se choquem com os interesses sociais legítimos, basta anotar: — "o Estado

existe para o bem dos indivíduos que não poderá privá-los dos direitos inerentes à personalidade humana porque tais direitos não lhe foram outorgados por êle”.

Para a construção de um espírito internacional, crescendo ao lado dos direitos nacionais, será bastante assinalar que: “Deverão ser abolidas as falsas teorias de nacionalismo, por meio das quais alguns governos fomentam em seus povos a crença em sua superioridade em relação a outros povos e no direito que proclamam lhes caber de impor sua cultura”.

No intuito de concretizar tais princípios determina: “Todo ato de agressão contra um Estado será considerado como ato de agressão contra todos os membros da Comunidade Internacional”.

E mais: “Os Estados procurarão elevar o padrão de vida de seus nacionais e garantir-lhes um grau de segurança econômica que lhes permita viver com a abundância e a tranquilidade necessárias ao desenvolvimento de sua personalidade e no gozo dos benefícios da liberdade espiritual e material a que todos têm direito — “A realização desses objetivos cabe, em primeiro lugar, a cada um dos Estados, porém, só uma ação internacional paralela tornará possível sua consolidação”.

Para a realização desses intuitos, a declaração a que nos estamos reportando chega à afirmação corajosa de restringir, em defesa de todos, o princípio nevrálgico da soberania dos Estados.

“A soberania do Estado, declara-se aí, deverá entender-se em forma adequada à necessidade suprema de manutenção da paz, da ordem e da justiça entre os Estados. No exercício da soberania o Estado deve reconhecer e acatar o princípio da prioridade da lei moral e os postulados fundamentais de direito internacional dela derivados e para alcançar a unidade moral da Comunidade Internacional e a efetiva colaboração entre seus membros, o exercício da soberania deverá harmonizar-se com a interdependência dos Estados”.

E, afinal: “Os Estados, tendo em vista que o desarmamento moral é um fator importante da paz, *deverão orientar os sistemas educacionais no sentido da compreensão recíproca entre as nações e promover, dentro em seus respectivos territórios, e por todos os meios a seu alcance, os sentimentos de cooperação e de solidariedade internacionais*”.

DEPARTAMENTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO

Não se poderia projetar mais alto nem expressar com mais nitidez e maior humanismo as relações entre os povos para o pós-guerra.

A educação não é apenas um problema moral. Quanto mais ela se realize concretamente, dentro da vida, quanto mais os indivíduos vivam, física, mental e moralmente em comunhão uns com os outros, quando melhor se entendam no planejamento da formação e preparação de seus filhos, tanto mais objetivo e realizável o plano se tornará.

Contudo uma coisa está assente e pelo consenso de uma comissão que reflete o pensamento americano, o sentir de vinte e uma nações: — a organização de um Departamento Internacional para o estudo e o exame contínuo dos problemas da educação e da cultura na sociedade das nações.

A aspiração não é nova. (2) Sem nos reportarmos ao Código Pansófico, no século XVII, nem ao projeto de paz universal do abade Saint-Pierre em 1729 — na qual o venerando sacerdote preconizava uma organização da educação para o conagração dos povos, vamos encontrar nas “*Esquisses et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'éducation comparée*”, publicada em Paris em 1817, (3) um plano no qual Monsieur Marc Antoine Jullien propõe o estabelecimento de uma “Comissão Especial de Educação” para aconselhar um projeto e publicar um modelo capaz de governar aqueles que, desejando informar-se das condições da educação nos diferentes países da Europa, se sentissem inclinados a ajudar o bom entendimento e a boa solução do problema em seu aspecto internacional e humano.

Nesse plano, entre outras providências, propugnava-se pela supressão, no ensino da história, de fatos e glórias nacionais perigosas às boas relações entre os povos. Infelizmente a obra de Fichte, então em pleno florescimento na Alemanha, com o fito de inspirar e desenvolver o orgulho germânico ferido, a consciência da sua missão providencial de ninho de super-homens, não deixava ilusões a respeito da viabilidade de sonhos semelhantes, mesmo se na França, e noutros países do velho Continente, o sentido da cooperação e da solidariedade já encontrasse fundamentos.

Em 1919, passados cem anos, depois de um século e meio de nacionalismo, dia a dia mais isolador, não faltaram desejos e esforços para a fundação de uma agência internacional de educação, uma espécie de

(2) Vide: I. L. Kandel — “International Conciliation”, April 1943 — Carnegie Endowment for International Peace — New York, pág. 371.

(3) Este período posterior à tempestade napoleônica tem hoje para nós alta significação política e moral.

Clearing House para coligir e disseminar informações quanto ao andamento da ação educativa, através do universo. Ainda no boletim de Abril de 1912, da comissão Carnegie para a Paz, o Professor I. L. Kandel, da Universidade de Colúmbia, em Nova York, assinala e lamenta os impedimentos surgidos para a realização dessa grande medida, fiadora da pacificação e da tranqüilidade entre os povos.

As impaciências do nacionalismo não permitiam injunções em assuntos da exclusiva competência e interesse nacionais.

Triste contingência dos fados!

Ninguém compreendia porque as vestais, defensoras do fogo sagrado da soberania nacional, tão intransigentes em educação, admitiam e admitiram um "Departamento Internacional do Trabalho", sob as vistas da "Liga das Nações" (4).

A intervenção de debates, a curiosidade e até a devassa no regime do trabalho, dentro das fronteiras de uma nação, não eram por esta considerado atentado a sua soberania, intromissão nos negócios peculiares ao Estado. Entretanto o malefício à comunhão dos povos, a ameaça à harmonia internacional, ao bem estar geral, parece-nos muito menos comprometido por um regime de trabalhos, uma ou duas horas a mais de labor do operário, uma situação menos higiênica do meio no qual ele labuta, do que um processo educativo, fundamentado no desamor, no achincalhe de outras raças e no enfatuamento, na pretensão e na vanglória ameaçadora a outros regimes políticos e a outros povos. Seria para lamentar que determinados países insistissem, quando a generalidade dos povos adotava regime de trabalho, escudado na defesa da saúde e do bem estar do homem, em admitir regime de estafa por excesso de horas de trabalho e regime de vida ameaçador da saúde e

(4) Já nos programas para as nossas escolas primárias, em 1925, quando Diretor Geral da Instrução Pública, fizemos incluir para estudos dos alunos do último ano complementar e na parte referente à história: "Principais consequências da guerra de 1914-1918. "A Sociedade das Nações e sua organização; seus grandes fins: — regular amigavelmente as contendas capazes de conduzir à guerra; desenvolver no mundo o espírito de cooperação e de solidariedade. "Os meios coercitivos para obrigar os países recalcitrantes ao arbitramento. — Necessidade de prestigiar uma Sociedade das Nações justa, de fazê-la amada pela infância e pela juventude, de maneira que, pelo seu prestígio e pela sua importância, seja possível, no futuro, a organização da paz universal, em bases sólidas".

Vide: Programas de Ensino para as Escolas Primárias Diurnas págs. 11 e 80. Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil" — Rio — Brasil. Fevereiro de 1926.

do bem estar do operário. O fato, porém, se possui um valor humanitário, que honra o zelo de uma instituição internacional, não constitui em si um perigo para as boas relações entre os povos. Salvo se a preocupação no excesso de horas de trabalho fundamentava-se acima de tudo no receio da super-produção do país em causa, com prejuízo manifesto, por suas possíveis vantagens, comerciais e econômicas, de outro ou de outros.

Mas a criação de um Departamento Internacional de Educação não pode visar intervir na liberdade de movimentos de cada nação, no sentido de seus imperativos geográficos e históricos, na diretriz de seus interesses sociais e nacionais. A educação que se não inspire em suas áreas de cultura, não vise a formação do homem melhor habilitado à vida numa situação geográfica e climática específica, não atenda às imposições de seu meio natural, não leve em conta as características de seu ambiente social, está deformando ao invés de construir os seus cidadãos e a nacionalidade.

O de que se necessita, no mundo internacional, no referente à educação num Estado, é o conhecimento de seus objetivos e de seus ideais, de sua filosofia e de sua política escolar, capazes de refletirem em seu processo de vida e em suas relações na comunidade dos povos.

Uma educação que incuta no espírito das novas gerações uma mentalidade de desforra, que sature o espírito juvenil de idéias de domínio, que pregue o ódio de credos e de raças importa infinitamente mais para a comunhão internacional, se seu objetivo é a paz e a harmonia entre os homens, do que legislações trabalhistas diversas.

A adoção de mapas *irredentistas* nas escolas de certos países, cujo intuito é preparar as suas gerações para *recuperarem* mais tarde territórios pertencentes a outras nações mas julgados seus pela identidade de língua ou de sangue (5); a história, a biologia, a geografia, a antropologia, a sociologia, a física, a química, a literatura, ensinadas e aprendidas com fins nacionalistas, são fatos, cuja ameaça à ordem e à paz internacional não devemos esconder.

Nada se augurar de bom para o futuro do mundo quando por toda parte vemos uma doutrinação desenfreada nas escolas tentando mostrar às crianças e aos adolescentes, que seu país é o melhor, o mais digno

(5) A lição da América Ibérica, inspirada invariavelmente no *ut possidetis* é o mais alto modelo que o Continente deu ao mundo para a solução de problemas tão graves.

e o mais justo, que os outros lhe são inferiores, que não temos defeitos, que em nossas relações com os demais não erramos nunca e sempre sofremos as consequências dos erros alheios.

Muito mais sábio seria olhar de frente os próprios defeitos, apontá-los à juventude, buscando perscrutar-lhes as causas para ensiná-la a corrigi-las, a eliminá-las.

Que se poderá esperar quando se forja uma história para uso interno, desfigurando fatos que são impostos em proveito próprio e em prejuízo dos outros ou quando apenas interpretando unilateralmente determinados acontecimentos se deixa a verdade na sombra? Quando se declara publicamente que os nossos defeitos são virtudes que devem ser amadas e defendidas contra todos e contra tudo?

O esforço feito pelo "Instituto Internacional de Cooperação Intelectual", no tocante a um bom entendimento humano, no ensino da história, só logrou resultados efetivos em casos excepcionais.

A Dinamarca, a Noruega, a Suécia e a Finlândia, por exemplo, como membros componentes da "Associação Nórdica", submeteram seus compêndios escolares dessa matéria curricular à consideração e à crítica umas das outras, procurando desfazer mal entendidos e incompreensões. Várias nações da América, (entre elas o Brasil) estão realizando uma revisão de textos históricos, eliminando tudo quanto possa redundar em desconfiança e afrouxamento do espírito de cordialidade, no Continente. A política de boa-vizinhança dos Estados Unidos, por sua vez, nos últimos dez anos, está contribuindo para o congraçamento de tôdas as Américas. Em contraposição, no entanto, aí estão bem visíveis as consequências da *Deutsche Oberschule* e da *Hauptschule*, cuja preocupação essencial — a primeira há um quarto de século e a segunda há um décimo — não são senão a radicação nas fontes da cultura e das tradições alemãs a princípio e, depois, a pregação da superioridade da raça nórdico-germânica. Nessa educação, as ciências, adulteradas para fins de doutrinação, passaram a servir aos intuítos de domínio de um povo sobre os demais. A biologia tornou-se uma das disciplinas mais importantes do currículo escolar com o objetivo de provar a superioridade do nórdico-germânico, sobre todos os povos da terra. Daí à propaganda, visando seu papel político de dominação, será apenas um passo.

A irradiação dessa política educacional foi tamanha que nas escolas dos nossos colonos alemães no Sul apreendemos mapas nos quais a Alemanha fazia figurar dentro de seus limites importantes regiões brasileiras. E não foi só: a *germanidade* como a *italianidade* eram pre-

gadas entre as novas gerações dos filhos de alemães e italianos em várias regiões do país.

A educação nazista, a educação facista e a educação marxista, cada qual com seu processo, não tinham por objetivo senão formar uma juventude com fanatismo bastante para imolar-se pelos seus deuses. Por outro lado a educação democrática, cujo fim deveria ter sido a formação de uma humanidade livre, porém mais perspicaz e mais ativa na defesa da liberdade, se mostrou demasiado passiva.

Não parece fácil, diante de tais verdades, cujos defeitos estão fazendo a humanidade purgar, por um preço excessivamente alto, os pecados de sua negligência e de seu egoísmo, assinalar a necessidade de se criar um órgão internacional ao lado dos demais para o estudo e o conhecimento dos problemas e das orientações educacionais nos diversos países.

Convém, entretanto, não esquecer que a educação não tem significado humano se não definirmos a espécie de indivíduos e de sociedade que teremos em vista.

CONCLUSÃO

Educar apenas com a preocupação dos indivíduos, de suas aptidões, de seus interesses pessoais, pode tornar-se prejudicial ao grupo.

Educar apenas com a visão do grupo, de sua eficiência e satisfação, esquecendo os indivíduos, é anular as personalidades, é tiranizar, é, enfim, comprometer o grupo pelo empobrecimento dos elementos que o constituem.

Educar atendendo às aptidões individuais e às solicitações sociais ainda é prejudicial se seu objetivo inspirar-se no predomínio de uma comunidade sobre outra, de uma raça sobre outra, de uma classe sobre outra, de uma cultura sobre outra, de um Estado sobre outro.

Só a educação que respeite o indivíduo, cultive-lhe as tendências ou as encaminhe na direção de seu bem estar e do bem estar da coletividade nacional e internacional, será realmente construtiva.

Nenhuma educação que se não fundamente no tríptico objetivo de formar o indivíduo livre, expressão real de sua própria personalidade: a sociedade homogênea, e harmoniosa atenta à felicidade individual, social e nacional e um universo interdependente, preocupado com a harmonia da comunhão entre os homens e entre os povos, corresponderá às aspirações humanas de um mundo melhor.

E' doloroso verificar quanto as esperanças da juventude de hoje, que tão heróicamente se imola pela liberdade nos campos de batalha de quatro continentes, nas águas dos sete mares e nos céus de todo o planeta, se assemelha àquela que a geração sacrificada de 1914-1918 expressava em carta e exortações comoventes.

— “Morro feliz porque minha morte é a garantia da paz e da tranqüilidade para nossos filhos”, escrevia um jovem combatente na véspera de um grande ataque.

— “O sacrifício de vida que fazemos, fazemo-lo alegremente porque êle evitará aos nossos descendentes a visão de hecatombes tamanhas”, escrevia outro, momentos antes de morrer.

“C'est une joie de penser que nous nous battons pour tous ces petits qui auront une vie tranquille et libre”, exclamava em carta íntima um coronel francês à companheira distante.

“Nous travaillons, nous, pour que cette guerre soit la dernière et que les écoliers d'aujourd'hui n'aient pas plus tard à passer des mauvais jours comme nous, à la pluie au froid et sous les balles...” exclamava outro ainda.

Ai! de nós! Quantos jovens de então, salvos por milagre da carnificina passada, unidos aos filhos que êles julgaram imunes, não se encontram ombro a ombro nos campos de batalha, caminhando juntos para a morte!

E, não nos iludamos, o espetáculo se repetirá se o homem, se os grupos sociais, se os Estados, se a sociedade internacional, não souberem organizar uma educação cujos meios sejam: desprezo do ódio, das paixões, das preocupações de hegemonia e de privilégios de classes, de raças e de Estado, o respeito à personalidade e o amor à cooperação social e ao congraçamento entre os homens...

AS UNIVERSIDADES E A DEFESA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL (*)

PADRE LEONEL FRANCA S. J.

Das Faculdades Católicas do Rio de Janeiro

Nos primeiros anos da vida o crescimento é rápido e vigoroso. A natureza concentra a vitalidade das suas energias em levar em curto prazo os organismos à perfeição de sua estrutura e à plena eficiência de suas funções. Só então, em rendimento fecundo, o homem dá, nas múltiplas esferas de sua atividade, a medida cheia de suas forças criadoras.

Também nas instituições, destinadas a um longo viver, os primeiros tempos são de efervescência construtora e expansiva. Plasmam-se novos órgãos, dilatam-se os campos de desbravamento, ativa-se o trabalho que produz, aumenta e irradia num entusiasmo de juventude conquistadora de posições.

Estamos ainda nesta fase de expansão primaveril e o ano de 1943, se lhe quiséssemos balancear as atividades, não desmerecia dos que o precederam em viço de crescimento e novidade de iniciativa.

As matrículas nas duas faculdades, que de 88 em 1941 se haviam elevado a 228 em 1942 atingiram no ano passado à cifra consoladora de 333.

— As aulas processaram-se com a regularidade normal e aos seus trabalhos comuns acresceram as atividades dos diferentes seminários — o de Francisco Suarez à frente, num desenvolvimento da formação científica pessoal, promissora dos mais esperançosos resultados.

— Em agosto fundou-se o curso intensivo de preparação para auxiliares de serviço social — primeiro germe de nossa *Escola de Serviço Social* que neste ano já começa regularmente os seus cursos, e, com o tempo poderá prestar imensos auxílios à grande obra de renovação social dos nossos dias.

(*) Oração pronunciada pelo Reitor das Faculdades Católicas na instalação dos cursos de 1944.

— Com particular satisfação tenho o prazer de anunciar a instituição do primeiro prêmio (ainda uma primícia!) das Faculdades Católica por fundação devida à generosidade inteligente do Dr. Mário de Andrade Ramos. É o prêmio Visconde de Cairu, uma medalha de ouro que será concedida todos os anos ao aluno mais distinto na Cadeira de Ciência de Finanças.

— Como fator de progresso, de capital importância na organização da subestrutura econômica da nossa instituição cumpre-nos, por elementar dever de gratidão sincera, lembrar a doação feita às nossas Faculdades pelo Governo de uma faixa de terreno na Esplanada do Castelo. Esta área, altamente valorizada, permitirá à nossa nascente Universidade, um desenvolvimento mais rápido e mais seguro. Espero em Deus, poder, ainda este ano, trazer ao conhecimento da nossa família universitária — professores e alunos, o esboço dos primeiros projetos atualmente já em estudos adiantados.

Somos, como vêdes, por este balanço sumário, uma instituição no viço ainda da primeira juventude, em plena fase de crescimento. Será, talvez que com isso nos queiramos eximir ao dever dos primeiros frutos que de nós se esperam? Será que estamos assim a pleitear prolongamentos de prazo para uma evolução orgânica, lenta e tranqüila, desafogada de responsabilidades da idade madura? Em outras épocas, talvez; na em que vivemos, certamente, não.

A função das Universidades tornou-se, em nossos dias de uma nitidez inofuscável e de uma urgência que não sofre adiamentos. Ao lado da sua missão de pioneiros do progresso científico — seminário de sábios, foco de novas pesquisas e descobertas ampliadoras dos horizontes da ciência e da técnica; ao lado da sua missão social de preparar os profissionais mais qualificados, que no exercício do governo, da administração, das carreiras liberais, irão imprimir à sociedade a sua fisionomia e orientação dos seus movimentos, incumbe-lhes, neste momento de singular gravidade na história da família humana, uma tarefa indeclinável na defesa do próprio patrimônio da nossa civilização.

O imane conflito atual, que literalmente se estende ao mundo inteiro, não é uma guerra velho estilo, destas em que se empenhava a ambição de um povo ou a vaidade de uma dinastia; não é tampouco um destes choques armados em que freqüentemente desfechavam concorrências ou antagonismos econômicos exacerbados até ao paroxismo das grandes crises. Hoje, uma em face da outra, se encontram duas concepções do homem, da vida social, da civilização. E este contraste

irreduzível que atinge sob os nossos olhos à sua fase aguda e crítica, não é de hoje. Hitler e Stalin não são causas, são efeitos. O trabalho de desintegração da nossa cultura ocidental remonta muito mais longe, vem-se processando com rapidez crescente há duas ou três centenas de anos. Os historiadores de idéias poderão, com análise segura, reconstruir a árvore genealógica por onde se vem propagando a seiva envenenada alimentadora dos frutos que tanto nos amargam. A negação progressiva do espírito no homem subtraíu todos os fundamentos ontológicos de sua eminente dignidade, rebaixando-o à simples categoria de animal gregário, com organismo mais complicado e perfeito. A concepção mecanicista do universo, desconhecendo na teologia cósmica a expressão de uma Inteligência criadora, cerceou pela raiz a possibilidade de uma ordem que se impusesse ao respeito do homem com a jerarquia intangível de seus valores. Já não havia barreiras que se opusessem eficazmente à apoteose do social. A força organizada do Estado expressão de um bem supremo (e onde se suprime Deus e o espírito que outro bem lhe estaria acima?), podia proclamar-se um absoluto, capaz de exigir o serviço incondicional do homem todo. E o totalitarismo nasceu. Nasceu no terreno das realidades sociais, depois de haver sido preparado na esfera do pensamento. Desta evolução fatal não deixaram as nações de ser advertidas pelas sentinelas vigilantes postas por Deus para orientação da humanidade trabalhada pelas paixões que transviam. Quando em 1878 Leão XIII afirmava que a família humana se achava à orla de um abismo e exortava as sociedades a conjurar a tempo a iminência da grande crise, o século XIX fechou os ouvidos à sabedoria profética de seus conselhos. Embalado pela euforia econômica do primeiro surto do capitalismo, embevecido pelos descobrimentos científicos — que haviam mudado a fisionomia material da civilização, hipnotizado pelo prestígio das palavras — luz e progresso, *leit-motiv* da eloqüência dos parlamentares e das praças, as advertências de Leão XIII soaram-lhe aos ouvidos dissipados como ecos tardios de outras eras, expressões de atitudes superadas que ainda se não haviam ajustado ao ritmo dos novos tempos.

E não atentou ao processo de decomposição com que o vírus de ideologias fatais lhe ia corroendo as entranhas. Mas o homem que por natureza indestrutível há de viver da verdade não pode intoxicar impunemente o seu espírito. Os grandes desvios no domínio do pensamento são inexoravelmente seguidos por grandes cataclismos sociais. Marx encontrará um Lenine que lhe traduza "O Capital" em soviets.

Hegel que proclamara o Estado prussiano a expressão suprema do Espírito absoluto, Nietzsche que divinizara o super-homem, com a sua vontade de poder afirmada para além das fronteiras do bem e do mal, serão seguidos por Hitler que fará da hegemonia mundial do seu povo, um absoluto apostolado a quebrar toda a tábua de valores da nossa civilização ocidental. O nevro-pata genial da idéia que envenenou duas gerações de inteligências retomarà o seu dinamismo destruidor no nevro-pata genial da ação que derramarà torrentes de sangue humano de todas as raças em todos os continentes.

Não quero investigar aqui — ainda que fôra investigação interessante — por que motivo estas e não aquelas nações foram fadadas à experiência dolorosa. Por que as duas grandes monarquias militares — Rússia e Prússia, ofereceram o campo da cultura mais propício ao desenvolvimento do vírus totalitário. O alvo que levo em mira obriga-me a rumar para outra direção.

Quando no início da guerra as democracias ocidentais pegaram em armas, seu primeiro objetivo foi quebrar a mais poderosa máquina de guerra que uma ideologia fatal havia montado para a conquista do mundo. Perigavam as nossas liberdades mais caras; impunha-se a luta para a defesa dos fundamentos de nossa civilização periclitante.

Com o decorrer dos meses e dos anos, foi-se acentuando, mesmo para as grandes massas, este caráter ideológico da imensa luta, que por isto não nos permite uma neutralidade, quaisquer que sejam as nossas simpatias ou antipatias de nacionalidades. Da natureza do princípio totalitário, — por limitadas que sejam acidentalmente as suas aplicações práticas, é invadir todo o domínio da cultura e reclamar do homem uma submissão sem restrições, que não deixa intacto nenhum dos nossos valores espirituais. Não há quem não esteja convencido que a vitória nesta guerra acarretará uma imensidade e amplitude de conseqüências não só de ordem econômica e política senão também de alcance moral e religioso que não poderão deixar indiferente nenhuma alma cristã.

Para exprimir este antagonismo de ideologias, por traz do contraste de armas, as grandes potências que cortaram o passo ao imperialismo invasor concretizaram nos “ideais democráticos” a síntese de suas aspirações e os motivos de sua intervenção armada. É uma triste contingência que não nos possamos subtrair à necessidade de nos servirmos de vocábulos que a convivência social torna obrigatória mas que a universalidade do uso carrega dos mais variados sentidos. É

esta, sem dúvida, a sorte da palavra “democracia” que, aos significados históricos de mais de dois milênios de existência, acrescenta todos os matizes que lhe emprestam sociólogos, políticos e filósofos de nossos dias. Empregá-la-emos também mas em sentido bem restrito e preciso, um tanto diferente dos manuais de política ou direito.

Não entendemos por democracia um regime político caracterizado por instituições representativas ou parlamentares baseadas no sufrágio direto, emolduradas quase sempre em quadros republicanos. As formas de governo são contingências históricas, que variam de povo para povo, e, num mesmo povo, com as diferentes fases de sua evolução social. As aparências políticas de um governo popular não raro dissimularam na história a tirania das massas ou o despotismo das maiorias.

Por democracia entendemos, aqui e agora, a organização da vida comum baseada no respeito da dignidade de cada homem que vem a este mundo, como portador de um destino pessoal e próprio, para cujo conseguimento é titular de direitos imprescritíveis e inconfiscáveis. Assim compreendida, a democracia estende as suas exigências essenciais a todas as instituições, econômicas e políticas, jurídicas e sociais a todas impondo limites intransponíveis e a nenhuma sacrificando as liberdades essenciais que condicionam a realização de cada pessoa humana. Poderá existir sob as aparências exteriores de um governo fortemente hierárquico e autoritário, mas será inimiga irreconciliável de qualquer totalitarismo, racista ou comunista.

Esta democracia que não é, repito, uma simples fórmula política de equilíbrio e limitação de poderes — pressupõe uma filosofia social e descansa numa doutrina do homem, sem a qual não passa de uma sonoridade vazia.

Por esta democracia nos batemos todos — qualquer que sejam as nossas livres preferências em matéria de regimes políticos. Defendê-la e restabelecê-la é defender os fundamentos naturais da concepção cristã da sociedade. E aí tendes porque os grandes chefes das nações aliadas, numa intuição profunda das realidades em jogo, mais de uma vez proclamaram que nesta guerra nos batíamos pela própria existência da civilização cristã.

Notável diferença e bem digna de reparo está entre a primeira e a segunda guerra mundial! 1918: uma atmosfera impregnada do mais completo laicismo. Congressos, discursos oficiais, mandamentos wilsonianos, Versalhes, Liga das Nações: em toda esta que se julgava uma reconstrução pacificadora do mundo, não se pronunciou a palavra mo-

ral, menos ainda a cristã, exceto no art. 115 do tratado de Londres para a exclusão do Papado das negociações da paz. A sabedoria política, divorciada de Deus e de Cristo, quis reconstruir com as próprias forças, a grande obra da convivência das nações num mundo renovado. E Deus disse: construí. E tudo desmoronou.

Hoje os horizontes parecem mais aclarados de esperanças. Comissões de estudos de direito internacional, declarações oficiais dos maiores responsáveis pela orientação dos grandes acontecimentos proclamam a dignidade intangível da pessoa humana, a nobreza de sua responsabilidade moral, a necessidade de cimentar os fundamentos da nossa civilização cristã. Contraste intuitivo! Há meio século falava-se de civilização moderna como túmulo do cristianismo. E os buriladores de frases se compraziam em enterrar os deuses mortos em lençóis de púrpura. Hoje a civilização oscilante em suas bases, amestrada por uma terrível lição de coisas, pede ao cristianismo que conserve e lhe restitua o sem o que lhe não é possível viver.

A lógica dos fatos veio trazer à lógica das idéias a confirmação de uma evidência irrecusável. Vamos começando a convencer-nos de que as liberdades essenciais, sem as quais não nos é possível viver com dignidade, postulam uma concepção da vida que o liberalismo do século XIX, tratou com hostilidade ou com a indiferença das coisas acessórias e supérfluas; que a democracia, na medida em que se dissocia do cristianismo, caminha para o suicídio, que a política não pode resolver os seus problemas sem uma filosofia social que não exclua ou deprecie as funções e os valores não-econômicos, que trate o homem como uma pessoa moralmente livre, criatura de Deus e autor do seu próprio destino, (DAWSON, *Religion and modern state*, p. 43), numa palavra, que a grande tragédia que vivemos e que nos dilacera, é uma tragédia espiritual.

O reconhecimento desta verdade envolve conseqüências e impõe responsabilidades de uma gravidade excepcional. A reconstrução do mundo de após-guerra, o estabelecimento desta Nova Ordem em que falamos todos, desde o Papa até o último dos combatentes, e por que todos suspiramos do fundo da alma, é um problema de renovação espiritual das bases religiosas de nossa civilização. Os tratados internacionais, as fórmulas políticas, as convenções econômicas não atingem o âmago do homem, nem lhe renovam a consciência dos seus deveres humanos. "A civilização que perdeu esta fé numa Lei de Deus — base da caridade, escreve um dos maiores filósofos da história em nossos dias,

CHRIST. DAWSON, uma civilização que tira de si mesma a sua própria lei e a sua própria finalidade, e se desprende das raízes da ordem espiritual, tem os seus dias contados. Está condenada à destruição não por uma fatalidade externa, senão pela decadência de suas próprias energias e pela perda da vitalidade social". CH. DAWSON, *Religion and the modern state*, New York, 1937, p. 125.

Se o afastamento da nossa cultura das fontes vivas do cristianismo que lhe deu origem e energia nos arrastou à orla deste abismo, é só numa profunda e sincera revitalização cristã da sociedade que podemos colocar a esperança de um futuro melhor. Esta missão social do cristianismo: salvar a família humana no desespero das catástrofes e trazer a novas situações soluções novas. Não nos enclausuremos na dialética fatal, e sem horizontes do materialismo histórico. Cremos no Espírito que renova a face da terra.

Mas a recristianização das consciências é um movimento de almas; não se impõe pela violência das baionetas nem pela pressão jurídica da lei: insinua-se nas almas e as subjuga como a verdade, com a inflexibilidade de suas exigências lógicas e a suavidade espontânea de uma conquista de coração. É uma aceitação de valores impostos pela visão desapaixonada da realidade integral, e um esforço heróico da adaptação da vida à grandeza dos seus destinos. É a atuação concreta da noção profunda de cultura: verdade que numa vida se realiza e desenvolve harmoniosamente.

E por vós mesmos chegastes à conclusão que visamos de princípio: o realce da função primordial de uma universidade católica na preparação e na construção da Nova Ordem de amanhã. Se o apelo ao cristianismo e à sua insubstituível missão salvadora da cultura ocidental não passar da sonoridade vazia das palavras não terá encontrado a sua solução a nossa crise, esta crise grave, que poderá destruir a nossa civilização ou renová-la. Queremos e esperamos que a renove. Mas este resultado está nas mãos dos cristãos. O Evangelho não tem soluções feitas para as infinitamente variáveis contingências da história humana; é um fermento espiritual de inexauríveis recursos, cujas possibilidades cada geração deverá atuar e aplicar às suas exigências particulares. Quando as almas batizadas se limitam a receber, passivamente, o dom divino e não informam, com a fé, a sua vida individual e social, a civilização desgarrada e corre para o despenhadeiro. Para salvá-la cumpre, num esforço de regeneração espiritual, restituir às tradições e instituições sociais a vida que delas se foi. É mister que neste

mundo que agoniza volte o cristianismo a ser espírito e vida. E' mister que a nossa educação respeite a jerarquia integral dos valores humanos, que as nossas *instituições* econômicas traduzam, de modo concreto e eficiente, as exigências evangélicas da justiça e da caridade, que, nos costumes sociais, a *família* encontre a atmosfera pura e sadia que lhe permita realizar a sua nobre missão de conservar, educar e bementurar a vida; que os regimes *políticos*, libertados de ideologias fatais, ponham tóda a sua ambição em criar um ambiente de segurança, de propriedade, de riqueza em valores culturais que permitam a variedade dos destinos humanos a plenitude de sua livre expansão.

Imensa e árdua tarefa! Convite irresistível às almas generosas! Aos homens de ação cristã renovadora do mundo — que são os santos, o heroísmo dos grandes empreendimentos. Aos homens de inteligência, iluminada pela fé, a gloriosa tarefa de acender os faróis que iluminem os grandes roteiros.

Aos que a Providência reuniu nestes cenáculos superiores do espírito, onde se serve à ciência e se formam as almas, a dupla responsabilidade imposta como a consciência de uma missão, de irradiar a verdade e educar a vida, para a reconstrução de um mundo em que o reino de Deus seja uma realidade consoladora e a caridade de Cristo uma fonte viva de fraternidade humana.

ASPECTOS ATUAIS DA PSICOLOGIA E PEDAGOGIA DO TRABALHO

EMÍLIO PLANCHARD
Da Universidade de Coimbra

Entre os múltiplos problemas que o trabalho industrial suscitou, desde que técnicos especializados se dedicam a organizá-lo cientificamente, questões, tais como as seguintes, têm estado na vanguarda das suas preocupações: estudo dos movimentos e das atitudes que intervêm no trabalho, exame dos horários e das diversas condições higiênicas, orientação, seleção e formação profissionais.

Estando a indústria orientada, principalmente no comêço, por percepções econômicas, o rendimento imediato e material da atividade humana entrava quase exclusivamente em linha de conta. No entanto, chegou-se, pouco a pouco, a encarar igualmente, se não mais ainda, o aspecto essencialmente humano do trabalho, isto é, o seu valor como elemento do bem-estar individual e coletivo, do desenvolvimento tão completo quanto possível da personalidade dos trabalhadores. A verdadeira produtividade duma indústria não se deve apreciar pela quantidade nem mesmo pela qualidade intrínseca dos produtos que ela lança no mercado — às vêzes para um reduzido número de consumidores — ou pelo menos, não se deve apreciar só por isso. Como o trabalho continua sendo uma necessidade inelutável, a sua produtividade deve sobretudo apreciar-se pelas condições físicas e intelectuais, morais e espirituais que dêle resultam para os trabalhadores. Os dois aspectos, produto e produtor humano, devem ser considerados sempre em conjunto; e numa concepção da sociedade que não é dominada pelo materialismo econômico, o segundo aspecto, o desenvolvimento completo da personalidade humana, deve ter absoluta prioridade sobre o outro. Foi o esquecimento desta verdade, inconsciente ou sistemático, que provocou a maioria das revoluções sociais.

Estas idéias adquirem cada vez mais importância no nosso tempo, em que uma percentagem sempre crescente da população é absorvida

pela indústria, quer para lhe assegurar a mão de obra necessária, quer para lhe fornecer os trabalhadores intelectuais, reclamados pela variedade e multiplicidade das tarefas de direção e de administração. Esta importância manifesta-se maior ainda nas circunstâncias excepcionais em que vivemos. O estado de guerra, com efeito, levou à mobilização industrial dos grandes países. Além disso este estado de guerra originou condições de trabalho desconhecidas até agora, provocando o aparecimento de novas tarefas e suscitando numerosos problemas, cuja solução não só produzirá efeito no esforço de guerra, mas contribuirá também, numa certa medida, para as reorganizações de amanhã. E' que caminhamos, doravante, para um mundo que se mecanizará cada vez mais. E' um fato que poderemos lamentar, mas contra o qual nada podemos. E' muito preferível, parece-nos, aceitá-lo serenamente e procurar conciliá-lo com a salvaguarda dos valores que dão à vida humana o seu verdadeiro sentido.

*
* *

Propomos-nos passar em revista, nestas páginas, alguns aspectos salientes tais como aparecem na organização atual do trabalho industrial. A tarefa não é fácil, porque o campo é imenso e os setores numerosos. Por isso nos limitaremos ao que está mais diretamente em relação com a psicologia e a educação. Outra restrição se impõe: as nossas verificações e observações são quase exclusivamente relativas à Inglaterra. Não pretendemos com isto dizer que ela seja a única nação, onde estas questões estejam a evoluir, mas as circunstâncias presentes tornam difícil a informação quanto a outros países. Nós podemos, aliás, acrescentar que, sendo a Inglaterra um país essencialmente industrial, os problemas que nêle surgem aparecem ou não de aparecer fatalmente noutros. E' pois legítimo considerar a Grã-Bretanha como a terra clássica da organização industrial e o campo de experiência, onde cada um pode — *mutatis mutandis* — recolher muitos elementos de valor.

*
* *

Entre os problemas que mais prendem a atenção dos industriais, tanto como dos educadores, há o da formação e da instrução profissionais. Nunca se falou tanto de reformas neste setor do ensino (como

aliás nos outros), como no decorrer dos dois ou três últimos anos. Numerosas conferências particulares, projetos relativos às escolas de aprendizagem, à criação de instituições especiais para os operários, puderam ser observadas recentemente. Já antes da guerra se realizara um grande esforço para melhorar a preparação dos trabalhadores, para lhes proporcionar, ao mesmo tempo que os conhecimentos especiais reclamados pela profissão, essa educação geral, mais ampla, que as próprias condições da vida e da profissão tornam atualmente cada dia mais necessária. A mobilização de milhões de indivíduos jovens de ambos os sexos e de homens maduros impedem momentaneamente muitos deles de seguirem o caminho normal que eles teriam seguido, ou os afasta das suas ocupações habituais. E isso suscitou problemas, dos quais uns devem ser resolvidos desde já, e os outros no fim da guerra: distribuição racional dos recrutas, adaptação do trabalho e da aprendizagem a novas condições, organização de novas indústrias, reaprendizagem, cursos de renovação e de aperfeiçoamento, organização do descanso e dos recreios, etc. A guerra acarreta modificações importantes, para agora e para mais tarde, na estrutura da sociedade. Assim, está modificada a proporção das indústrias existentes; a indústria dos armamentos absorve atualmente um número muito maior de operários que anteriormente. Terminada a guerra, esta indústria diminuirá enormemente — esperemo-lo, em todo o caso. — Ao contrário, outras indústrias como, por exemplo, as da construção e dos transportes, reclamarão uma percentagem de operários maior do que há alguns anos. Indústrias novas de recuperação de tudo o que se tenha produzido (e... destruído!), em tempo de guerra, não de aparecer, certamente, em número bastante importante, como vemos agora, fábricas produzirem coisas desconhecidas antes da guerra. Não se trata, em tudo isso, senão de conseqüências normais das guerras; mas as guerras atuais, sendo essencialmente baseadas na produção industrial e na mobilização da mão de obra, as modificações transitórias e as mudanças permanentes que produzem no mundo do trabalho, são muito mais sensíveis e mais vastas que outrora.

Preocupados com estas várias questões, agrupamentos e organismos tais como "The British Association of Commercial and Industrial Education", o "Nuffield College", de Oxford, o "Ministry of Labour and National Service", os "Boards of Education", o "National Institute of Industrial Psychology", etc., publicaram relatórios, resulta-

dos de inquéritos, estudos experimentais, projetos, nos quais se encontram idéias e fatos do mais alto interesse.

Temos presentes alguns destes trabalhos, dos últimos em data de publicação, referentes especialmente à preparação dos rapazes para os ofícios e para as carreiras industriais e comerciais (1). Repetem-se neles certas idéias, com tal insistência que se pensaria ser combinada, e que não é mais, na verdade, do que o reflexo das verificações e das preocupações comuns aos industriais e aos educadores. Vários métodos foram sugeridos para a realização destas idéias. Nada de rígido ou de *pre-formado* se verifica nas soluções propostas, sendo isto visivelmente um dos caracteres que persistem na pedagogia inglesa, na qual uma grande liberdade de realização, ainda que com os mesmos objetivos, sempre existiu. Todos mostram ser muito para desejar que se estabeleça um contato mais íntimo entre a indústria e a educação. Quanto a isto, toda a gente está de acordo, em Inglaterra, para prolongar a obrigatoriedade escolar até à idade de 15 anos, pelo menos, dando-se ao último ano um caráter de preparação geral para a vida profissional. Além disso, tratam de multiplicar e organizar melhor os cursos destinados aos que já trabalham ou estão na aprendizagem. Não se trata de cursos da noite ou dos domingos, que não se devem aconselhar, porque provocam, entre aqueles que os seguem seriamente, uma fadiga demasiada, procurando-se antes cursos diurnos, cujo horário esteja integrado no tempo normal do trabalho. É o sistema de *part-time day education*. Longe de considerar esta prática como nociva à aprendizagem e ao próprio trabalho, os industriais de vistas mais largas entendem que ela é de natureza a assegurar um desenvolvimento quantitativo e qualitativo da produção, ao mesmo tempo que satisfaz as aspirações morais dos trabalhadores. A passagem direta da escola para a oficina, sobretudo da escola primária para a oficina, tem por vezes conseqüências lamentáveis. Há um período de adaptação, muitas vezes difícil.

Para remediar estes inconvenientes, propôs-se (e a idéia já teve realizações nalguns lugares) instituir, a-par do certificado nacional de

(1) *Further Educations and Training Scheme* (um folheto editado pelo "Ministry of Labour and National Service), abril de 1943. *Part-Time Day Education for the Adolescents*. (Past Experience and Future Developments), 20, Russel Square, London, Folheto editado pelo "The Brit. Ass. for Commercial and Industr. Education, 1943. *Industry and Education (Astatement)*. Nuffield College Oxford Univ. Press, 1943. *From school to work: Education, Recruitment, and Training for Industry and Commerce* (report of conference, 1942) idem.

instrução (que corresponde, pouco mais ou menos, ao diploma de instrução primária completa) um certificado nacional de aprendizagem, do qual o Ministro do Trabalho estabelecerá as modalidades de acordo com as autoridades educativas. É por não ter havido, até agora, um reconhecimento verdadeiramente oficial do valor e da importância dos cursos técnicos, que um grande número de estudantes entraram para as escolas a que lhes dá direito o certificado nacional e cujo ensino, de caráter muito abstrato, lhes foi de insignificante utilidade. Queixam-se muito, em Inglaterra, do número insuficiente de rapazes que freqüentam as escolas técnicas secundárias e superiores, com o propósito de entrar em seguida para a indústria. Talvez isto seja devido à maior estabilidade existente nos empregos administrativos, ou a certos preconceitos sobre o trabalho técnico, que afastam deste os rapazes. Seja como for, o fato é tanto mais para lamentar, quanto a Inglaterra é um país cuja vida econômica e social depende, quase exclusivamente, tanto na paz como na guerra, da indústria. Assim, dos 16.000 estudantes diplomados, que saem, cada ano, das universidades inglesas, menos de 1/8 são técnicos. Em 1939, o número de rapazes e raparigas freqüentando as escolas secundárias era 16 vezes maior que o das escolas técnicas elementares. Isso deu origem a uma campanha intensa, nos meios interessados, em modificar esta situação paradoxal, para esclarecer os pais e a opinião pública sobre o valor e a importância nacional da formação técnica e do trabalho industrial. (1)

Para evitar os inconvenientes duma transição demasiado brusca da escola para a oficina, também foram propostas e organizadas escolas especiais nas próprias fábricas. São muitas vezes o resultado de iniciativas particulares. É evidente que elas só podem existir nas indústrias que empregam um grande número de operários. Assim foi que uma grande firma de construções mecânicas organizou a sua escola sobre os seguintes princípios: educar os rapazes para se tornarem bons operários; treinar os técnicos principiantes para entrarem no serviço dos desenhadores; preparar os operários para serviços administrativos ou de direção. Pelo que respeita ao primeiro grupo, os aprendizes não são tratados como vulgares moços de oficina, o que tantas vezes sucede, antes recebem, logo que entram, uma caixa de ferramentas, com o seu nome e pela qual respondem durante o tempo do curso. O que fazem primeiro é um trabalho não produtivo, passando

(1) V. principalmente: *Britain Needs a National Policy of Technical Education*. London, Pitman, 1943, 32 págs.).

gradualmente das condições escolares às que existem realmente na indústria, evitando-se assim a transição brusca, tão deprimente e prejudicial, que habitualmente se manifesta. Além da instrução especializada, recebem lições de cultura geral, não esquecendo o seu bem-estar físico, que é atentamente cuidado. Os que dão provas de disposições especiais vão, durante uma parte das horas de trabalho, seguir um ou mais cursos na escola técnica da localidade. Este tipo de escola é sem dúvida alguma muito proveitoso, tanto para os rapazes como para a indústria.

Uma característica comum a todas estas escolas de transição, é que os programas não estão ligados rigidamente às especialidades profissionais. Sem dúvida, a educação técnica geral ocupa uma boa parte nestas instituições; mas procura-se também desenvolver nêles uma influência *humanizante*. Reclama-se, de todos os lados, uma extensão da cultura geral, mesmo para os operários, e fazem-se críticas contra uma especialização muito prematura e exclusiva. Foi assim que um grupo de industriais e de educadores, reunidos há pouco, no *College of Technology and Arts*, de Rugby, exprimiu as sugestões e resoluções seguintes: "Os rapazes que freqüentam estes cursos (part-time day education) tornar-se-ão *trabalhadores*, terão *personalidade*, vivendo cada um dêles a sua própria vida, que desenvolverão livremente. Serão também *cidadãos*, que, passados os 21 anos, poderão exercer de maneira efetiva os direitos que lhes confere aquela qualidade. Tendo em vista este triplíce destino, deve a sua educação compreender os seguintes fatores: a) um elemento técnico comportando um ofício e as suas bases científicas; b) a consolidação da educação geral, literária, humanista, científica; c) um esforço para explicar aos rapazes a civilização e a religião da sua época, tendo este último elemento um especial alcance, durante a adolescência. O desenvolvimento físico, estabelecido sobre bases científicas, deverá também ter lugar neste sistema educativo, assim como a formação estética e mesmo a educação artística apropriada a cada um.

Pode julgar-se que estes programas sejam irrealizáveis e, por outro lado, possam desviar os rapazes da carreira profissional por eles primeiro escolhida. Não cremos que assim suceda. Não esqueçamos que os cursos serão a continuação duma instrução obrigatória mais longa, e que a indústria moderna, com a divisão do trabalho levada ao extremo, já não exige, como outrora, um número tão grande de especialistas.

Por conseqüência, a educação técnica propriamente dita poderá, geralmente, ser abreviada e perder os caracteres muito especiais, que tinha outrora, ficando desta maneira o tempo livre a poder ser empregado numa cultura verdadeiramente humana. Esta extensão qualitativa torna-se mesmo uma necessidade, em vista da monotonia maior do trabalho, da existência de horas de ocio, do desenvolvimento da civilização moderna. Parece que a maior parte dos industriais e dos comerciantes são os primeiros a reclamar essa cultura geral mais sólida, mesmo para os simples trabalhadores manuais. Entre as conclusões que foram adotadas, em setembro de 1942, no fundo dum congresso realizado no *Nuffield College* de Oxford, e redigidas sob a forma de manifesto, encontra-se esta nota dominante: *uma especialização prematura é inoportuna; a indústria necessita de empregados que possuam uma base intelectual sólida e uma grande capacidade de adaptação.*

"Dêem-nos rapazes mais inteligentes e adaptáveis se fôr possível, diz-se lá, que manifestem o maior zêlo em trabalhar o melhor que puderem, e dando provas dum espírito previdente e criador". "O que é preciso para a indústria, como para o comércio, é um conhecimento sólido das matemáticas e das ciências elementares, bem mais que das noções técnicas relativas à profissão". "É preciso prestar a maior atenção à aprendizagem da língua materna, escrita e falada, à compreensão das características essenciais, e das instituições da sociedade na qual os rapazes hão-de viver". E o que é verdade para os graus elementares do ensino, é igualmente verdade para os superiores. Nos institutos técnicos secundários e superiores deve-se dar o maior desenvolvimento à inteligência geral e à iniciativa, juntando-se-lhes os conhecimentos matemáticos e científicos gerais. "Os exames de admissão às universidades e institutos superiores são atualmente muito especializados, e são por isso responsáveis duma formação exageradamente especializada nas respectivas escolas. Lá, como noutras, deveria insistir-se mais na cultura geral e menos sobre a quantidade de conhecimentos especiais".

Outro desejo se exprime nos meios autorizados: o de se dever intercalar uma interrupção, dum ano pelo menos, entre a saída da escola secundária, e a entrada na universidade ou na escola superior técnica, sendo êsse ano consagrado a um serviço nacional variado.

A fim de tornar mais íntimo o contato entre a indústria e as universidades, entende-se também que os investigadores, pertencendo a uma e às outras, deveriam trabalhar numa colaboração mais seguida.

Além disso, na própria fábrica, o pessoal encarregado de investigações, deveria viver em ligação mais íntima com as pessoas que se ocupam diretamente da produção. Relações mais estreitas deveriam ainda existir entre os professores universitários e as individualidades encarregadas de recrutar o pessoal superior da indústria. Em suma: o trabalho de investigação, as funções docentes, as tarefas de produção e de direção deveriam, mais do que atualmente, constituir uma unidade natural e harmoniosa.

Digamos ainda que, quanto à questão da formação, há unanimidade em reconhecer que a educação não deve parar numa determinada idade, seja qual for a categoria social ou profissional a que o indivíduo pertence. A educação é uma obra vitalícia. Cada um precisa de conservar em bom estado no espírito tudo o que respeita à sua profissão, alargar o círculo dos conhecimentos, interessando-se pelas inovações e descobertas e adquirindo noções que não tenha adquirido mais cedo. Para isto seria de desejar ver generalizar-se na indústria, como se pratica noutros campos, os cursos de repetição e aperfeiçoamento. A educação dos adultos não é uma novidade. Na segunda metade do século passado, a Inglaterra já possuía escolas permanentes, onde os adultos podiam passar uns poucos de meses. Mas esse movimento desenvolveu-se muito, tendo-se os programas tornado muito mais variados. Citemos simplesmente sobre esta questão a notável atividade da W. E. A. (Workers' Educational Association) que, de colaboração com as Universidades, instituiu um certo número de escolas, de cursos e conferências, de bibliotecas públicas, etc.

*

* *

Nos primeiros tempos da psicotécnica, como nós já dissemos no começo, prestou-se muita atenção às condições materiais do trabalho e ao seu aspecto físico e fisiológico. Esqueciam-se demasiadamente os fatores morais que influem constantemente no trabalhador. São, todavia, muitíssimo importantes, mesmo para quem não tenha em vista senão o rendimento bruto do trabalho, porque esse fatores condicionam este, talvez tanto como a força física e as disposições psicológicas. Para quem se coloca no ponto de vista humano, não se pode pensar em menosprezar as condições morais em que o trabalho se executa.

Neste campo muitas descobertas se têm feito nestes últimos anos, e tem-se tomado disposições para assegurar ao trabalho a

“alegria no trabalho”, se não pelo trabalho. Estes fatores morais são muitas vezes, menos aparentes do que os outros, porque atuam “interiormente” e inconscientemente a maior parte das vezes. E’ o conjunto dos sentimentos, das aspirações, dos estados de alma do homem como tal. Pode-se dizer que a guerra despertou mais fortemente a atenção por este aspecto do trabalho, porque muitos fatores novos vieram afetar o “moral” do trabalhador: ataques aéreos, deslocação maior da família, *black out*, etc. Um livro recente, de J. T. MacCurdy, professor de psicopatologia na Universidade de Cambridge, emite, quanto à questão das condições morais do trabalho e da vida social em geral, considerações se não de todo novas, pelo menos renovadas à luz dos acontecimentos atuais (1).

Trata-se do conteúdo das lições dadas, no princípio desta guerra, a grupos de oficiais do exército e dos serviços auxiliares femininos. Ainda que o seu título seja um tanto vago é pouco sugestivo, o que nele se diz dá-nos vasta matéria de informações e reflexão. Trata-se, em suma, do estudo do fator moral no comportamento, não só das tropas como dos trabalhadores, não só dos indivíduos como das nações. Estudo de psicologia individual como de psicologia coletiva. E’ assim que este autor estuda, com muita competência e inteligência, o fator *mêdo* na vida do indivíduo e na do grupo, o *mêdo* originado pelos bombardeamentos. Como nasce ele, quais são as suas manifestações e os seus efeitos? Como é que o indivíduo e a multidão se adaptam passivamente e ativamente ao perigo? Aparece, dêste modo, um novo campo de experiências interessantes e úteis, cujo proveito não se limitará ao tempo de guerra, mas cujas conclusões poderão ser bastante úteis às futuras reorganizações sociais e industriais. O que o autor expõe em seguida, relativamente ao comportamento do indivíduo, determinado pela sociedade onde vive e as tradições nacionais, de que o seu espírito se alimenta, não deixam também de interessar, embora duma maneira indireta, a psicologia industrial. As extraordinárias diferenças existentes, em matéria de caracteres nacionais, são muito menos o efeito da raça do que dum conjunto muito complexo de tradições, costumes, orientação do pensamento, influências climáticas... Apesar disso é preciso contar com elas, numa certa medida e adaptar-lhes o gênero de vida, as reformas, os pormenores de organização. E’ porque o traba-

(1) J. T. MacCurdy: *The Structure of Morale*. Cambridge University Press, 1943. VIII + 224 pág.

lho implica o homem no seu conjunto, que é preciso considerar todos os fatores que atuam na vida do indivíduo e da sociedade.

Diz-se vulgarmente que o homem trabalha para ganhar a vida, e assim é, de fato, para a grande maioria dos trabalhadores. Mas os nossos desejos vão geralmente mais além do dinheiro e das comodidades materiais que ele nos proporciona. O operário, seja qual for a sua profissão, procura um prazer pessoal na tarefa que executa. E' o amor da obra bem acabada e útil. Êste prazer será mais facilmente sentido pelos artistas, os intelectuais e, em geral, por todos os que realizam por si sós uma obra completa, de que se sentem criadores, uma obra que não seja qualquer coisa de anônimo, mas pessoal, e reconhecida como tal. Infelizmente, as modalidades atuais do trabalho industrial têm reduzido, cada vez mais, os ofícios que oferecem aquela vantagem. A mecanização e a divisão automatizaram e despersonalizaram o trabalho. Deve-se concluir daí, que o operário está condenado a não ser mais do que músculos e cérebro? De modo nenhum. Como já dissemos, encontrou-se remédio para êsse perigo, reduzindo o tempo do trabalho e organizando os ócios do operário, alargando a sua cultura. O esforço que na Inglaterra se fez nesse sentido é notável. Mas, é preciso repeti-lo, não é o fato de organizar horas de descanso, que é essencial. Se o operário dispõe de mais horas de ócio, e não sabe como ocupá-las, essa melhoria só iria agravar o mal de que êle sofre, juntando o aborrecimento à inatividade. O que é necessário é organizar o emprêgo das horas vagas, criar interêsses extra-profissionais, garantir possibilidades de desafio individual e coletivo.

Alongar-nos-íamos demasiado, se enumerássemos tudo o que se tem feito a êste respeito. Basta citar os grupos desportivos e recreativos de tôda a espécie, a leitura ao domicílio, as emissões especiais de T. S. F., as excursões, as conferências populares, etc.

Procurou-se também, na própria oficina, a defesa contra a monotonia dos gestos estereotipados do trabalho mecânico. Para isso têm-se feito experiências nas fábricas de armas, que ocupam atualmente tantos operários.

Outrora a regra mandava que um operário devia ocupar-se do seu serviço, sem se deixar distrair pelos vizinhos, sem poder acender um cigarro, em resumo, que devia, física e mentalmente, constituir um todo com a sua ferramenta ou a sua máquina. Mudou-se de opinião, pelo menos em certos casos. Se a experiência mostra que o rendimento duma oficina não diminui e talvez aumente quando, por alto-

falantes, se espalha nas oficinas, música ou teatro, quando os operários podem conversar com os companheiros, fumar de vez em quando um cigarro... porque se hão-de condenar estas práticas? Seria ir contra o mais elementar bom senso e sentimentos humanitários. Foi assim que se modificou por completo o aspecto interior de algumas oficinas, beneficiando muito o moral dos que nelas trabalham, com o que, ao mesmo tempo, ganha o produtor. Também se não descarta melhorar, na medida do possível, o aspecto estético das fábricas, porque se reconheceu que êsse elemento não era sem importância para criar melhor disposição no trabalho e aumentar a sua eficiência. Nada nos obriga, por outro lado, a fazer das oficinas casas feias e tristes.

Não falaremos aqui dos grandes progressos higiênicos que por tôda a parte se têm realizado, tanto no próprio trabalho como no ambiente físico. Note-se, no entanto, que estas melhorias têm também, no ponto de vista moral, uma poderosa influência indireta.

Outras medidas que contribuíram para criar a "Alegria no trabalho" são antes de ordem social e econômica. No decorrer dos últimos anos, o desemprego ou a sua ameaça atuaram de forma desastrosa no moral do trabalhador. Pode-se pedir a um homem, vítima do desemprego ou sobre o qual pesa a ameaça constante de perder temporária ou definitivamente o seu lugar, que afaste do seu espírito preocupações pessimistas e que trabalhe com o máximo de rendimento? Por isso, as garantias de estabilidade de emprêgo, os seguros sociais e outras disposições similares, já muito têm feito e podem ainda fazer para que o operário se sinta mais feliz no cumprimento da sua tarefa cotidiana.

Na mesma ordem de idéias torna-se urgente elevar aos olhos do público e do próprio operário a dignidade e o significado do trabalho manual. Não é com a alta dos salários que se chegará a êste objetivo, ainda que esta medida contribua em parte para isso. Cada um deve persuadir-se de que o trabalho manual é inteligência aplicada à matéria, e que é tão indispensável como qualquer outro para a sociedade e progresso da civilização, que ninguém se diminui exercendo uma profissão manual. A indústria será tanto mais produtiva quanto mais aqueles que nela estão empenhados se considerarem como servidores de valores espirituais e não apenas de interêsses materiais.

Podíamos também lembrar, a propósito das condições morais do trabalho, que todo o trabalhador deve ter a oportunidade de se elevar na hierarquia da sua profissão e na escala social. Esta política é

bem compreendida na velha nação democrática, que é a Inglaterra; e os exemplos são numerosos de personalidades que, tendo partido dum modesto lugar de operário ou de empregado, chegaram às mais elevadas situações. E' certo que êstes casos serão sempre a minoria; mas a organização industrial deve ser tal que todo o homem, por humilde que seja o seu emprêgo, possa entrever possibilidades de se elevar, pela sua vontade e as suas capacidades, a graus superiores. Esta possibilidade acha-se generalizada no exército. Porque não havia de ser o mesmo na indústria? Nada é mais deprimente para um indivíduo, bem dotado e empreendedor, do que sentir-se prêso sem remédio a um emprêgo do qual se sente capaz de sair. A propósito disto, digamos que a orientação profissional não deve ser fixada uma vez por tôdas sem possibilidade de saída. A orientação pode prevenir erros, permitir investigar as causas, mas o indivíduo é suscetível de mudar no decorrer da sua vida. Os rapazes e as raparigas tornam-se adultos; e a espécie de trabalho que convém a um adolescente pode muito bem já não convir a um homem feito.

*
* * *

Para quem se interessa pelo estudo do fator humano no trabalho, e pelas contribuições mais recentes que têm enriquecido êste assunto, não faltam revistas técnicas, onde se encontram informações abundantes e preciosas. Mas só os profissionais que, por gôsto ou por dever, se consagram a êstes assuntos, têm ocasião e tempo para consultar revistas, por vêzes muito especializadas. Uma obra de síntese é, muitas vêzes, mais cômoda e mais útil. A êste respeito, recomendamos a leitura dum livro, aparecido êste ano: *An Introduction to Industrial Psychology*, de May Smith (1).

Muito acessível e muito atual, esta obra, escrita, por um perito em matéria de investigações científicas industriais, possui também essa virtude do bom senso, que tantas vêzes falta aos inovadores muito entusiastas ou muito teóricos. E' o ponto de vista humano, que, na autora, têm a primasia. "Os testes, os estudos, as investigações, não constituem um fim, diz ela, mas têm um fim em vista, que é o de uma vida mais ampla e mais feliz, para todos os que trabalham, qualquer que seja a natureza das suas ocupações".

(1) May Smith: *An Introduction to Industrial Psychology*. Cassel and C.º Ltd., 1943, 246 pág.

Eis, em resumo, os assuntos que são tratados nesta Introdução: Depois de ter consagrado algumas páginas aos pioneiros da psicotécnica, o autor estuda o problema da fadiga na indústria e passa, em seguida, ao exame do efeito sôbre o trabalhador do meio que o cerca, o qual comporta elementos físicos e psicológicos. Um capítulo interessante é consagrado à adaptação do trabalho ao indivíduo e do indivíduo ao trabalho. Sôbre isso, estamos perfeitamente de acôrdo com o autor. Êle reconhece que os métodos puramente psicológicos têm um valor limitado em matéria de diagnóstico profissional. O psicólogo pode, sem dúvida, desempenhar um importante papel no trabalho de orientação; mas há realidades que não são de ordem psicológica pura e que êle não pode geralmente avaliar. A par de fatôres que são, mais ou menos, mensuráveis, há elementos imponderáveis, inseparáveis da personalidade complexa do orientando. Não são, por isso, menos importantes, do que aqueles que se podem observar em separado. Por outro lado, ainda são necessárias muitas investigações para determinar quais os fatôres de êxito numa profissão. Os fatôres do temperamento e os emocionais não têm sido, até agora, suficientemente estudados, nas suas relações com a profissão. Por isso, um capítulo, o maior do livro, é consagrado aos tipos temperamentais, especialmente aos nervosos. O autor examina a maior parte das questões, que a presença dêstes tipos põe para o trabalho. Em seguida, faz interessantes considerações sôbre as determinantes do trabalho e sôbre os meios de apreciação do bem-estar humano. Um último capítulo passa rapidamente em revista as organizações existentes noutros países e na Inglaterra, respeitantes à psicologia industrial.

*
* * *

Pode-se verificar por estas páginas — em que apenas pudemos lançar uma vista de olhos sôbre o estado atual dos problemas relativos à organização do trabalho, no seu aspecto educativo, psicológico e moral — a vastidão do assunto, e quantos esforços êste requer, por parte das entidades dirigentes e dos especialistas, para se chegar a soluções satisfatórias. Vimos também como a ciência da organização do trabalho evolui com o tempo e as condições que marcam esta evolução. Deve-se adotar, como regra de conduta, nunca estar satisfeito com o que existe. Parar é recuar. E' preciso aperfeiçoar sempre os meios de produção, não pela própria produção, mas pelo bem-estar da

humanidade, do que a produção deve ser apenas um instrumento. E não podemos terminar melhor estas considerações do que transcrevendo as palavras de Sir Frederik Marquis, citadas por May Smith no livro de que acabamos de falar: "Se todos os que estão empenhados na indústria quiserem dar à psicologia industrial a mesma importância e o mesmo apoio que temos dado ao aspecto mecânico do trabalho, novos e vastos campos de conhecimentos poderiam ser explorados. E creio que poderíamos assim chegar a ter uma nova adaptação mental das massas populares às liberdades recentemente constituídas, a uma vida cujo ritmo se acelerou, e que, dêste modo, o mundo poderia tornar-se melhor física, intelectual e talvez, também, espiritualmente".

Outubro de 1943.

ASPECTOS DO ENSINO NUMA ESCOLA NORTE-AMERICANA

M. MARQUES DE CARVALHO

Do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Tive oportunidade de observar, como aluno da *Graduate Division*, da Escola de Educação da Universidade de Pennsylvania, como é encarado nos Estados Unidos o problema da metodologia no ensino superior.

Neste particular, parece que os americanos não fazem diferença essencial entre os problemas da metodologia de ensino superior e os de outros graus, pois também neste nível os princípios referentes às diferenças individuais, à personalidade dos alunos, às formas de aprendizagem, merecem a maior atenção de parte do professor. Aliás, a escola superior americana tem por finalidade, também, preparar professores para cursos de mais alto nível, coisa que não é comum em outros países.

COMO INICIEI O CURSO

Uma vez matriculado na escola, designaram-me três professores "orientadores", que seriam os meus conselheiros. Não são professores especialmente dedicados a essa tarefa, mas, do quadro regular, que assumem essas funções, porque o trabalho dos docentes não se limita a dar aulas.

Esses três professores marcaram entrevistas comigo, e, nestas, indagaram de meus interesses, minhas atividades no Brasil no campo da educação, meus cursos anteriores, etc.. E, entre os muitos cursos de cada disciplina, aconselharam-me os que julgavam mais bem servir aos meus interesses e atividades no ensino brasileiro, discutindo comigo a escolha que eu já fizera. Depois, encaminharam-me para os professores dos cursos escolhidos, com os quais tive idêntica palestra.

Cada professor quer sempre saber dos interesses do estudante, de suas atividades profissionais e de seu preparo básico. Quando julga a

escolha apressada, não tem dúvidas em aconselhar outros cursos, seus ou de outros mestres. Se julga o preparo do aluno insuficiente, não vacila também em aconselhar outros estudos.

Os meus conselheiros, por exemplo, verificando minhas dificuldades no manejo da língua, agravadas pelo fato de eu haver chegado quase um mês depois de iniciadas as aulas, aconselharam-me a tomar apenas um pequeno número de cursos, três, quando eu deveria e queria tomar seis, pois desejava fazer doze cursos em um ano escolar, o máximo permitido, e o necessário para poder diplomar-me e obter o grau de *Master*. Isto obrigou-me a fazer o curso de verão para obter os três cursos restantes.

Algumas de minhas escolhas, baseadas em informações gerais dos catálogos e publicações da Universidade e no escasso conhecimento que tinha dos professores, foram modificadas depois de uma explicação mais minuciosa do conteúdo de cada curso, dos trabalhos necessários, e de seus objetivos específicos. Por exemplo, desejava eu seguir certos cursos de Psicologia como "Correção de defeitos de linguagem" e "Métodos de estudo da Personalidade". Explicou-me o professor que esses cursos eram essencialmente práticos, devendo os alunos estar em contato com crianças, conversar com elas demoradamente, observá-las e treiná-las intensamente, coisa que eu, como estrangeiro e com domínio incompleto da língua, dos hábitos e atitudes das crianças americanas, não poderia fazer, evidentemente. E aconselhou-me outros em que tais inconvenientes não existiam.

Como se vê, não há um curso rígido, igual para todos os alunos. Ao contrário, cada um escolhe os que deseja seguir, dentro de certos limites, pois, é claro, há os obrigatórios e os livres para cada especialidade. Os obrigatórios constituem o núcleo da escolha feita, e entre estes há, sempre, ainda, possibilidade de variação. Aqui é necessário um parêntese, para que se entenda bem o sistema de escolha e limitação de cursos. Não há, em geral, nas grandes universidades americanas, o que nós chamamos de *matéria*, *disciplina*, ou *cadeira*, porque, via de regra, estas acham-se subdivididas em muitas especialidades. Assim, por exemplo, não há uma sociologia, ou psicologia educacional, nas escolas de educação: cada uma dessas disciplinas está desdobrada em muitos cursos, havendo dezenas de cursos de psicologia e de sociologia, cada um constituído de um ramo desses estudos, que nós englobamos sob aqueles dois títulos. Diversos professores podem lecionar a matéria, tratando cada um

de uma parte especializada. Assim, o aluno pode, entre os vários ramos do que nós chamamos de *cadeira*, escolher os de maior interesse.

De outro lado, deve-se ter em mente que os cursos podem ser dados em um semestre apenas, ou meio semestre, nos períodos de verão. O que se exige não são cursos completos, mas trabalho escolar eficiente em determinados ramos do conhecimento, para atingir os objetivos da preparação profissional. Por isso mesmo, o aluno pode fazer, como eu fiz, cursos de outras escolas da Universidade, que é, em si, uma unidade e não a justaposição de escolas isoladas.

A PRIMEIRA AULA

Na primeira aula o professor começa por fazer uma descrição do curso, explicando as suas finalidades gerais. Depois faz uma análise rápida dos seus objetivos particulares e, em seguida, uma descrição da distribuição do programa, mostrando e discutindo, em cada parte, os seus objetivos.

Enumera, a seguir, os trabalhos que os alunos deverão fazer durante o curso todo e os métodos a serem adotados. Completa a descrição uma análise dos livros, relatórios, publicações periódicas e fontes de consulta para o estudo e preparo das aulas e trabalhos, com a indicação ainda dos locais onde podem ser encontrados facilmente.

Os professores costumam distribuir, em folhas impressas ou mimeografadas, o programa do curso, o qual quase sempre, contém as seguintes informações:

- a) as finalidades gerais do curso;
- b) seus objetivos particulares e principais problemas a serem estudados;
- c) os processos gerais de estudo;
- d) bibliografia essencial para o curso todo;
- e) trabalhos parciais e finais que os alunos deverão apresentar ou fazer durante o curso.

Alguns professores apresentam planos diferentes deste. Um houve, por sinal bem velho, no fim da carreira (pois esse era o seu último ano de atividade) que apenas apresentou uma lista dos assuntos a serem estudados, com a indicação de sessenta livros classificados, fazendo também uma análise de uns e outros.

Já na primeira aula o professor distribui, também, o resumo da aula seguinte. Esse resumo contém, as seguintes informações:

- a) as finalidades gerais do assunto, ou unidade didática a tratar,
- b) os objetivos especiais do assunto, desdobrado este em perguntas, problemas, sugestões para ligeiras pesquisas bibliográficas ou pequenos trabalhos, que visem levar o aluno a compreender mais claramente aqueles objetivos;
- c) bibliografia;
- d) trabalho a ser feito.

Esses resumos, que se chamam "resumos-guias", têm por finalidade orientar o estudo dos alunos. Por isso apresentam os objetivos gerais e específicos de cada aula, problemas que apresentam e precisam ser resolvidos, citando a seguir as fontes de informação e de referência para estudo e resolução das dificuldades suscitadas. O trabalho final tem por fim coordenar, sintetizar e exprimir por escrito o estudo feito. Por ele o professor pode avaliar o progresso e o aproveitamento do aluno e a eficiência do seu ensino.

Permitem eles, ainda, maior aproveitamento das aulas, e, por outro lado, prolongam, fora da classe a orientação da aprendizagem.

Todo o programa é assim dividido em unidades completas, contendo um assunto delimitado. Tais unidades, por vezes, são amplas e exigem duas ou três aulas para serem estudadas. Outras vezes podem ser estudadas em uma única aula.

Não constituem, pois, uma aula, mas uma unidade de aprendizagem.

Esses "resumos-guias" constituem um dos recursos da moderna metodologia do ensino, para individualizá-lo; e servem para orientar os alunos nas grandes escolas onde o ensino, por força das circunstâncias, não pode ser individual.

A forma de planejamento do curso e de suas unidades varia, naturalmente, conforme o professor e a disciplina. Um professor distribuía a aula toda mimeografada, algumas com mais de vinte páginas, material esse que no fim do ano daria um livro a ser publicado. Em outro curso, em que se estudavam apenas os problemas de classe na escola secundária (isto é, os problemas surgidos das atitudes dos alunos e do professor, ou da situação de classe, excluídos os da matéria propriamente dita), o plano foi algo diferente. O professor distribuiu os mesmos planos, mas as unidades de estudo eram cerca de 80 problemas comuns nas classes de escola secundária. Cada aluno, ou grupo de alunos, deveria

estudar um daqueles problemas e apresentar o resumo escrito do estudo e observações feitas em escolas da Cidade. Cada aula, assim, era inicialmente dada por um aluno previamente escolhido e, depois, sob a liderança do professor, coordenada, discutida, ampliada, reorganizada.

A título de exemplo, damos abaixo um plano geral de um dos cursos, dos mais resumidos, pois era de dois meses de duração:

EDUCAÇÃO S90b — INSPEÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO (SUPERVISION)

INTRODUÇÃO

I — Finalidades do curso

1. A compreensão dos princípios e das práticas da inspeção da educação secundária, baseada no conhecimento geral das principais fontes de informações.
2. Habilidade para formular soluções para problemas específicos da inspeção escolar da educação secundária.

II — Objetivos do curso

- Unidade 1 — Situação atual da inspeção na educação secundária.
- Unidade 2 — Filosofia da inspeção da educação secundária.
- Unidade 3 — Um programa de inspeção para a escola secundária.
- Unidade 4 — A elaboração do programa da escola secundária como fundamento de supervisão eficiente.
- Unidade 5 — Inspeção das atividades instrutivas da escola secundária.
- Unidade 6 — Avaliação dos resultados da educação geral no ensino secundário.
- Unidade 7 — Inspeção e a integração do programa de educação secundária.
- Unidade 8 — A avaliação científica da inspeção no ensino secundário.

III — Trabalhos exigidos:

1. Cada estudante deve ler, tanto quanto o tempo permita, as obras indicadas na bibliografia, de cada unidade. O trabalho escrito relativo a cada unidade deve ser apresentado imediatamente após a terminação do trabalho de classe.
2. Cada estudante deverá preparar um relatório final sobre um problema de sua escolha, aprovado pelo professor.

IV — Bibliografia (segue-se uma lista de nove livros e publicações essenciais, acompanhada da nota — bibliografia especial será indicada nos resumos de cada unidade).

DESENVOLVIMENTO DO CURSO. MÉTODO DE ENSINO E ESTUDO

As aulas nem de longe se pareciam com uma exposição ou com uma preleção do tipo habitual de nossas escolas.

Tomemos por exemplo a primeira aula do programa citado em que se estudaria a 1.^a unidade: *Situação da inspeção na educação secundária*.

Tendo recebido um impresso com instruções, os alunos estudavam a matéria *antes da aula*. O impresso contém o seguinte, em resumo:

1. Objetivo principal desta unidade (segue-se a explicação).
2. Significação de inspeção (seguem-se quatro problemas e a bibliografia respectiva com indicação de livros e páginas).
3. Fins da inspeção da educação secundária (seguem-se duas questões fundamentais e a bibliografia).
4. Tipos de organização e programas para a inspeção da educação secundária (seguem-se seis problemas fundamentais e bibliografia).
5. O pessoal encarregado da inspeção da escola secundária. Situação atual e suas funções (seguem-se cinco questões fundamentais e a bibliografia).
6. Trabalho — Resuma com alguma minúcia a situação atual da inspeção da educação secundária nos Estados Unidos (este sumário deve ser entregue na próxima aula depois de terminado o estudo desta unidade).

Recebidas estas instruções, com a indicação de uma dezena de livros especializados, os alunos reúnem o material de que já dispõem, suas experiências, livros e observações e estudam as primeiras questões propostas, ou tôdas, se o tempo o permitir, e, na biblioteca lêem o máximo que podem dos livros indicados. É necessário acrescentar que não faltam na biblioteca os livros indicados, pois o curso é planejado muito antes do início das aulas e a biblioteca sempre informada previamente das necessidades do estudo. Os livros mais consultados existem em duplicata, triplicata, ou ainda em maior número de exemplares. Conforme o caso, só podem ser consultados na própria biblioteca, ou emprestados apenas por um, dois, três dias.

No dia da aula, estão todos com os resumos-guia, inclusive o professor que, depois de apresentar o assunto e explicar com minúcias a primeira parte, inicia a aula levantando o primeiro problema apresentado na segunda parte. Espera a resposta de um aluno, ou a pede a um determinado estudante. Inicia-se assim uma conversa sobre o assunto em que cada um apresenta os problemas que a questão suscita, as soluções sugeridas pelos autores, as soluções experimentadas nas escolas, as dificuldades surgidas na prática e a discussão de cada um desses aspectos do problema. Outros alunos entram no debate, ora para relatar suas experiências, para citar outro ponto de vista, para citar outra solução tentada em determinado estado, escola ou país, ora para citar conclusões de investigações recentes publicadas em revistas especializadas. O professor, a esse tempo, vai coordenando as citações, descrições e

opiniões, dando-lhes direção, evitando dispersão, mostrando as dificuldades que se apresentam a uma solução sugerida e menos feliz ou prática, conduzindo todos, enfim, para a solução final do problema. Em seguida, usando do quadro negro apresenta gráficos, ilustrações, sempre que possível e conveniente e passa, então, aos problemas seguintes e, assim, até o fim da aula. Nem sempre é possível terminar o estudo de uma daquelas unidades numa só aula.

Na reunião seguinte, o professor recapitula rapidamente o estudo feito na aula anterior e continua o estudo sob a mesma forma.

Ao terminar a unidade, cada aluno deve apresentar um trabalho escrito, com o resumo dos seus estudos e das discussões de classe, na forma pela qual foi ele capaz de resumir. Esse trabalho, em geral, dá de 8 a 15 páginas. Às vezes o aluno não entrega o trabalho, mas, sem que nada diga, apresenta-o duas ou três aulas depois. Se não o apresentar não terá nota, pois esta é dada pelo trabalho. Casos há de alunos que só recebem as suas notas depois dos exames finais do curso, quando tenham entregue todos os trabalhos exigidos. Se não entregar, de nada valerão desculpas e justificações, pois a qualquer época poderá fazer os trabalhos atrasados e apresentá-los.

É interessante notar aspectos característicos das aulas. A impressão que se tem, quando o professor levanta o primeiro problema a ser estudado, ou inicia a aula, é que todos realmente encontraram aquela dificuldade em suas atividades. Estão empenhados em resolvê-la. As soluções sem valor, as contribuições inúteis, são delicadamente esquecidas ou afastadas mediante o levantamento das dificuldades que apresentam. Ninguém monopoliza a aula. Parece que todos compreendem que devem falar o estritamente necessário, sem circunlóquios, como se compreendessem que o tempo deve ser distribuído por todos e é escasso. As aulas duram duas horas, geralmente. Verdade é que o professor está sempre atento, dando oportunidade a todos, e evitando que os palradores tomem conta da aula, o que não impede que uma contribuição realmente interessante e de valor tome por vezes grande parte do tempo.

De outro lado, é grato observar a habilidade do professor em dirigir a discussão e o trabalho em grupo. Em todo um ano escolar, que estive na Universidade, não assisti sequer a um desentendimento ou dificuldade entre alunos, e estes e o professor, por mais ligeiro que fôsse. E discussões não faltaram.

Mas, parece que todos estavam realmente interessados em resolver da melhor maneira as dificuldades que os problemas educacionais apre-

sentam, e não em estudar, ou memorisar o que dizem os livros e os professores. Isso provavelmente resulta do longo treino, pois esse método já se inicia na escola primária. Este simples fato talvez explique, em parte, o alto senso de cooperação e a grande capacidade de empreendimento dos norte-americanos.

Presenciei várias vezes aulas sem professor. Na ausência deste, um aluno tomava a direção da classe e, seguindo o resumo-guia, a aula prosseguia normalmente, com o mesmo interesse. Na outra aula, o professor continuava o estudo no ponto parado anteriormente, como se a aula houvesse sido dada por ele mesmo.

E' comum também chamar pessoas estranhas para descrever suas experiências especializadas, relacionadas com a aula do dia. Brasileiros e chineses, que seguiam o curso, éramos freqüentemente solicitados a relatar as soluções encontradas em nossos países para os problemas em estudo.

Era interessante observar também a atitude dos professores, objetiva e despretenciosa. Não se acanhavam em dizer "não sei", "não li", "não conheço"; não raro recebiam informações de alunos sobre livros e artigos de revistas, pedindo indicação completa para lerem depois. Também não raro era deixarem um problema em suspenso porque não encontravam solução satisfatória entre as de outrem e as próprias. Nem se acanhavam em pedir aos alunos que descrevessem suas experiências, ou falassem de um assunto, em que por acaso, tivessem conhecimento especializado.

Outro aspecto a notar constitui o auxílio amplo que os professores prestavam aos alunos, individualizando ao máximo o seu ensino. Seus gabinetes eram verdadeiras bibliotecas especializadas, com secretárias, sempre dispostas a indicar orientação ou fornecer material de estudo. Grande parte de seu tempo dispendem os professores em entrevistas com os alunos.

A meu ver, o método usado se caracteriza por estes aspectos essenciais:

- a) os alunos estudam antes da aula;
- b) o professor parte dos estudos e conhecimentos do alunos para ir desenvolvendo o assunto;
- c) a participação dos alunos na aula é considerável, pois freqüentemente o professor fala, em conjunto, muito menos que os alu-

nos. Por outras palavras, a aula é ativa. O aluno é chamado constantemente a exprimir o estudo feito, em exposição oral ou escrita;

d) o estudo dos alunos é orientado ainda mesmo fora de classe, pelos resumos-guias e pelas entrevistas com o professor;

e) o ensino é objetivo, pois generalidades, soluções lógicas, mas sem base em verificações experimentais ou reais, opiniões pessoais teóricas, não são tidas em muita conta;

f) não se dá muito valor às informações, pois o que importa são as conclusões, as soluções dos problemas educacionais, ou seja o uso das informações e não a erudição revelada em citações, em conhecimentos de estudos, de autores, etc.;

g) a medida do ensino se faz com grande freqüência, através dos trabalhos escritos exigidos.

OS RESUMOS DOS ESTUDOS

Todos os professores exigem grande soma de estudo de parte dos alunos. Como vimos, ao fim de cada unidade devem eles apresentar um resumo escrito do trabalho feito. E esse resumo, que às vezes é substituído por outra atividade, conforme o assunto, deve ser um trabalho sério. Deve revelar as leituras feitas, a reflexão sobre os problemas apresentados na unidade e as conclusões feitas com base objetiva. Linguagem rebuscada, excesso de verbalismo, reflexões filosóficas ou generalidades, estudo parcial de um determinado ponto de vista, falta de noção do que foi estudado em classe, ausência de organização do pensamento e da exposição — e lá virá a nota baixa, seja o aluno, o diretor de importante escola da cidade, ou inspetor escolar da região, pouco importa.

Cada professor exige tipos diversos de trabalhos, conforme a disciplina: um professor exigia resumos de livros inteiros, por exemplo; outro pedia um organograma de um serviço de orientação educacional para uma escola secundária de 200 alunos e oito professores; dados os erros e acertos obtidos num teste, solicitava outro que os alunos fixassem os critérios para a avaliação da prova, etc.

Esses trabalhos tomam muito tempo dos alunos, mas é verdade que obrigam a um exercício magnífico de estudo, esforço de síntese e cuidado na expressão do pensamento.

Fui obrigado a aprender a fazer, em inglês, o que todos deviam saber fazer em sua própria língua: a escrever diretamente à máquina os trabalhos. De início, fazia esses resumos em português e, depois,

vertia-os para o inglês. Logo verifiquei que não havia tempo para isso, e passei, então, a rabiscar um esquema em português — e, depois, em inglês também — limitando o número de páginas para cada parte do trabalho. Colocava, então, o papel na máquina, com livros e notas de estudo ao lado, e ia escrevendo de vagar o trabalho.

Fato curioso, sintoma do desenvolvimento social do país, nota-se no estudante norte-americano um ritmo de vida e de estudo vertiginoso. Lê velozmente e lê, realmente, quase tudo o que é indicado pelo professor. É que sabe ler, procurando nos livros o pensamento útil, e não a forma e as palavras: lê “procurando” e não seguindo as linhas.

A APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES NAS PROVAS DE NÍVEL MENTAL

ELISA DIAS VELLOSO

Do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

As provas de nível mental e aptidão organizadas pela Seção de Orientação e Seleção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos são preparadas, comumente, de forma a agruparem, em cada uma de suas “partes”, certo número de questões de um mesmo tipo; por exemplo, 10 questões de execução de ordens, ou 20 questões de códigos, ou 15 palavras a completar.

Para organização dessas provas, não havia, até agora, elementos que permitissem fixar um critério para a disposição das questões, em cada parte, por ordem crescente de dificuldade, como seria aconselhável.

Procura-se, entretanto, proporcionar ao candidato uma oportunidade de mais fácil ajustamento à situação, apresentando-lhe, no início de cada uma das partes da prova, aquelas questões que — mesmo numa apreciação subjetiva — pareçam de mais fácil solução.

Pelo estudo estatístico que se segue à apuração dos resultados, determinadas as dificuldades relativas das questões (em função da percentagem de respostas certas e em termos de desvios padrões) é atribuída a cada uma delas uma classificação entre as demais, de acordo com o seu grau de *dificuldade*. Acontece, porém, que uma questão apresentada, digamos, em 3.º lugar, na página, pode vir a ocupar o 10.º lugar, entre as demais, quanto à dificuldade que oferece a determinado grupo de candidatos.

Comparemos, por exemplo, a *ordem de colocação na prova* e a *ordem pela dificuldade*, das questões incluídas na 2.ª parte da prova

mental para concurso de Escriurário (C. 11) — letras de várias palavras em desordem para recomposição de cada palavra):

Ordem na prova	Questões	Ordem pela dificuldade
1	i-r-u-b	6
2	o-b-a-c-n	5
3	c-v-l-i-i	1
4	n-i-a-f-l	2
5	e-d-m-o-a	3
6	n-d-g-e-a-r	8
7	l-a-n-j-r-o	4
8	b-u-l-c-i-p-o	7
9	t-a-l-n-e-a-p	9

Dentre as pesquisas a serem efetuadas em torno dos resultados obtidos nas provas de nível mental, seria de interesse, portanto, verificar até que ponto tem havido correspondência entre a disposição das questões em cada parte da prova e a classificação que lhes é atribuída, de acordo com a dificuldade relativa, objetivamente verificada.

Inicialmente, determinaram-se as correlações entre a ordem de apresentação das questões em cada parte da prova e a mesma série de questões, ordenada de acordo com a dificuldade relativa. Esse trabalho foi efetuado, com relação a cada uma das partes da prova de nível mental, em separado.

Quanto ao material que serviu de base para tal estudo, tomamos ao acaso provas usadas na seleção para 12 carreiras e funções diversas, assim como, também, 11 tipos diferentes de questões — ao todo, 28 partes de provas de nível mental.

Esse conjunto — num total de 417 questões analisadas parece constituir material variado, de forma a não refletir apenas o que se passa com um ou outro tipo de prova ou questão.

Foram estudados os resultados obtidos em provas para as carreiras e funções seguintes:

<i>Almo-xarife</i>	<i>Escriurário</i>
<i>Arquivista</i>	<i>Estatístico auxiliar</i>
<i>Carteiro</i>	<i>Extranumerário da Central do Brasil</i>
<i>Dactilógrafo</i>	<i>Guarda-sanitário</i>
<i>Dactiloscopista</i>	<i>Polícia especial</i>
<i>Detetive</i>	<i>Revisor.</i>

Enquadram-se as 417 questões analisadas em 11 tipos diversos, a saber:

<i>Execução de ordens</i>	<i>Expressões numéricas</i>
<i>Analogias</i>	<i>Comparação</i>
<i>Observação</i>	<i>Complemento de palavras</i>
<i>Código</i>	<i>Consequência lógica</i>
<i>Séries numéricas</i>	<i>Letras trocadas</i>

Interpretação de trechos.

Para pesquisa das correlações, foi aplicado, de início, um dos processos de Spearman, uma vez que seriam procuradas correlações sobre pequeno número de casos (cada uma das partes de provas continha de 5 a 30 questões, no máximo); e ainda por ser esse processo rápido e simples, para uma primeira investigação.

Tratava-se, além disso, de uma verificação cujas conclusões não se destinavam a ser generalizadas, uma vez que o presente estudo visa apenas o conhecimento mais exato das condições em que se vem procedendo à seleção por nível mental, até agora.

Desta maneira, os primeiros resultados de correlação foram obtidos pela fórmula

$$q = \frac{6 \sum d^2}{N(N^2 - 1)}$$

onde:

d = diferença de posição observada para cada questão, numa e noutra classificação;

N = número de questões.

q = correlação procurada.

Posteriormente, foram os resultados transformados em coeficientes de correlação (Pearson) e determinados os respectivos erros padrões. (1)

Os resultados encontrados são os da tabela da página seguinte.

Calculada a média dos coeficientes encontrados, o que daria uma impressão geral, foi obtido o valor + 0,27, que representa correlação baixa.

(1) Cf. MITON ROBRIGUES, *Elementos de Estatística Geral*, 2.^a ed., tabela IX, 1939, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

CONCURSO OU PROVA DE HABILITAÇÃO	PARTE DA PROVA	N.º DE QUESTÕES	CORRELAÇÃO (Spearman)	COEFIC. r (Pearson)	ERRO PADRÃO DE r	
					+	-
Almoxarife.....	Analogias.....	10	-0,36	-0,37	0,27	
Datiloscopista.....	Conseq. lógica.....	10	0,33	0,34	0,28	
Revisor.....	Analogias.....	15	0,25	0,26	0,25	
Arquivista.....	Ord. alfabética.....	9	0,16	0,17	0,32	
Escriturário.....	Expres. numéricas.....	8	0,95	0,95	0,34	
Dactilógrafo.....	Letras em desordem.....	10	0,21	0,22	0,30	
Guarda Sanit.....	Ordens.....	9	0,63	0,65	0,19	
Dactilógrafo.....	Ordens.....	10	0,50	0,52	0,23	
Extran. Central.....	Ordens.....	10	0,59	0,61	0,20	
Extran. Central.....	Expres. numéricas.....	40	0,02	0,02	0,16	
Almoxarife.....	Ordens.....	9	0,17	0,18	0,32	
Escriturário.....	Analogias.....	24	0,30	0,31	0,18	
Carteiro.....	Comparação.....	22	-0,02	-0,02	0,21	
Estat. Auxiliar.....	Ordens.....	5	-0,40	-0,42	0,37	
Dactilógrafo.....	Ordens.....	7	-0,21	-0,22	0,36	
Arquivista.....	Ordens.....	15	0,49	0,51	0,19	
Polícia Esp.....	Ordens.....	7	0,43	0,45	0,30	
Escriturário.....	Int. de trechos.....	10	-0,15	-0,16	0,31	
Detetive.....	Observação.....	11	0,76	0,77	0,12	
Escriturário.....	Analogias.....	12	-0,44	-0,46	0,23	
Polícia Esp.....	Comparação (N.ºs).....	30	0,55	0,57	0,12	
Revisor.....	Código.....	20	0,28	0,29	0,20	
Almoxarife.....	Expres. numéricas.....	20	0,88	0,89	0,44	
Escriturário.....	Séries.....	15	0,50	0,52	0,29	
Detetive.....	Código.....	9	-0,12	-0,13	0,33	
Dactilógrafo.....	Analogias.....	20	0,51	0,53	0,15	
Revisor.....	Compl. de pals.....	20	0,40	0,42	0,18	
Polícia Esp.....	Compar. de palav.....	30	0,11	0,12	0,18	

Como se vê, os coeficientes apresentam uma oscilação de -0,46 a +0,95.

Se observarmos as correlações encontradas pelo mesmo processo, levando em conta um só daqueles tipos de questões, isto é, em 8 páginas de *execução de ordens* incluídas em provas diferentes, teremos os resultados abaixo:

EXECUÇÃO DE ORDENS

CONCURSO OU PROVA DE HABILITAÇÃO	N.º DE QUESTÕES	CORRELAÇÃO (Spearman)	r (Pearson)	ERRO PADRÃO DE r	
				+	-
Guarda Sanitário.....	9	0,63	0,65	0,19	
Dactilógrafo.....	10	0,50	0,52	0,23	
Extran. Central.....	10	0,59	0,61	0,20	
Almoxarife.....	9	0,17	0,18	0,32	
Est. Auxiliar.....	6	0,40	0,42	0,34	
Dactilógrafo.....	7	0,21	0,22	0,36	
Arquivista.....	15	0,49	0,51	0,19	
Polícia Especial.....	7	0,43	0,45	0,30	

Calculada a média das correlações encontradas acima, (valor de r) foi encontrado o valor + 0,34, correlação ainda baixa.

Pela média das correlações encontradas, e por inspeção das tabelas que incluem os coeficientes e os erros padrões, verifica-se que êsses

coeficientes praticamente não têm significação; assim, os cálculos efetuados não informam com segurança sobre a correlação existente entre as duas séries consideradas — o que não se pode estranhar, uma vez que as questões teriam de ser estudadas em pequenos grupos.

Desta maneira, foi necessário proceder a nova investigação que proporcionasse uma visão de outro ângulo, pelo qual se pudesse verificar se as questões, em cada uma das partes da prova mental, iriam oferecendo dificuldades crescentes aos candidatos.

Para isso, cada uma das partes das provas foi dividida em três grupos de questões: um, inicial; outro, central e ainda outro, final. Calculou-se, então, a média das dificuldades relativas para cada um desses grupos. Foram consideradas, ainda uma vez, as mesmas provas utilizadas no estudo de correlações, e mais duas respectivamente para Escriturário e Revisor.

Tomando, ainda, o exemplo citado, da prova de Escriturário, (C. 11) — *letras em desordem*, ver-se-á como foi dividida aquela parte da prova em três grupos, de três questões cada um, no caso, e obtidas as seguintes médias das dificuldades relativas dos três grupos:

1.º grupo ..	$\left. \begin{array}{l} 1. \text{ i-r-u-b} \dots\dots\dots \\ 2. \text{ o-b-a-e-n} \dots\dots\dots \\ 3. \text{ c-v-l-i-i} \dots\dots\dots \end{array} \right\}$	Média das dificuldades relativas — 37,0
2.º grupo ..	$\left. \begin{array}{l} 4. \text{ n-i-a-f-l} \dots\dots\dots \\ 5. \text{ e-d-m-o-a} \dots\dots\dots \\ 6. \text{ n-d-g-e-a-r} \dots\dots\dots \end{array} \right\}$	Média das dificuldades relativas — 40,3
3.º grupo ..	$\left. \begin{array}{l} 7. \text{ l-a-n-j-r-o} \dots\dots\dots \\ 8. \text{ b-u-l-c-i-p-o} \dots\dots\dots \\ 9. \text{ t-a-l-n-e-a-p} \dots\dots\dots \end{array} \right\}$	Média das dificuldades relativas — 46,0

Em cerca de 61% dos casos observados, o 2.º grupo de questões apresentou, em média, dificuldade relativa maior que o primeiro grupo; em 59% o 3.º grupo apresentou maior dificuldade que o 2.º; e em 71% das vezes o 3.º grupo se mostrou mais difícil que o 1.º.

A seguir, calculou-se a média das dificuldades relativas dos grupos em que fôra dividida cada uma das partes do teste — reunidas 4 partes de 14 provas diversas. Pode-se observar, então que, na maioria

dos casos, as médias crescem do primeiro para o terceiro grupo, nesse conjunto:

	Média das dif. relat.		Média das dif. relat.												
1. ^a parte	<table border="0"> <tr><td>1.^o grupo</td><td>34,8</td></tr> <tr><td>2.^o "</td><td>35,1</td></tr> <tr><td>3.^o "</td><td>38,1</td></tr> </table>	1. ^o grupo	34,8	2. ^o "	35,1	3. ^o "	38,1	2. ^a parte	<table border="0"> <tr><td>1.^o grupo</td><td>40,6</td></tr> <tr><td>2.^o "</td><td>41,1</td></tr> <tr><td>3.^o "</td><td>41,7</td></tr> </table>	1. ^o grupo	40,6	2. ^o "	41,1	3. ^o "	41,7
1. ^o grupo	34,8														
2. ^o "	35,1														
3. ^o "	38,1														
1. ^o grupo	40,6														
2. ^o "	41,1														
3. ^o "	41,7														
3. ^a parte	<table border="0"> <tr><td>1.^o grupo</td><td>36,0</td></tr> <tr><td>2.^o "</td><td>39,9</td></tr> <tr><td>3.^o "</td><td>39,6</td></tr> </table>	1. ^o grupo	36,0	2. ^o "	39,9	3. ^o "	39,6	4. ^a parte	<table border="0"> <tr><td>1.^o grupo</td><td>41,5</td></tr> <tr><td>2.^o "</td><td>41,1</td></tr> <tr><td>3.^o "</td><td>48,2</td></tr> </table>	1. ^o grupo	41,5	2. ^o "	41,1	3. ^o "	48,2
1. ^o grupo	36,0														
2. ^o "	39,9														
3. ^o "	39,6														
1. ^o grupo	41,5														
2. ^o "	41,1														
3. ^o "	48,2														

Mostram os dados acima que, de maneira geral, as dificuldades vão crescendo das primeiras para as últimas questões.

Se tomarmos, ainda, todos os grupos iniciais de cada uma das quatro partes de cada uma dessas 14 provas, e obtivermos a média das dificuldades relativas desse conjunto de questões, encontraremos o valor 38,7. Procedendo da mesma forma para os grupos centrais, teremos 40,3; e, para os finais, 42,2.

Portanto, numa visão geral, embora grosseira, pôde-se verificar um aumento de dificuldade do 1.^o para o 2.^o, e deste para o 3.^o grupo de questões.

Embora não se tornasse sensível ao cálculo de correlação uma correspondência segura entre a disposição das questões e sua ordem de dificuldade, pode-se dizer que se observa um crescimento das médias das dificuldades relativas, em cada uma das partes das provas.

Para a disposição das questões em ordem crescente de dificuldade, o I.N.E.P. vem preparando um arquivo de questões aferidas, que permitirá uma organização de provas baseada no conhecimento prévio da dificuldade relativa que cada questão oferece a cada grupo de candidatos.

MODALIDADES DE EDUCAÇÃO GERAL

LOURENÇO FILHO

Do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Quais são as modalidades de "educação geral", não específicas do ensino secundário ou primário, mas que devem ser dadas pelas escolas secundária ou primária, para que o ensino secundário ou primário tenham "caráter educativo pleno", vindo a ser legitimamente educação secundária e educação primária? ()*

A pergunta pressupõe uma "educação geral", na qual se possam compreender "modalidades". Distingue o "ensino" da "educação" propriamente dita, admitindo, porém, que o ensino possa vir a ter "caráter educativo pleno". E, em consequência, deseja que se indiquem as "modalidades" de educação geral, a serem efetivamente dadas na escola primária e secundária, a fim de que estas instituições cumpram, da melhor forma, sua tarefa educativa.

Convém examinar, de início, a compreensão dos termos empregados, para que a questão possa ser tão claramente proposta quanto possível.

O termo "educação" pode ser empregado, entre outros, em dois sentidos:

- no do *processo* que consista em desenvolver, ajustar, ou aperfeiçoar, pelo exercício gradual, as capacidades do indivíduo;
- no de *resultado* desse mesmo processo.

Na compreensão de "processo", o conceito de educação não é autônomo, pois que se apresenta como o de um meio para um fim. Na compreensão de "resultado", tem maior amplitude. A tal ponto, que admite variedade de adjetivação (educação física, intelectual, social,

(*) Resposta a uma consulta enviada ao I.N.E.P., e redigida nesses termos.

moral, cívica, religiosa, econômica, militar, sanitária, sexual, artística, política, profissional, etc.).

Com relação ao *agente* a educação pode ser hetero-educação e auto-educação. Com relação ao *estado do paciente*, pode ser da infância, da adolescência, do adulto; normal, e terapêutica ou emendativa. Com relação à sua *significação social*, pode ser comum e especial. Com relação a um fim *específico* considerado, diz-se (embora sem maior propriedade) do físico, da inteligência, do caráter, dos sentidos, da atenção, da memória, da imaginação, etc. Com relação às *instituições* que a ministrem, oficial ou privada, escolar e extra-escolar, etc.

Os autores modernos tendem a empregar o termo "educação", quando desacompanhado de qualquer restritivo, no mais amplo sentido, como *processo*, ou como *resultado*. No domínio social, a educação é, assim, um "largo processo de transmissão e ajustamento de técnicas, ideais e aspirações, de umas e outras gerações"; a "socialização da criança" (Durkheim) ou "das novas gerações"; a "reconstrução da experiência" nas novas gerações, em face da experiência acumulada, mas, também, em face das novas condições de vida (Dewey); a "adaptação social" (Natorp); o "ajustamento social" (Counts); o "ajustamento político" ou "implantação da cidadania" (Kerschensteiner). No domínio biológico, a "educação é vida", não mais "preparação para a vida" (Dewey), e, assim, desenvolvimento, expansão de capacidades. No domínio psicológico, é, sobretudo, "integração social", harmonização das tendências individuais com as possibilidades da vida coletiva, em cada ambiente e época determinada. No domínio moral é "a formação da personalidade", a "integração do caráter", a "compreensão de valores".

Do confronto de várias das definições e descrições apontadas, como é fácil verificar, resultam aparentes contradições e antinomias, conforme se tome, ora o ponto de vista da sociedade, ora o do indivíduo; dos valores tradicionais, ou da mudança social; do adulto ou das novas gerações; o dos meios ou o dos fins.

A solução desse aparente conflito só poderá ser encontrada numa concepção de ordem *dinâmica*, ao invés de *estática*; na compreensão de que vivemos, realmente, numa "civilização em mudança" acelerada; na admissão da idéia de que, para preparar para a vida, é preciso vivê-la, em toda a complexidade que apresenta em nosso tempo.

Não há, como muitos querem supor, a simples oposição de uma atitude *naturalista*, a do presente, contra uma atitude *idealista*, que seria

a do passado. O que há são novas condições de vida, que impõem novos problemas à organização social, à vida política, à educação. Notou-o, claramente Alfred Whitehead, quando escreveu: "Nossas teorias sociais, nossa filosofia política, nossas regras práticas de negócios, nossa economia política — e nossas doutrinas de educação são derivadas de uma ininterrupta tradição de grandes pensadores e exemplos práticos — desde a época de Platão, no 5.º século antes de Cristo, até o fim do século passado. O confronto dessa tradição era prejudicado pela errônea hipótese de que cada geração viveria, substancialmente, nas mesmas condições que haviam regido a vida das gerações precedentes; e que, seriam transmitidas essas mesmas condições para moldarem, com igual energia, a vida de seus descendentes. *Não estamos vivendo no primeiro período de história humana, para o qual, aliás, essa conclusão claramente já se evidencia como falsa*". (Business Adrift, Introduction, 1931).

O que a educação agora exige é que se compreenda essa mudança das condições da existência. Nem todos os valores se subverteram, mas a técnica de viver, que se apresenta às novas gerações, é diversa da nossa, em razão dos progressos da ciência, da economia industrial, dos novos poderes que o homem conquistou sobre a natureza, sobre a vida e a morte, sobre o pensamento. Por outro lado, sentido de maior dependência e, portanto, de maior integração, necessária entre os homens, como entre os povos — eis o novo sinal dos tempos.

A educação toma, por esta última razão, um cunho nitidamente social. A função de educar, por parte do Estado, passa a ser não apenas programa político, mas necessidade de organização e de direção da vida coletiva. Suas instituições escolares, de mera atuação instrutiva, ainda há pouco, aparecem agora como órgãos integralmente educativos — quando mais não seja para *coordenarem* a influência das demais instituições sociais (a família, a igreja, as corporações profissionais) e *resolverem os conflitos* entre estas últimas existentes.

Conseqüentemente, as modalidades de educação, a serem destacadas no trabalho da escola comum (primária e secundária) são todas aquelas em que uma educação integral, nessa compreensão, possam fazer supor. Conclusão de ordem geral, mas que convém estabelecer-se aqui, como ponto de partida.

Diante dela, não há, rigorosamente falando, modalidades específicas de educação, na escola primária ou secundária. Se a escola realmente se propõe a *educar*, todas as modalidades lhe cabem, porque a educação é um todo, no qual as partes não se decompõem senão por

mero artifício de análise. "Educação é vida", e a vida, em tôdas as suas manifestações deverá refletir-se na escola.

A própria pergunta, é certo, subentende esta conclusão. Quando ela se refere a modalidades "específicas" do ensino primário e secundário, quer salientar, sem dúvida alguma, a insuficiência da ação educativa da escola, posta, sobretudo, em termos de "instrução" e de "ensino", mais que de educação, no sentido amplo anteriormente descrito.

A origem das instituições escolares elucida a questão. Não nasceu ela, a escola, senão para sistematizar um aspecto da educação ou melhor ainda, um instrumento da educação — a transmissão de técnicas e de informações, que já o lar, a igreja, a comunidade não poderiam fornecer com a mesma economia e segurança de outros tempos.

"Ensinar" seria a arte de transmitir êsses conhecimentos e essas técnicas. E o ensino seria processo de inculcar as noções e as idéias, de gravar os sinais (*signus in*, no lat. pop. *in-signare*). Historicamente, foi essa a função da escola — a de mero centro de informações, no sentido da preparação profissional, primeiramente (corporações); na da luta contra o monopólio da sabedoria, depois (renascença). A êstes últimos aspectos, juntaram-se, na evolução das instituições escolares, a da defesa e da propagação da fé (reforma e contra-reforma); a da formação da cidadania (revolução francesa); sistemas públicos de ensino nos estados de base nacional (correr do século passado).

Com a evolução dos conhecimentos científicos (que permitiram conceber de modo diverso a infância e a adolescência), e o enfraquecimento da ação educativa de outras instituições sociais (a família, a igreja, o grupo profissional), a escola passou a ser, dos fins do século passado para cá, um órgão capaz de funções mais completas. Já em Herbart, encontramos a idéia de uma "instrução educativa", isto é, de uma "instrução" que, por sua forma, pudesse desenvolver e afirmar as capacidades intelectuais e as do caráter. Em Spencer, vai-se mais longe. Salienta-se a importância da ação amplamente educativa, nos aspectos da cultura física, intelectual e moral. E, desde aí, tornou-se hábito opor o conceito de *educação* ao de mera *instrução*, ou *ensino*.

As modalidades de educação, consideradas como "específicas" da escola primária e secundária, eram, e são ainda em grande parte, as que pretendessem a formação intelectual. Só na prática dos últimos tempos se introduziram os exercícios de educação física, e admitiram-se instituições de cunho extra-escolar, visando outros aspectos ou modalidades educativas.

Convém agora resumir os fatos lembrados, e as considerações à sua margem, para poder responder de modo claro à questão proposta:

a) outrora, as técnicas, conhecimentos e ideais, eram transmitidos diretamente dos pais aos filhos: a educação era função exclusiva da família;

b) a complexidade crescente da vida coletiva e o aumento do acervo de conhecimentos e técnicas, impôs a criação de órgãos especiais para a transmissão dessa herança social, nascendo, assim, a escola; esta teve a seu cargo, porém, a parte formal de instruir, e que deveria levá-la, facilmente, a afastar-se da realidade;

c) as mudanças sociais, impostas pela revolução industrial, iniciada no século passado, bem como a organização dos estados de base nacional, impuseram a extensão da obra da educação popular, de uma parte, e, de outra, novas tarefas à obra da escola;

d) o progresso de ordem científica na própria educação e as mudanças sociais, aceleradas depois da primeira guerra européia vieram transformar a concepção da escola popular de ensino comum, cujas funções tiveram de ser alargadas, com a nova compreensão da educação, entre as funções próprias do Estado.

À escola cabe fornecer, hoje, "educação integral", isto é, educação que ofereça oportunidades para a mais perfeita integração social das novas gerações, e não apenas as oportunidades de instrução que outrora vinha oferecendo. Em todos os níveis, a escola deve abandonar a sua feição literária formal, para tornar-se, realmente, um órgão de coordenação e retificação de toda a ação educativa da comunidade.

Como tal, deve:

a) oferecer condições para a melhoria da saúde física e mental;

b) promover a compreensão da vida familiar normal;

c) favorecer o encaminhamento das novas gerações para o trabalho, habilitando-as, desde logo, nas técnicas de produção;

d) prover a formação de uma larga consciência social, nas novas gerações, levando-as à compreensão dos deveres cívicos e dos direitos do cidadão;

e) preparar para as horas de lazer, imprimindo hábitos de recreação sadia;

f) levar à compreensão da necessidade de uma interpretação geral da vida, admitindo, sem dogmatismo, o desenvolvimento natural dos sentimentos religiosos, pregando e ensinando a tolerância.

Os amplos objetivos indicados no número anterior podem ser assim condensados:

- a) educação para a saúde;
- b) educação para a família;
- c) educação para o trabalho;
- d) educação para a coletividade;
- e) educação para a recreação;
- f) educação para a religião.

Donde, estas modalidades fundamentais de "educação geral":

- a) *educação da saúde*:
 - i) educação física;
 - ii) educação sanitária;
 - iii) educação sexual.
- b) *educação da família*:
 - i) educação doméstica;
 - ii) educação moral.
- c) *educação profissional*:
 - i) educação pré-profissional (intelectual, manual e orientação profissional);
 - ii) educação profissional;
 - iii) educação econômica.
- d) *educação cívica*:
 - i) educação do caráter;
 - ii) educação patriótica;
 - iii) educação política.
- e) *educação das horas de lazer*:
 - i) educação artística;
 - ii) educação desportiva.
- f) *educação religiosa*:
 - i) educação religiosa geral;
 - ii) educação religiosa especial.

Pode ser agora respondida a pergunta: "A fim de que a escola, primária ou secundária, possa ter caráter educativo pleno, deverá ofe-

recer condições e oportunidades para que os alunos organizem a sua conduta para a saúde, a família, o trabalho, a pátria, a recreação e a religião. Nestes termos se condensam, realmente, tôdas as modalidades de possível ação educativa".

Na escola primária, de feição educativa global, não será possível, nem conveniente discriminar, em atividades separadas, as várias modalidades indicadas. Na escola secundária, segundo o nível adotado, a extensão do currículo e outras condições — algumas das diferentes modalidades apontadas poderão constituir atividades discriminadas, no programa de ensino, ou em atividades extra-curriculares. Várias delas, porém, oferecerão oportunidades educativas numa só e mesma atividade. Assim, uma associação de alunos, por eles mesmos dirigida, para o fim de promover a educação artística, poderá oferecer oportunidades de educação cívica, moral, patriótica, política, desportiva. Certas modalidades apontadas (como a educação sanitária, por exemplo) cabem, em parte, no ensino científico; outras, no ensino literário; outras nas práticas de educação física, etc.

Será preciso não esquecer que a criança, ou o adolescente, não está, de uma parte, *vivendo*, e, de outra *recebendo educação*. Cada modalidade apontada não requer, assim, uma disciplina específica. A educação patriótica, por exemplo, pode ser estimulada numa aula de caligrafia, ou de cálculo elementar, como nas de geografia e história. A educação integral, enfim, não pode ser obtida pela soma de exercícios ou lições parceladas de uma escola; mas pelo ambiente geral que esta ofereça, pela vida social que a envolva, a preparação do professorado, a direção e orientação dos programas, a coordenação com a educação no lar, na igreja, na vida profissional.

I CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Convocada pelo governo da República do Panamá, reuniu-se, de 25 de setembro a 4 de outubro de 1943, na capital panamenha, a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, e na qual se fizeram representar todos os países do Continente.

Publicamos, a seguir, o texto completo da ata final dos trabalhos da referida Conferência, documento que, como se verá, assinala um grande passo para maior entendimento entre os sistemas públicos de ensino americanos, e ainda, para mais estreita cooperação entre os educadores de toda a América.

ATA FINAL

“De acôrdo com a resolução do Conselho Diretor da União Pan-americana, em 3 de março de 1943, o Governo de Panamá convidou os Governos das Repúblicas Americanas para que se fizessem representar na I Conferência de Ministros e Diretores de Educação, durante a inauguração da Universidade Interamericana, que funcionará no Panamá. Oportunamente foram distribuídos os temas do programa e o projeto do regulamento para a Conferência. Os excelentíssimos Chefes de Estado dos países, que constituem a União Panamericana, acolheram favoravelmente o referido convite e credenciaram devidamente suas delegações.

Vão a seguir indicados os nomes dos representantes de cada delegação, na ordem em que foram sorteados, na Sessão Preliminar de 25 de setembro, depois de submetidas as respectivas credenciais à apreciação da Comissão nomeada no mesmo ato. A ordem de precedência é a seguinte:

HAITI — *Max Rigaud*, Chefe da Seção de Ensino Profissional; *Manuel J. Castillo*, Secretário; PARAGUAI — *José Dahlquist*, Enviado Espe-

cial e Ministro Plenipotenciário do Paraguai, no Chile; REPÚBLICA DOMINICANA — *Vitor Garrido*, Secretário de Educação e Belas Artes; *Rafael Díaz Niese*, Assessor Técnico; e *Luis Alaminos Peña*, Assessor Técnico; URUGUAI — *Alfredo de Castro*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Uruguai na Colômbia; SÃO SALVADOR — *José Andrés Orantes*, Sub-secretário de Instrução Pública, Encarregado do Expediente; e *Luis Samuel Cáceres*, Secretário; BRASIL — *Paulo Germano Hasslocher*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Panamá; *Abgar Renault*, Delegado; *Manoel Bergström Lourenço Filho*, Delegado; e *Francisco Clementino San Thiago Dantas*, Delegado; CUBA — *José Maria Chacón y Calvo*, Diretor de Cultura; *Medardo Vitier*, Delegado; e *José López Isa*, Delegado; HONDURAS — *Angel G. Hernández*, Sub-Secretário de Estado; Encarregado da Secretaria de Educação Pública; e *Juan Francisco Arias*, Secretário; ESTADOS UNIDOS — *John W. Studebaker*, Diretor de Educação, *John C. Patterson*, Delegado; e *Kenneth Holland*, Observador; BOLÍVIA — *Justo Rodas Eguino*, Ministro da Bolívia em Cuba; MÉXICO — *Octavio Véjar Vásquez*, Ministro de Educação Pública; *Alejandro Gómez Arias*, Delegado; *Celerino Cano Palacios*, Delegado; *José Vasconcelos Calderón*, Assessor; *Alfonso Caso*, Assessor; *Manuel Sandoval Vallarta*, Assessor; *Manuel Ponce*, Assessor, e *Enrique González Martínez*, Assessor; COLÔMBIA — *Carlos Lozano y Lozano*, Ministro de Educação; *Gustavo Uribe*, Delegado; e *Raúl Varela Martínez*, Delegado; GUATEMALA — *J. Antonio Villacorta*, Ministro de Educação; e *Rafael López F.*, Secretário; VENEZUELA — *Rafael Vegas*, Ministro de Educação Nacional; e *José Nucete Sardi*, Delegado; PANAMÁ — *Vitor F. Goytia*, Ministro de Educação; *Octavio Méndez Pereira*, Delegado; *Narciso Garay*, Delegado; *José Daniel Crespo*, Delegado; e *Esther Neira de Calvo*, Delegado; EQUADOR — *Abelardo Montalvo*, Ministro de Educação; *Carlos Alberto Flôres*, Delegado; e *Julio Jaramillo*, Delegado; ARGENTINA — *Juan G. Valenzuela*, Embaixador da Argentina na Colômbia; *Luis A. Podestá Costa*, Conselheiro; *José Trimarchi*, Assessor Técnico; *Juan Manuel Corcuera*, Assessor Técnico; e *Enrique Anderson Imbert*, Secretário; CHILE — *Benjamín Claro Velasco*, Ministro de Educação Pública; e *Julio Vega Sandoval*, Secretário; NICARÁGUA — *Gerónimo Ramírez Brown*, Secretário de Instrução Pública e Educação Física; *Armando Pallais*, Delegado; e *Ernesto Beltrán Díaz*, Secretário; PERU — *Enrique Laroza*, Ministro de Educação Pública; *Carlos Rodríguez Pastor*, Delegado; *José Jiménez Borja*, Delegado; e *José Pérez Gamio*, Secretário; COSTA RICA — *Luis Demétrio Tinoco*, Mi-

nistro de Educação; *José Fábio Garnier*, Técnico; e *Viriato Camacho*, Técnico.

A Conferência foi inaugurada pelo Presidente da República do Panamá, Excelentíssimo Senhor Ricardo Adolfo de la Guardia, a vinte e sete de setembro de mil novecentos e quarenta e três, às 16 horas, no anfiteatro da Universidade Interamericana, durante uma Sessão Plenária, presidida provisoriamente pelo Ministro de Educação do Panamá, Exmo. Senhor Licenciado Victor F. Goytia, e tendo como Secretário Geral o Licenciado Manuel Roy.

O Exmo. Senhor Licenciado Victor F. Goytia foi eleito Presidente Permanente da Conferência, na Sessão Plenária realizada a vinte oito de setembro.

O Regulamento da Conferência foi aprovado na Sessão Preliminar de 25 de setembro.

De acordo com o Regulamento foi nomeada uma Comissão de Credenciais constituída pelos Exmos. Senhores Dr. Gerónimo Ramírez Brown (Nicarágua); Dr. Paulo Germano Hasslocher (Brasil); Dr. Narciso Garay (Panamá); Licenciado Victor Garrido (República Dominicana), e Dr. Octavio Véjar Vásquez (México).

Foi também designada uma Comissão de Coordenação que ficou constituída pelos Exmos. Srs. Delegados: Dr. Carlos Lozano y Lozano, de Colômbia; Dr. John W. Studebaker, dos Estados Unidos da América; Dr. Max Rigaud, de Haiti, e Sr. Paulo Germano Hasslocher, do Brasil.

Da Conferência dos Senhores Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, resultou a aprovação das seguintes Resoluções, Recomendações, Acordos e Convenções:

RESOLUÇÕES, RECOMENDAÇÕES, ACORDOS E CONVENÇÕES

I. UTILIZAÇÃO DA RADIODIFUSÃO COM FINS EDUCATIVOS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a Radiodifusão, além de seu alto valor como meio de divulgação, pode também ser utilizada como instrumento didático de apreciável alcance;

Que nos países da América, devido às características topográficas e dificuldades de comunicação, a radiodifusão está destinada a realizar elevados fins de boa vizinhança, divulgação cultural e aperfeiçoamento do magistério;

De acordo com a recomendação XCII da Oitava Conferência Internacional Americana,

Resolve:

Recomendar o uso de rádio para fins educativos, assim como a adoção de aparelhos receptores, especialmente adaptados aos centros rurais, possum estes ou não escolas, desde que demograficamente dispersos; os serviços poderão ser mantidos por subsídios provenientes de recursos oficiais ou da contribuição de patronatos e sociedades de cooperação cultural (30 de setembro de 1943).

II. DIREITOS MÍNIMOS DOS PROFESSORES

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que o professor é o obreiro da cultura, de cuja abnegação é sacrifício depende o futuro espiritual do Continente;

Que, por conseqüência, deve ser revestido de dignidade inerente à função que exerce, e de garantias essenciais ao seu desempenho, fundamentado num sistema progressivo de remuneração,

Recomenda:

Que se adotem como direitos mínimos dos professores americanos os seguintes princípios:

- a) Estabilidade nos cargos obtidos por concurso ou por outro meio legal, e obtenção de garantias administrativas adequadas, no que se refira a transferências, remoções e sanções;
- b) Critério que determine a carreira do magistério;
- c) Promoções de acordo com os critérios fixados na carreira;
- d) Vencimento mínimo que assegure vida condigna ao professor e escala de vencimentos com aumento periódico;
- e) Facilidades para o aperfeiçoamento profissional;
- f) Regime de aposentadoria. (30 de setembro de 1943).

III. ENSINO DA HISTÓRIA NA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é de excepcional importância, para o futuro das relações entre os povos do continente, e para garantia e desenvolvimento do panamericanismo, pugnar para que cada nação americana adquira o mais completo e exato conhecimento das condições e características das demais nações e dos feitos fundamentais da sua história nacional:

Que, correspondendo ao desejo de uma crescente e franca solidariedade espiritual entre os povos da América, o ensino ministrado à juventude deve empregar todos os meios tendentes a êsse elevado fim;

Que o conhecimento da história, ao refletir esforços semelhantes e ideais comuns, não só nas campanhas emancipadoras dos povos da América, mas também na organização constitucional das Repúblicas do Continente, é um meio eficaz para demonstrar que, a origens comuns ou semelhantes, corresponde uma política de fraternal compreensão e inalterável convivência em todos os tempos;

Que, em todos os tempos, à juventude tem cabido a missão de propagar as boas doutrinas;

Que o vigor das relações entre as nações é tanto mais sólido quanto melhor se conheçam os fundamentos do direito e as bases constitucionais dos povos irmãos;

Recomenda:

Que os governos das Repúblicas Americanas tomem, se ainda não o tiverem feito, as disposições necessárias para incluir em seus planos e programas de ensino um curso obrigatório de História da América, desde as suas origens até o início do século atual, bem como noções sobre as características sociológicas, geográficas e econômicas do continente (30 de setembro de 1943).

IV. CONCURSO PARA UM LIVRO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

1) Que os povos do Continente Americano têm origem comum, e as nações por êles constituídas veem-se moldando sobre um mesmo plano

de cultura, pela tradição de suas raças aborígenes, pelo esforço conjugado de seus descobridores, colonizadores, libertadores e organizadores, o que, cada dia exprime, com maior veemência, seu destino comum;

2) Que, conseqüentemente o ensino da História da América, deve consistir na fiel interpretação dos feitos comuns, pois que êles constituem o mais eficiente vínculo de união espiritual;

3) Que, tanto em Conferências Interamericanas como em círculos extra-oficiais, se tem observado, reiteradamente, a necessidade de rever os textos de História pátria e de compor um texto de História Americana, que sirva para tôdas as escolas da América, e exponha os fatos verídicos e imparcialmente, pois essa é a base indispensável para se criarem e manterem fortes laços intelectuais e espirituais da União Americana:

Resolve:

1) Abrir um concurso entre os escritores e historiadores da América, para a redação de um texto da história americana, em que se narre como um só fenômeno histórico a formação e o desenvolvimento dos países dêste hemisfério; em que se relatem com exatidão os feitos, dando-se maior importância à evolução institucional e aos fatores determinantes de sua fisionomia política, social e econômica; em que, em vez de rivalidades e desconfiança, se infundam, no espírito da juventude americana, os sentimentos de cooperação e a confiança entre os povos do Novo Mundo, ao mesmo tempo que se firmem os princípios da democracia, justiça e liberdade, os quais estimularam a emancipação dêsses povos e os unem num destino comum;

2) Encarregar da realização dêste acôrdo à União Panamericana, a qual deverá formular o regulamento do referido concurso;

3) Indicar à União Panamericana que fixe o prazo de três anos, a partir da data da abertura do concurso, para a apresentação dos trabalhos;

4) Aprovar a constituição do júri, que dará o parecer sobre os trabalhos apresentados, da seguinte forma: um presidente, função a cargo do Reitor da Universidade Interamericana; seis vogais, sorteados pela União Panamericana, entre pessoas propostas por tôdas as Repúblicas que venham a dar contribuição financeira, entendendo também que os vogais não poderão figurar como concurrentes;

5) Determinar que o júri se reúna na cidade do Panamá quando convocado pela União Panamericana, que deverá enviar a seus membros, com a devida antecedência, um exemplar de cada um dos projetos, dos oito exemplares de cada trabalho que os concorrentes se obrigarão a entregar;

6) Estabelecer que o júri enviará os pareceres à União Panamericana para que esta faça a distribuição dos prêmios;

7) Estabelecer que a União Panamericana envie cópia dos três trabalhos premiados aos países, que a constituem, devendo estes submetê-los à apreciação dos órgãos que julguem competentes, para que se possam ainda formular observações ou objeções, no prazo de seis meses;

8) Estabelecer que os trabalhos premiados e as observações serão submetidas a uma Comissão Revisora, composta pelos delegados dos respectivos países junto à União Panamericana, comissão que poderá ter a assistência de um ou mais historiadores de sua designação, e que organizará o texto definitivo, podendo nêle incluir partes ou capítulos dos trabalhos premiados, com menção do nome do autor, neste caso; a comissão poderá igualmente dar nova redação aos parágrafos, ou partes, cujas objeções tenham sido aceitas, com uma nota de referência, sem indicação, porém, do país ou países de onde provenham;

9) Estabelecer que o texto aprovado em definitivo seja comunicado aos governos americanos para adoção como texto oficial no ensino da história da América;

10) Estabelecer que a propriedade literária dos trabalhos premiados, inclusive direitos de tradução, pertencerá à União Panamericana, embora os governos que adotarem o texto definitivo possam editá-lo livremente, desde que, com isso, não auferam lucros pecuniários, nem os permitam a particulares;

11) Estabelecer que a União Panamericana não poderá aprovar nem imprimir o referido texto, enquanto as 21 Repúblicas americanas não se puserem de acôrdo com a íntegra da matéria nele contida;

12) Estabelecer que este acôrdo será incluído no regulamento do concurso, de que é a base, e cuja aceitação é condição obrigatória para a participação no concurso; os interessados devem considerar que o texto terá que ser adequado ao ensino secundário e que não poderá exceder de 500 páginas, in-8;

13) Fixar o primeiro prêmio do concurso em 20.000 dólares; o segundo, em 10.000; e o terceiro, em 5.000;

14) Solicitar aos Ministros de Educação e Delegados, abaixo assinados, que diligenciem em obter de seus respectivos governos, à disposição da União Panamericana, a quantia de um dólar por 5.000 habitantes da população de seus respectivos países, compreendido ainda que, se as despesas excederem à quantia que assim se obtiver, a União Panamericana solicitará de cada govêrno a cota complementar indispensável;

15) Recomendar à União Panamericana que, estabelecido o texto definitivo, sôbre êle organize um compêndio para uso de outras escolas ou do público em geral, se isso fôr solicitado por mais de três países, resumo êsse que será submetido ao mesmo processo de consulta e revisão, previsto nos artigos 7.º e 8.º.

A Conferência igualmente resolve:

1) Recomendar aos Governos americanos a adoção do texto da História Americana por ela aprovado;

2) Recomendar aos países, que ainda não o tenham feito, a ratificação dos acordos da 7.ª e 8.ª Conferências Panamericanas, celebradas em Montevideú e Lima, em 1933 e 1938, assim como os da Conferência Interamericana para a Consolidação da Paz, celebrada em Buenos Aires, em 1936, sôbre a revisão dos textos de história pátria dos respectivos países, para ajustá-los ao espírito americanista que motiva êste acôrdo. (30 de setembro de 1943).

V. RECONHECIMENTO DA OBRA DOS EDUCADORES DA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS RESOLVE:

Consignar, de modo expresso, o reconhecimento que as atuais gerações da América devem aos educadores do passado, e que, ininterruptamente, vieram trabalhando pela elevação espiritual do Continente desde os primeiros dias da Conquista, quando os missionários católicos, com a Cruz numa das mãos e o livro na outra, lançaram na América os alicerces da civilização cristã; e, ainda, aos mestres e professores que nos últimos anos vêm continuando a luta pela elevação cultural do hemisfério" (1.º de outubro de 1943).

VI. DIA DO PROFESSOR

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é missão fundamental da escola a educação dos sentimentos, razão pela qual não deve esquecer que entre êstes figuram, em primeiro plano, a gratidão e respeito devidos ao professor da escola primária, que, com abnegação e sacrifícios, guia os primeiros passos das nossas gerações e orienta o futuro cultural e espiritual dos nossos povos;

Que nenhuma data será mais expressiva, para comemoração do dia do professor, que a de 11 de setembro, d'a em que passou à imortalidade, em 1888, o glorioso argentino Domingo Faustino Sarmiento, mestre de mestres, que, entre outras meritórias ações que o tornam insigne cidadão da América, conta a de ter sido o primeiro diretor da centenária Escuela Normal de Preceptores, inaugurada em Santiago de Chile, a 14 de junho de 1842.

Recomenda:

Que se declare a data de 11 de setembro como o "Dia do Professor", em todos os países do continente americano (1 de outubro de 1943).

VII. COMEMORAÇÕES NAS ESCOLAS, DAS GRANDES DATAS AMERICANAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é conveniente fortalecer por todos os meios possíveis o ideal de solidariedade americana, iniciado já com a atitude dos homens que, por ocasião das lutas emancipadoras, deram o seu sangue por irmãos de outros povos;

Que êste sentimento de fraternidade continental deve incutir-se principalmente na consciência infantil, cujas condições de receptividade a tornam apta a assimilar os ideais duradouros e tenazes de paz e concórdia; e

Que, já no convênio internacional sobre a orientação pacifista do ensino, sancionado pelo Congresso Interamericano para a Consolidação da Paz, celebrado em Buenos Aires, se dispunha sobre a matéria:

Resolve:

1) Recomendar que, onde esta prática não tenha sido ainda adotada, se deem os nomes das 21 Repúblicas Americanas, a escolas dos estados, departamentos ou províncias dos vários países da América;

2) Recomendar que, nessas escolas, sejam especialmente cultivadas a história, a geografia, a literatura e o folclore dos países cujos nomes tenham adotado;

3) Recomendar que as datas da independência dos países americanos, bem como seus grandes feitos, homens e valores representativos sejam obrigatoriamente comemoradas, nos centros escolares, designados pelo nome da República, cuja efeméride a celebrar com ela se relacione. (1.º de outubro de 1943).

VIII. O FOLCLORE AMERICANO, COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO NA COMPOSIÇÃO AUTÓCTONA DA ARTE MUSICAL E DAS CANÇÕES ESCOLARES

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que as manifestações espirituais do povo asseguram a continuidade do que há de mais forte e espontâneo nas tradições locais;

Que proteger e difundir o *folclore* deve ser um dos objetivos fundamentais de todos os órgãos e instituições que têm a missão de velar pela cultura;

Que é necessário defender o patrimônio artístico nativo contra influências exóticas, daninhas e destruidoras;

Que o *folclore* pode enriquecer a criação artística de um povo pelo amor à pátria e pelas sugestões do passado;

Que há uma rica tradição folclórica americana que se presta para educar os sentimentos de solidariedade e simpatia;

Que os elementos folclóricos, pelo enorme poder de sugestão que exercem na criança, devem ser cultivados nas escolas, as quais, para cumprir sua obra nacionalizadora, devem conservá-los e divulgá-los;

Que é conveniente o conhecimento mútuo do folclore americano, cujo fundo comum e inegáveis pontos de contato podem significar contribuição apreciável para a formação da consciência continental.

Recomenda:

1) Que os países americanos intensifiquem os estudos folclóricos por meio dos Institutos de Investigação, oficiais ou particulares, dentro das Universidades ou órgãos especializados e o criem onde não os houver;

2) Que sejam difundidas a literatura e música folclóricas nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal, incluindo temas folclóricos nos programas de determinadas disciplinas.

3) Que as autoridades de educação, nos diferentes países americanos, façam coligir as diversas expressões da arte e literatura populares constituídas por lendas, narrações, episódios, mitos, tradições, adágios, crenças, romances, poesias, fábulas, anedotas, rondas, danças, canções, alegorias, etc., com a contribuição do professorado;

4) Que os centros de estudos folclóricos das Repúblicas Americanas facilitem aos investigadores esse material e lhes permitam conhecer os métodos científicos que hajam empregado para colhê-lo;

5) Que patrocinem a publicação de obras folclóricas e que, por intermédio da autoridade central de cada país, se entregue às das outras Repúblicas Americanas publicações, obras musicais, fonógrafos, discos, filmes e fotografias destinados aos museus ou bibliotecas dos Institutos Folclóricos Americanos;

6) Que as Missões Diplomáticas facilitem o desenvolvimento de programas artísticos nos teatros oficiais, quando os conjuntos interpretativos sejam garantia da mais exata expressão folclórica do país que representam, e compreendido que, quando essas representações sejam dadas em teatros particulares, sejam dadas facilidades aos estudantes para a freqüência aos espetáculos e concertos;

7) Que as entidades oficiais, encarregadas de velar pela radio-difusão, estimulem as empresas particulares a incluir em seus programas radiofônicos dissertações a cargo de autoridades em matéria folclórica, com exemplos bem escolhidos que as ilustrem;

8) Que nos orçamentos de educação se consignem auxílios destinados a intensificar a obra de instituições dedicadas à investigação folclórica. (1º de outubro de 1943).

IX. CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS MONUMENTOS E RELÍQUIAS ARQUEOLÓGICAS. ORGANIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ARQUEOLÓGICAS. ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que todos os países da América se sentem identificados na inspiração comum de investigar os vestígios do homem autóctone americano, a qual concederá à arqueologia, antropologia e paleontologia a contribuição necessária para que possa explicar as diversas etapas da vida indígena da América,

1) Recomenda às Repúblicas Americanas, que ainda não hajam cuidado do assunto, a promulgação de leis, que tornem propriedade da Nação as ruínas e jazidas arqueológicas e paleontológicas de interesse científico, que passarão a ser cuidadas por entidades oficiais;

2) As entidades referidas cuidarão desses bens, de acordo com regulamentação especial, que lhes permita atender a seus fins;

3) As licenças para exploração só deverão ser concedidas a instituições científicas do país, ou do estrangeiro, que demonstrem propósitos de estudo sem qualquer fito comercial;

4) Os requerimentos para a obtenção dessas licenças só poderão ser decididos pela autoridade central dos serviços previstos no item n.º 1;

5) As entidades nacionais de exploração arqueológica ou paleontológica poderão convidar representantes de outras instituições estrangeiras, ou de investigadores dispostos a colaborar nas pesquisas, que realizem, aceitando também a mesma colaboração, quando lhe for oferecida de forma conveniente;

6) Só será permitida a exportação de objetos em duplicata, para os museus de outros países, depois de parecer explícito da comissão técnica correspondente, entendido que, quando houver colaboração de comissões estrangeiras, e não existirem objetos em duplicata, o exemplar único ficará em museu do país, entregando-se à comissão colaboradora cópia do exemplar;

7) O Estado poderá desapropriar os imóveis que considere relíquias arqueológicas, bem como registrar os objetos arqueológicos, antropológicos e paleontológicos, que se encontrem na posse de particulares, para o enriquecimento dos museus nacionais.

8) Os museus arqueológicos, etnográficos e paleontológicos deverão enviar aos similares dos países da América, a título de donativo ou intercâmbio, o maior número possível de duplicatas ou cópias, tratando também de manter registro, sempre atualizado, de informações bibliográficas e do resultado das investigações científicas particulares;

9) Recomendar aos governos americanos, que ainda não o tiverem feito, a promulgação de leis, ou regulamentos, no sentido da defesa dos bens arqueológicos, de modo a evitar a exportação ou trânsito com fins comerciais, compreendido também que só as entidades oficiais tenham autoridade para tratar, com outros países, a aquisição de objetos em duplicata, nos termos do item sexto (1 de setembro de 1943).

X. ESTUDO DOS QUATRO IDIOMAS CONTINENTAIS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a aproximação, o entendimento e a cooperação entre os povos têm o seu instrumento mais eficaz na aquisição e uso dos idiomas,

Resolve:

Recomendar às Repúblicas Americanas que, de acordo com as possibilidades, introduzam, em suas respectivas legislações de ensino secundário, o estudo dos quatro idiomas continentais, e cooperem para o intercâmbio e formação de professores especializados nesses idiomas. (1 de outubro de 1943).

XI. IDEIAS DEMOCRÁTICAS DA ESCOLA AMERICANA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS RECOMENDA:

A educação americana deve inspirar-se nos princípios da cultura ocidental, e visará:

1) Lograr o desenvolvimento harmônico do educando, sob o aspecto físico, intelectual e moral, no sentido da formação do caráter;

2) Exaltar a dignidade humana e o respeito à autonomia do espírito;

3) Contribuir para o exercício da liberdade e a realização da justiça social;

4) Fortalecer os sentimentos da paz internacional e de solidariedade americana, para o que propagará, dentro e fora das escolas, o dever de cumprir lealmente os convênios entre os Estados; o repúdio à guerra como forma de solução de divergências, e a não intervenção de uns países nos negócios de outros, sem prejuízo da defesa dos legítimos ideais nacionais de cada povo;

5) Manter e aperfeiçoar o regime democrático;

6) Dar a todos iguais oportunidades nos diversos graus e ramos da educação, por meio de um sistema que garanta os direitos da capacidade e do mérito de cada um, e supere os obstáculos econômicos, ou os de qualquer outra categoria que se lhe oponham; e

7) Formar hábitos de trabalho que tendam a valorizar a terra e a criar riqueza suficiente para a elevação do nível material e espiritual dos povos americanos (1 de outubro de 1943).

XII. O ESTADO E O ENSINO PARTICULAR

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS RECOMENDA:

É de exclusiva competência do Estado fixar as bases, a estrutura e as diretrizes da educação nacional, pelo que deverão as escolas particulares preencher os seguintes requisitos:

a) Licença prévia da autoridade para instalação e funcionamento, a qual só poderá ser concedida quando a direção e o corpo docente preencham as condições previstas nas leis e regulamentos de ensino;

b) Observância dos planos mínimos de cursos e programas oficiais de ensino, aprovados pela autoridade competente, a fim de que se assegure a realização dos ideais nacionais e americanistas;

c) Coordenação com as autoridades educacionais e fiscalização do Estado;

d) Ensino no idioma oficial de cada país; nos países do Continente em que as autoridades competentes autorizem o ensino em idiomas estrangeiros, o de História, Geografia e Instrução Cívica deverá ser sempre ministrado na língua nacional e por professores nacionais;

e) Admissão de alunos, sem qualquer distinção, desde que obedçam às condições previstas nos regulamentos. (2 de outubro de 1943).

XIII. EDUCAÇÃO INDÍGENA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que há ainda, no continente, grandes regiões habitadas por densa população indígena e que vive à margem das correntes culturais, e

Que é de justiça fomentar o desenvolvimento das aptidões físicas, intelectuais e morais do índio, mediante os recursos da cultura e da técnica,

Resolve:

1) Recomendar aos Governos dos países, que possuam população indígena, o estabelecimento de um plano de aculturação tendente a desenvolver as capacidades físicas, intelectuais e morais do índio, para a melhoria de suas condições de vida e de trabalho;

2) Recomendar aos governos das Repúblicas Americanas que deem apoio ao "Instituto Indigenista Interamericano", estabelecido em virtude da convenção subscrita em Pátzcuano, Michoacán, República do México. (4 de outubro de 1943).

XIV. CURSOS SUPLETIVOS E DE CONTINUAÇÃO,
PARA ADULTOSA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

1) Que o progresso material e espiritual da América está em relação direta com a preparação cultural de que disponham os indivíduos das classes populares de cada país;

2) Que é necessário assegurar a manutenção e evolução das instituições democráticas da América, mediante a cultura das grandes maiorias analfabetas ou semi-analfabetas;

3) Que a educação e a instrução do adulto analfabeto, ou semi-analfabeto, devem procurar desenvolver as capacidades e aptidões dos indivíduos, a fim de orientar sua conduta moral e social e sua capacidade profissional ou técnica;

4) Que para iniciar a formação cultural do adulto analfabeto não basta ensiná-lo a ler e a escrever;

5) Que para elevar as capacidades do adulto analfabeto, ou semi-analfabeto, será necessário desenvolver tôdas as suas possibilidades espirituais de chefe de família, de cidadão, de indivíduo com responsabilidade de trabalho, num alto espírito de tolerância e de moralidade;

6) Que as condições de desenvolvimento intelectual e pedagógico do adulto são muito variáveis em cada um;

7) Que a educação do adulto analfabeto, ou semi-analfabeto, deve visar a aquisição dos meios que lhe assegurem a evolução e reorientação de suas aptidões de trabalho;

8) Que o adulto analfabeto, ou semi-analfabeto, deve encontrar na escola ambiente propício às suas condições de vida, de adaptação social, de interesses específicos da idade,

Recomenda:

1) Que se organizem Escolas Primárias para Adultos, considerados os seguintes fatores:

- a) as características psicológicas próprias do adulto;
- b) a diversidade de atitudes decorrentes das condições de trabalho, economia pessoal e do grupo;
- c) a mecanização ou automatização resultantes da rotina das ocupações, do ofício ou artesanato;

2) Que se proceda à educação e reeducação do adulto, segundo a classificação dos indivíduos, por seu desenvolvimento e peculiaridades de suas aptidões e atendida a revisão destas pelo emprêgo de métodos ativos e flexíveis, que se ajustem ao grau de evolução da idade;

3) Que se organizem planos e programas para o ensino do adulto, na base de prazos mínimos e das condições do ambiente, mas, de tal forma que a preparação a lhes ser oferecida equivalha à da escola primária comum;

4) Que se vitalize o ambiente da Escola de Adultos com tôdas as experiências e atividades sociais, morais e artísticas, que permitam a adaptação do indivíduo às normas da vida da cultura, para o que se terão em conta instituições extra-escolares, que sirvam a boa ocupação das horas de lazer;

5) Que se estabeleçam escolas, cursos supletivos, ou de continuação, nos quais os trabalhadores adultos possam aperfeiçoar-se técnica, cultural e socialmente;

6) Que, enfim, o ensino, as experiências e atividades educativas da escola de adultos se desenvolvam em condições de pleno exercício da liberdade e da responsabilidade individual. (4 de outubro de 1943).

XV. ESCOLAS DE ENSINO INDUSTRIAL E TÉCNICO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

1) Que o pós-guerra trará nova concepção de vida, determinando a participação de número sempre crescente de indivíduos, no processo da produção e nas atividades de direção, fiscalização e execução do trabalho organizado;

2) Que a mecanização progressiva da indústria, longe de eliminar a mão de obra especializada, a tornará cada vez mais exigente, reclamando maior capacidade, maior perfeição no manejo das máquinas, mais tensão psíquica e orgânica, mais destreza e maior senso da responsabilidade;

3) Que para a consecução desses objetivos será preciso, por um lado, incorporar o ensino técnico às escolas comuns, estabelecendo nelas um serviço adequado de orientação vocacional, e, por outro, multiplicar as escolas técnicas especiais, mas sem desvirtuá-las com conhecimentos exclusivamente teóricos, desejando-se, ao contrário, que os trabalhos práticos e as experiências em oficinas e laboratórios constituam o eixo de toda a sua atividade; e

4) Que convém aos países americanos possuidores de enormes riquezas em matérias primas, desenvolver o ensino técnico, pois que a maior capacidade dos trabalhadores corresponderão sempre benefícios positivos para a economia nacional,

Recomenda:

1) Que nos últimos anos do ensino primário comum a educação tenha sentido prevocacional, capaz de propiciar o descobrimento das aptidões individuais, relacionadas com as atividades produtoras;

2) Que seja multiplicado o número de escolas técnicas especiais, industriais, agro-pecuárias e comerciais, adaptadas às necessidades específicas de cada região e articuladas com os planos da educação primária e secundária;

3) Que, paralelamente aos sistemas de ensino profissional oficial, se estabeleçam escolas de ensino industrial ou cursos de aprendizagem, comuns a várias fábricas, ou oficinas, ou para cada indústria separadamente, segundo suas possibilidades econômicas; escolas e cursos que serão mantidos com a contribuição direta das empresas e o auxílio do Estado, e dirigido por órgãos próprios nas quais essas empresas e as autoridades do país estejam representadas;

4) Que no ensino industrial e profissional de todas as categorias predomine a preparação técnica para o trabalho, sem prejuízo das disciplinas de caráter cultural, a fim de favorecer o melhoramento e o desenvolvimento das aptidões e capacidades de cada trabalhador; e

5) Que, segundo as possibilidades, se estabeleçam serviços de orientação profissional, que permitam descobrir as aptidões e capacidades dos alunos, e examiná-las para o seu melhor aproveitamento individual e social. (4 de outubro de 1943).

XVI. PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ATIVIDADES DOCENTES

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

1) Que as condições peculiares da mulher a tornam especialmente indicada para que participe ativamente na educação da juventude;

2) Que a ação da mulher seria grandemente benéfica nas campanhas de alfabetização fora dos centros regulares de ensino;

3) Que os problemas, com que defronta a vida contemporânea, tornam cada vez mais necessária a cooperação ativa de todos os membros da família,

Resolve:

Recomendar à União Panamericana a organização do projeto de um sistema, ou estatuto, que torne obrigatória, em certos casos, a participação da mulher nas atividades docentes e, particularmente, nas campanhas contra o analfabetismo, objeto êsse que deverá ser examinado no próximo congresso de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas. (4 de outubro de 1943).

XVII. FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA
A REORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
DA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS RECOMENDA:

Que se tenham em conta duas condições essenciais para a formação do professorado necessário à reorientação educacional da América, a saber:

- a) Que o professorado se forme no espírito e nos processos da Escola Nova;
- b) Que se intensifique o estudo dum mínimo de valores éticos, sem os quais a sociedade se desintegra. (4 de outubro de 1943).

XVIII. CONSTRUÇÕES ESCOLARES E COLÔNIAS
DE FÉRIAS PARA CRIANÇAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Resolve:

- 1) Recomendar a construção de edifícios escolares, segundo tipos que correspondam à função social que a escola deve exercer no seio de cada comunidade;
- 2) Recomendar a instalação de colônias de férias, clubes infantis e outras instituições extra-escolares, que velem pela saúde física, moral e espiritual da criança. (4 de outubro de 1943).

XIX. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a educação, em sua acepção integral, compreende necessariamente a educação física; e

Que esta constitui uma técnica indispensável a todo plano educativo que se proponha a desenvolver de modo completo a personalidade humana,

Resolve:

Recomendar aos Estados Americanos o desenvolvimento da educação física em todos os ciclos e graus de ensino, conforme as bases aprovadas no Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física do Rio de Janeiro, e as diretrizes da Secretaria Permanente do referido Congresso, com sede em Lima. (4 de outubro de 1943).

XX. EDUCAÇÃO SANITÁRIA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é altamente benéfico divulgar os conhecimentos sanitários a fim de que o maior número de pessoas, especialmente do sexo feminino, possam lutar, eficazmente, contra as enfermidades e calamidades públicas,

Recomenda:

- 1) Que, por meio das organizações nacionais da Cruz Vermelha, ou outras instituições, se estabeleça o maior número possível de escolas de samaritanas e de enfermeiras, destinadas a habilitar a mulher para os serviços de caráter sanitário e para o serviço social, inclusive no ramo da dietética;
- 2) Que o diploma de samaritana, enfermeira, ou visitadora social, constitua, para as professoras, um título que as habilite à promoção na carreira do magistério. (4 de outubro de 1943).

XXI. HINO ESCOLAR AMERICANO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que coadjuvária a unidade espiritual das Nações Americanas a adoção de um hino escolar, a tôdas comum, e que, por sua concepção e inspiração otimista e entusiástica, estimulasse facilmente o ideal de solidariedade entre a família escolar do Continente, de modo que, ao ser entoado, evocasse a necessidade de a defender, prestigiar e amar, como um canto de paz e de união fraternal,

Resolve:

- 1) Solicitar ao Conselho Diretor da União Panamericana que estabeleça as bases de um concurso para um Hino Escolar Panamericano, de modo a selecionar a melhor letra, e, posteriormente, a música que a ela se adapte;
- 2) Sugerir que os prêmios e prazos de entrega dos originais fiquem desde logo estipulados nas bases referidas. (4 de outubro de 1943).

XXII. ÍNDICE DE ALFABETISMO NA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS*Recomenda:*

1) Que os índices da população letrada e iletrada, determinados pelos recenseamentos demográficos periódicos, sejam apresentados na seguinte forma:

- a) percentagem de alfabetos e analfabetos, distribuídos por idade, desde os doze anos, inclusive;
- b) percentagem de alfabetos e analfabetos distribuídos por idade, desde os quinze anos, inclusive;
- c) percentagem de alfabetos e analfabetos distribuídos por idade, desde os vinte e um anos, inclusive;

2) Os referidos índices serão discriminados em cada país pelas regiões geo-econômicas, regiões de densidade demográfica e por sexos;

3) Que se adotem, onde o recenseamento não se fizer periódicamente, medidas legislativas que determinem o levantamento da estatística de alfabetos e analfabetos, de cinco em cinco anos;

4) Que não sejam tidos como válidos os dados obtidos por simples estimativa, nem os que não especifiquem os grupos de idades indicadas no item n.º 1;

5) Que, a partir de vinte e um anos, os analfabetos sejam classificados em:

- a) analfabetos;
- b) analfabetos por desuso (os que aprenderam e esqueceram tudo, ou quase tudo);

c) analfabetos "funcionais" (os que não tenham adquirido instrução correspondente ao quarto ano do ensino primário).

6) Que êstes dados sejam remetidos ao Departamento Interamericano de Educação ou, em sua falta, à seção competente da União Panamericana;

7) Que, além dos recenseamentos demográficos gerais, se realizem outros específicos para a população escolar, e pelos quais se procurem dados exatos que permitam a boa distribuição de escolas, tendo-se em consideração a idade dos educandos; se êstes freqüentam, ou não, estabelecimento escolar; e, no caso afirmativo, de que grau é o ensino que recebem, e de que categoria é a escola, oficial ou particular;

8) Que o recenseamento escolar seja feito, de preferência, por instituições educacionais, ou sob sua direção, ou assistência. (4 de outubro de 1943).

XXIII. ENSINO DE CRIANÇAS ANORMAIS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é anti-pedagógico agrupar, nas escolas comuns, tipos diversos de crianças, sem tomar em consideração as diferenças resultantes de anormalidades;

Que é indispensável adotar normas uniformes e critérios gerais para a classificação das crianças excepcionais;

Que convém fundar institutos próprios para crianças excepcionais, bem como especializar pessoal para o seu ensino,

Recomenda:

1) O estudo de bases uniformes que permitam diagnosticar e classificar as anormalidades dos escolares;

2) A fundação de institutos especiais para crianças de difícil educabilidade, assim classificadas seja por influências de ambiente ou por causas orgânicas ou psíquicas; e

3) A criação de Seções especiais nas escolas normais para a formação de pessoal dedicado ao ensino dos excepcionais. (4 de outubro de 1943).

XXIV. CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS RECOMENDA:

- 1) Que cada país estude e combata sistematicamente os fatores que possam constituir obstáculo ao trabalho de alfabetização;
- 2) Que cada país, de acordo com suas possibilidades e necessidades, elabore planos que tendam a uma conveniente distribuição das escolas, preferentemente nos meios rurais;
- 3) Que os Estados propiciem, igualmente, a criação de missões culturais, aldeias escolares e escolas ambulantes, adaptadas às regiões geográficas e econômicas de cada país;
- 4) Que, enquanto cada país não dispuser de número suficiente de professores titulados, empregue, como medida de emergência, a formação de pessoal docente em cursos intensivos de habilitação. (4 de outubro de 1943).

XXV. BIBLIOTECA SELETA DE OBRAS AMERICANAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a literatura americana revela o processo histórico comum do Continente e prepara para a apreciação dos valores culturais da América;

Que cada país está em condições de confiar às suas universidades a publicação das obras nacionais mais importantes, sob direção técnica idônea, em edições comentadas, com anotações e estudos de especialistas, e, no possível, com feição gráfica comum a todos os volumes,

Recomenda:

- 1) Que cada país encomende a um Instituto de Literatura Americana o plano de uma coleção de livros representativos da cultura nacional, ou constitua, para esse fim, uma comissão de especialistas. A edição de cada obra ou antologia será confiada a um especialista, o qual deverá fazer a revisão crítica do texto e escrever uma introdução original;
- 2) Que as coleções observem, no possível, características gráficas comuns em suas diferentes séries;

- 3) Que se reserve parte da tiragem para distribuição gratuita entre as instituições culturais do Continente, e que se destine o restante, para venda ao público por preços acessíveis. (4 de outubro de 1943).

XXVI. PUBLICAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ESCOLAR PANAMERICANA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que, para que haja entendimento e aproximação entre os povos americanos, será indispensável que as novas gerações conheçam a vida e a obra dos indivíduos mais representativos de cada país, bem como as manifestações mais notáveis da civilização das diferentes regiões do Continente,

Resolve:

Recomendar à União Panamericana a publicação de uma "Biblioteca Escolar Panamericana", em que se incluirão biografias de próceres e vultos ilustres das diferentes Repúblicas, Antologias Nacionais e Continentais e, em geral, todas as obras que beneficiem o ensino no Continente e tendam a homogeneizar a cultura na América. (4 de outubro de 1943).

XXVII. ENSINO DA HISTÓRIA DA LITERATURA AMERICANA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a literatura americana, além do valor artístico de algumas de suas grandes figuras, representa viva expressão do processo histórico do Continente,

Recomenda:

Que se incluam, nos planos de ensino dos cursos secundários de cada uma das Repúblicas, programas da história da literatura americana, que mostrem as principais correntes espirituais que hajam influenciado na cultura do Continente, e as suas personalidades mais originais. (4 de outubro de 1943).

XXVIII. A EDUCAÇÃO NAS AMÉRICAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

1) Que, desde muito, têm as Repúblicas Americanas reconhecido na educação o principal instrumento para promover relações amistosas, no Hemisfério Ocidental, e para familiarizar os seus povos com os interesses culturais e suas vantagens;

2) Que as Repúblicas Americanas estão, agora, promovendo medidas tendentes à obtenção de objetivos e planos comuns para o desenvolvimento de maior compreensão interamericana;

3) Que esta compreensão é da maior importância, não só durante esta época de luta contra inimigos comuns, mas também como parte permanente de um programa que tenda a cimentar a solidariedade interamericana,

Resolve:

1) Recomendar que os governos das Repúblicas Americanas, individualmente ou por meio de convênios, tomem providências destinadas a elevar o nível educacional, a estender facilidades educacionais, e a melhorar, em geral, o papel da educação, como uma contribuição importante para o entendimento e a solidariedade interamericana; e

2) Recomendar que sejam utilizadas, para esse fim, a ajuda técnica e o conselho do público e das instituições particulares no campo educacional. (4 de outubro de 1943).

XXIX. ENSINO DA GEOGRAFIA DA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que o estudo da geografia física, política, econômica e humana é indispensável para o melhor conhecimento recíproco entre os povos americanos, visto que estes vivem harmônicamente em um só conjunto geográfico;

Que a compreensão desta unidade estrutural física contribuirá para a compreensão dos fenômenos culturais da América,

Recomenda:

1) Que sejam incluídos, nos planos de ensino dos cursos secundários de cada República, programas analíticos de geografia física, política, econômica e humana de cada um dos países americanos, e pelos quais se destaque a sua interdependência recíproca;

2) Que, pelos Ministérios de Educação, sejam designadas comissões especiais incumbidas de rever os textos de geografia americana, assegurando, assim, a fidelidade das informações e dos dados estatísticos;

3) Que se submeta à consideração dos órgãos competentes a proposta da delegação de São Salvador, anexa a esta resolução. (4 de outubro de 1943).

XXX. DICIONÁRIO GEOGRÁFICO AMERICANO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que para o ensino da geografia americana é indispensável contar com o auxílio de um Dicionário Geográfico de todos os países do Continente, redigido sob a responsabilidade de instituições técnicas, oficiais, de cada um deles,

Resolve:

1) Solicitar ao Instituto Panamericano de Geografia e História, que estude um plano tendente à organização imediata de um Dicionário Geográfico Americano, com a colaboração e sob a responsabilidade, na matéria referente a cada país, de instituições técnicas oficiais de cada uma das Repúblicas do Continente;

2) O Dicionário Geográfico Americano deverá ser redigido nos quatro idiomas oficiais falados pelos povos do Continente. (4 de outubro de 1943).

XXXI. MAPAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que se torna necessário que, nas escolas das Repúblicas do Continente, existam coleções completas de mapas de todos os países americanos, levantados com precisão científica e oficialmente autorizados,

Recomenda:

1) Que cada uma das Repúblicas Americanas providencie, por meio das entidades competentes, a impressão de mapas murais e atlas do próprio país, de tamanho adequado, destinados aos estabelecimentos de ensino, e, assim também, assegure o intercâmbio dêsse material com os demais países;

2) Que tôdas as cartas geográficas, gerais ou parciais de cada República, tenham o visto de seu govêrno, a fim de que possam ser reproduzidas, pelos outros países, com as legendas no idioma respectivo;

3) Que, para os fins indicados nos itens anteriores, concedam os países possuidores das matérias e máquinas para a impressão de cartas geográficas facilidades e ampla cooperação, aos países que não as possuam. (4 de outubro de 1943).

XXXII. INTERCÂMBIO DE PUBLICAÇÕES ENTRE
AS NAÇÕES DA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a livre circulação de publicações americanas favorecerá a compreensão recíproca entre os povos do Continente,

Recomenda:

1) Que cada um dos governos das Repúblicas Americanas estude a forma de tornar livre de qualquer restrição, ou taxa, o intercâmbio de livros, folhetos e publicações em geral, entre o respectivo país e as demais nações do Continente;

2) Que só possa sofrer restrição o intercâmbio das publicações que, por sua índole, sejam contrárias à ordem pública vigente no país de destino;

3) Que, se existirem, em algum ou alguns dos países americanos, pautas alfandegárias ou consulares que atinjam a entrada, saída e transporte de publicações de uma nação para outra do Continente, estudem os respectivos governos a possibilidade de sua abolição;

4) Que os governos providenciem para que as emprêsas nacionais de transporte mantenham fretes reduzidos para o intercâmbio de publicações entre os países americanos. (4 de outubro de 1943).

XXXIII. INTERCÂMBIO BIBLIOGRÁFICO
E ORGANIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é necessário facilitar as fontes bibliográficas a fim de que o ensino ministrado nos institutos oficiais e autorizados dos países da América tenha sentido didático e social, que vise a fins comuns a todo Continente;

Que a Quinta Conferência Interamericana adotou quatro recomendações destinadas a promover maior intensificação das relações intelectuais entre países da América, assinalando, entre outros meios condutíveis a êsse fim, a criação de bibliotecas panamericanas, a troca de publicações e de cartas geográficas, e a organização, nas principais bibliotecas de cada país, de uma seção destinada a agrupar, de forma especial, a produção intelectual do Continente;

Que, tendo em vista os propósitos anteriores, a Conferência Interamericana para a Consolidação da Paz, de 1936, recomendou aos diversos governos do Continente, adotassem um sistema uniforme para o intercâmbio bibliográfico;

Que, na Sétima Conferência Internacional Americana, foram aprovadas determinadas normas para coordenar os trabalhos bibliográficos nas bibliografias nacionais, dando-lhes unidade continental, pela aplicação de métodos uniformes de compilação e catalogação;

Que, dentro das tendências predominantes nesta Conferência, tem-se considerado como fundamental o intercâmbio de material de ensino, que possa contribuir para elevar o nível cultural das nações da América,

Recomenda:

1) Que os Governos das Repúblicas Americanas, por intermédio de seus órgãos próprios, adotem as medidas necessárias para a publicação de um boletim periódico, com notícias bibliográficas das últimas obras publicadas, tanto de caráter científico como literário e artístico, indicando o nome por extenso do autor; o título da obra; um sumário do seu conteúdo; características da edição; direção para onde se possam dirigir pedidos, ou enviar correspondência a respeito; preço de venda da obra, expresso na moeda do país de origem, e, ainda, referências sobre livros ou trabalhos anteriores do mesmo autor;

2) Que quando se trate de livros de texto dedicados a qualquer dos ciclos do ensino público ou a determinadas especializações, científicas ou literárias, artísticas ou técnicas, se faça uma nota bibliográfica, sucinta indicação do programa a que corresponda, indicando-se se é texto adotado para o ensino oficial e em que época foi concedida essa adoção;

3) Que sejam tomadas em consideração as normas consignadas na resolução sobre bibliografia americana, aprovadas a 16 de dezembro de 1933, pela Sétima Conferência Internacional Americana, para os fins de compilação do material bibliográfico destinado a intercâmbio;

4) Que, na organização das bibliotecas de cada um dos países americanos, a fim de que tenham elas maior utilidade de intercâmbio, se prepare um fichário geral, por autores, e outro, por matérias;

5) Que exemplares do boletim periódico, a que se refere o item n.º 1, sejam enviados à biblioteca nacional de cada um dos países americanos, e, na medida do possível, às bibliotecas das universidades. (4 de outubro de 1943).

XXXIV. INTERCÂMBIO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a Primeira Conferência Internacional para a Consolidação da Paz, que se reuniu em Buenos Aires, em 1936, recomendou aos governos das Repúblicas do Continente realizassem o intercâmbio de documentos referente à organização e regulamentação do ensino público, de acôrdo com os propósitos expressos nas conferências interamericanas anteriores de reafirmar os vínculos espirituais e intelectuais pelo intercâmbio de professores e estudantes;

Que na Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que se realizou no Rio de Janeiro, no mês de Janeiro de 1942, se indicaram vários processos para conseguir a solidariedade dos povos do continente por meio de maior conhecimento e melhor compreensão;

Que se julga imprescindível o conhecimento mútuo da organização das instituições, a cujo cargo está o ensino público de cada país, em seus diferentes graus e ramos;

Que dêste conhecimento poderá resultar a introdução de modificações nos planos, programas e métodos, a fim de harmonizá-los com as modalidades sociais e econômicas dominantes;

Que, assim como se procura a fusão das economias, por meio de facilidades especiais, assim também se aspira a harmonia dos sistemas educacionais, que conduzam à solidariedade espiritual entre os povos do Continente,

Recomenda:

1) Que os governos das Repúblicas Americanas, por intermédio de seus órgãos competentes, estimulem o intercâmbio constante das publicações de organização, regulamentação, planos de ensino e programas, assim como dos textos escolares dos diferentes ciclos de ensino de cada país, de acôrdo com a resolução adotada a êste respeito pela Conferência Interamericana de Consolidação da Paz;

2) Que procurem, também, intensificar o intercâmbio periódico de informações relativas ao ensino público, sua evolução e aperfeiçoamento, fornecidas pelos respectivos órgãos oficiais; das publicações oficiais, ou autorizadas, que orientem o ensino em cada uma das nações americanas e dos projetos de reforma do ensino em geral, dos programas e métodos empregados, como também do texto de debates parlamentares suscitados sobre êstes assuntos;

3) Que o intercâmbio dêesses documentos se efetue diretamente entre os Ministérios de Educação das Repúblicas da América. (4 de outubro de 1943).

XXXV. RECONHECIMENTO DA OBRA DO DR. DEXTER

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que o Dr. Edwin Grant Dexter, ex-Reitor do Instituto Nacional, foi um dos homens que mais contribuíram, pelo seu entusiasmo e energia, para dar impulso à idéia de uma Universidade Interamericana, com sede no Panamá;

Que o Dr. Dexter foi o primeiro que traçou um plano orgânico dessa Universidade de projeção continental; e

Que, em virtude de suas diligências junto do Sr. Guillermo Andrey, então Secretário de Instrução Pública do Panamá, a Assem-

bléia Nacional desta República promulgou a Lei n.º 20, de 1917, pela qual se autorizou a fundação dessa Universidade, e o convite aos Governos do Continente Americano, para que colaborassem nessa grande obra de unificação da cultura dos povos do Continente Americano,

Resolve:

Reconhecer a ação meritória do Dr. Edwin Grant Dexter em prol da Universidade Interamericana, e recomendar sua memória à gratidão dos povos da América, e, em particular, ao corpo docente e administrativo da Universidade Interamericana;

Declarar que o retrato a óleo, oferecido pelo Governo da República do Panamá, seja colocado em lugar de honra, nessa Universidade. (4 de outubro de 1943).

XXXVI. INTERCÂMBIOS CULTURAIS DAS AMÉRICAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que as Repúblicas Americanas têm reconhecido os benefícios mútuos provenientes de regular intercâmbio intelectual e artístico entre suas respectivas culturas;

Que as Repúblicas Americanas têm procurado e procuram desenvolver êsse intercâmbio, especialmente para conseguir maior entendimento e obter maiores benefícios mútuos no futuro,

Resolve:

1) Recomendar que os principais trabalhos dos eruditos e cientistas das Repúblicas Americanas sejam traduzidos para os quatro idiomas oficiais do Continente;

2) Recomendar que exemplares dos trabalhos indicados no item anterior, impressos no idioma original, sejam oferecidos às bibliotecas das Repúblicas Americanas, no princípio de uma por tôdas e tôdas por uma;

3) Recomendar um programa de biblioteconomia, em conexão com a organização dessas bibliotecas, a fim de que se difundam o conhecimento e o saber americanos em todos os países;

4) Recomendar, igualmente, o intercâmbio de revistas científicas em todos os campos profissionais e científicos;

5) Recomendar que a difusão de filmes, discos, quadros e outros elementos artísticos, seja estudada e desenvolvida como processo complementar para maior expansão cultural entre as Repúblicas Americanas;

6) Recomendar a intensificação do intercâmbio de estudantes, líderes profissionais e científicos, pesquisadores e estudantes de Universidades e instituições técnicas dos diferentes países, bem como a facilitação dos meios que promovam o intercâmbio de conhecimentos, descobertas científicas e suas aplicações práticas;

7) Que, para facilitar êste intercâmbio, cada universidade ponha um número de bolsas à disposição do Governo do seu país, e que se solicite a contribuição das emprêsas de transportes, pela redução dos preços das passagens dos estudantes. (4 de outubro de 1943).

XXXVII. ENSINO DE GEOGRAFIA AMERICANA
(MUSEUS ESCOLARES)

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que, entre outros objetivos, o ensino de geografia da América deverá contribuir para a aproximação dos países do continente,

Recomenda:

1) Que se intensifique a redação e a difusão de livros de "leituras geográficas americanas", destinados a servir de complemento ao ensino da geografia de toda a América, e compreendido que tenham sentido americanista; e

2) Que os professores de geografia organizem, em seus cursos, agremiações destinadas a estabelecer intercâmbio de gravuras, postais, mapas, etc., que possam constituir material original para a formação de pequenos arquivos e museus geográficos interamericanos, em cada escola, e onde poderão figurar também os materiais para o ensino de geografia nacional. (4 de outubro de 1943).

XXXVIII. CUIDADO E CONSERVAÇÃO DOS
MONUMENTOS HISTÓRICOS E HISTÓRICO-
ARTÍSTICOS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é necessário conservar as riquezas do passado americano, como fontes de emoção histórica,

Recomenda:

1) Que se constituam comissões de caráter nacional para cuidar da conservação do patrimônio histórico, declarando de utilidade pública os lugares, monumentos, imóveis, ou bens móveis de propriedade particular, considerados de interesse histórico ou histórico-artístico, dentro do território nacional;

2) Que os bens declarados de utilidade pública, pelo seu valor histórico, fiquem sob a custódia da entidade oficial encarregada de os inventariar e classificar sob registro;

3) Que a conservação, restauração ou reparação dos bens móveis, ou imóveis histórico-artísticos, fique a cargo da comissão nacional criada para esse fim, e que com ela colaborem comissões regionais, ou provinciais, a fim de conservar os bens e aumentar o interesse da cultura histórica;

4) Que a comissão nacional de cada República envie às entidades similares dos demais países americanos decalques, desenhos, fotografias de monumentos, imóveis ou móveis de interesse histórico ou histórico-artístico, destinados a ilustrar o ensino da história nas universidades, colégios de ensino secundário ou escolas elementares;

5) Que as sociedades de turismo das Repúblicas Americanas colaborem com a comissão de conservação dos monumentos históricos, colocando letreiros, ou marcos indicadores de relíquias históricas, e dos lugares dignos de terem seus nomes perpetuados na memória do visitante, e ainda que os monumentos históricos, que não possuam serviços permanentes, mantenham sempre, para ilustração dos turistas, legendas informativas de seus antecedentes históricos. (4 de outubro de 1943).

XXXIX. DIREITOS DE PROPRIEDADE ARTÍSTICA
E INTELECTUAL

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que o exercício dos direitos de propriedade artística e intelectual apresentam percalços, que constituem problema jurídico;

Que é indispensável que sejam considerados de modo especial, por envolverem princípios de equidade e de direitos dignos de toda a atenção,

Recomenda:

Que os governos do Continente Americano, que ainda não o tenham feito, adotem, com a maior urgência, medidas legais de plena eficácia, no sentido de impedir a venda de edições fraudulentas, impressas no país ou procedentes do estrangeiro, e, em geral, para proteger, como é de justiça, a propriedade artística e literária, impedindo, além disso, a exportação, sonegação e comércio ilícito de manuscritos nacionais. (4 de outubro de 1943).

XL. EQUIPARAÇÃO E CORRELAÇÃO DE PLANOS
E CERTIFICADOS DE ESTUDO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Recomenda:

1) Sejam adotadas as seguintes normas, para a transferência de estudantes de institutos de ensino primário e médio:

a) quanto ao ensino primário, matricular o estudante na série correspondente à de sua preparação geral, revelada por um simples exame;

b) quanto ao ensino secundário, ou técnico profissional, sejam validadas as disciplinas ou séries aprovadas, sempre que o conteúdo essencial dos programas estudados seja equivalente;

c) em todos os casos relativos ao ensino secundário ou técnico-profissional, o país de destino reserva-se o direito de exigir exame de geografia e história nacionais, como também do idioma nacional, se este for diferente do do país de origem;

2) Sejam admitidos nos estudos universitários os alunos que pretendam seguir os cursos de aperfeiçoamento, sem obter diploma, desde que sua aptidão se verifique mediante os certificados de estudos e seus antecedentes; quanto aos estudantes, que pretendam seguir cursos regulares, proceder-se-á em cada caso, de acôrdo com as convenções em vigor, ou em sua falta, de acôrdo com as disposições nacionais, relativas aos seus próprios estudantes;

3) Os estudantes ou diplomados de qualquer país americano, que pretendam efetuar, em outro, ou na Universidade Interamericana, estudos secundários, superiores, técnicos ou de aperfeiçoamento, deverão apresentar às autoridades, ou nos estabelecimentos de ensino do país, a que se dirijam, certificados de estudos com as seguintes características:

- a) dados pessoais;
- b) indicação de disciplina ou disciplinas a que o certificado se refere;
- c) descrição sucinta dos estudos realizados e provas feitas em relação ao programa efetivamente estudado, número de horas de aula, número de trabalhos escolares;

4) O certificado de estudos, expedido com os requisitos do artigo anterior, será visado pela autoridade diplomática do país ao qual o estudante ou diplomado se dirija e constituirá prova de sua capacidade, dentro dos limites determinados pelo próprio certificado;

5) A apresentação de um certificado de estudos interamericanos não eximirá o estudante, ou diplomado, dos cursos exigidos para o ingresso nos estabelecimentos com número de matrícula limitado, nem da realização de provas complementares, quando os estudos, a que o certificado se refira, não sejam equivalentes aos exigidos pelo país onde deseje prosseguir estudos. (4 de outubro de 1943).

XLI. PROIBIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ESCRITOS OU GRAVURAS TENDENTES A PROVOCAR ÓDIOS ENTRE AS NAÇÕES AMERICANAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a idéia de fundar a Universidade Interamericana obedece, desde o início ao desejo de fomentar perfeito e recíproco conhecimento de tôdas e cada uma das nações do Hemisfério Ocidental;

Que essa idéia, ao realizar-se, fará desaparecer do espírito da juventude tôda a tendência contrária ao princípio de unificação, que só se poderá efetivar se se abandonarem completamente os preconceitos criados por indivíduos ou organizações interessadas em quebrar essa mesma unidade;

Resolve:

Recomendar a adoção de medidas que proibam a distribuição e uso nas escolas públicas e particulares das Repúblicas Americanas de tôda a espécie de escritos, estampas ou desenhos tendentes a provocar ódios entre as nações americanas, ou, em qualquer uma delas, entre associações de diferente índole racial ou religiosa. (4 de outubro de 1943)

XLII. INSTITUTO INTERAMERICANO DE EDUCAÇÃO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que é necessário preparar as bases de estudo da correlação e equivalência dos planos de ensino em vigor nas nações da América, visando a sua possível unificação, no futuro,

Resolve:

a) Recomendar que se estabeleçam nas Repúblicas Americanas, onde ainda não existam, centros de documentação e investigação objetiva dos assuntos educacionais, os quais não deverão limitar suas atividades a pesquisas de caráter didático, mas estendê-las, também, ao estudo dos fatos de ordem histórica, econômica e cultural, que possam contribuir para a melhor compreensão ou interpretação do processo educativo de cada país;

b) Que êsses centros ou, na sua falta, os departamentos de educação de cada país comuniquem o resultado de suas investigações, assim como os dados estatísticos e demais documentos relacionados com a educação, à União Panamericana, à Oficina Interamericana de Educação, que funciona em São José de Costa Rica, e aos centros nacionais ou regionais de documentação e investigação pedagógica, que o solicitem;

c) Que a União Panamericana estude a correlação e possível equivalência dos planos de estudo vigentes nas Repúblicas Americanas, atendendo às modalidades próprias de cada país, e leve o resultado desse estudo ao conhecimento dos respectivos governos. (4 de outubro de 1943).

XLIII. CRIAÇÃO DE ESTUDOS LIVRES DE ARTES
PLÁSTICAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Recomenda:

Que as Nações Americanas dêem proteção e estímulo a estudos livres de Artes Plásticas, nos países americanos, sem prejuízo das Aca- demias Oficiais, que mantenham, e que são julgadas indispensáveis (4 de outubro de 1943).

XLIV. CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE COOPERAÇÃO
ENTRE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que se faz necessário organizar e unificar o trabalho dos museus, arquivos e bibliotecas de cada país, postos à disposição de estudantes, professores e pesquisadores;

Que a organização desses centros, na forma anteriormente indi- cada, é o único meio de intensificar os estudos técnicos e científicos, sob ponto de vista nitidamente americano;

Que a celebração periódica de exposições e concursos aumentaria e melhoraria, consideravelmente, as relações fraternais entre os países do Novo Mundo,

Resolve:

1) Que é recomendável tomar as medidas necessárias para faci- litar o trabalho dos estudantes, professores e pesquisadores de outras partes, nos museus, arquivos e bibliotecas de cada país;

2) Que é recomendável favorecer a publicação de obras e do- cumentos de interesse comum;

3) Que é recomendável adotar os acordos necessários para a ce- lebração periódica de exposições internacionais de arte;

4) Que é altamente recomendável a criação dum Centro de Coo- peração entre Bibliotecas, Arquivos e Museus;

5) Que é recomendável favorecer e facilitar, tanto quanto possí- vel, as visitas de estudantes, professores, bibliotecários, arquivistas, mes- tres, artistas, ensaístas e historiadores, entre os diversos países da Amé- rica. (4 de outubro de 1943).

XLV. ASSOCIAÇÃO INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO
E CULTURA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a educação de após-guerra deverá se distinguir pelos propó- sitos claros de convivência entre os povos, de cooperação cultural e de educação, tendentes aos mais elevados fins de tolerância e compreensão;

Que, se a América, unida pelo mesmo impulso e dirigida para idên- ticos propósitos, pode tornar-se êsse continente da esperança humana, pressentido e anunciado por José Martí, desde que dedique à escola seus maiores desvelos;

Que a Escola deve ser uma e única em cada um dos países da América, essencialmente no que se refira ao ambiente de liberdade e amplos princípios de tolerância, como meio eficaz de contribuir para a realização dessas finalidades,

Recomenda:

Que se organize uma Sociedade Interamericana de Educação e Cultura, que obedeça aos seguintes pontos:

a) seja um órgão superior criado com o consentimento e apoio de todos e de cada um dos países da América;

b) seja constituído por um representante de cada uma das na- ções americanas, verdadeiro especialista em assunto de educação;

c) tenha a sua sede móvel, de modo a permanecer dois anos em cada um dos países da América;

d) seja mantida por dotações de todos os países americanos, que consignarão nos seus orçamentos a dotação correspondente;

e) tenha sua primeira sede na cidade do Panamá;

Que o Conselho Diretorio da Universidade Interamericana de Pa- namá fique encarregado de redigir o referido projeto e de levá-lo à plena realização (4 de outubro de 1943).

XLVI. VOCABULÁRIO DE TÊRMINOS TÉCNICOS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que na relação dos temas da Conferência, no Capítulo II, alínea *g*, figura a proposta "Aperfeiçoamento dos meios para vencer as dificuldades suscitadas pelos idiomas entre os povos da América, como estímulo para um melhor entendimento", e

Que as instituições oficiais e particulares de pesquisas de caráter científico, técnico e tecnológico, encontram freqüentemente grandes dificuldades para interpretar o valor da terminologia técnica, e sua significação, quando usada por outras instituições similares dos demais povos da América.

Resolve:

Recomendar aos Governos das Repúblicas Americanas a elaboração, por meio de seus órgãos competentes, de um ante-projeto de nomenclatura ou glossário das palavras técnicas, usadas na América, com a sua significação mais usual nas ciências, para apresentá-lo na próxima Conferência de países americanos promovida pela União Panamericana, e assim se chegue à unificação da nomenclatura das palavras científicas. (4 de outubro de 1943).

XLVII. TEXTOS DE GEOGRAFIA DAS NAÇÕES AMERICANAS

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que, geralmente, não se encontram textos de geografia dos diferentes países, nas livrarias das capitais e cidades importantes da América, embora seja essa disciplina indispensável para que se forme imagem aproximada de cada uma das Repúblicas irmãs, no aspecto territorial, racial, econômico e político,

Recomenda:

Que os Ministérios de Educação de todas as Repúblicas Americanas providenciem no sentido de que textos de geografia de seus respectivos países possam ser facilmente encontrados nos outros.

XLVIII. CONTRIBUIÇÃO PARA O FAROL COMEMORATIVO DE COLOMBO

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que as 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Conferências Interamericanas e a da Consolidação da Paz, reunidas em Santiago de Chile, Havana, Montevideú, Lima e Buenos Aires, respectivamente, resolveram recomendar aos Governos das Nações Americanas a construção do Farol à Colombo, em Punta Torecilla, Distrito de Santo Domingo, República Dominicana, com o concurso pecuniário dos povos da América e outros que o desejarem, como homenagem a Cristóvão Colombo, Descobridor do Novo Mundo;

Que o Primeiro Congresso Panamericano de Municípios, reunido em Havana, recomendou às Municipalidades da América que prestem a sua mais fervorosa ajuda para a obtenção de fundos destinados à realização do magno projeto do Farol Comemorativo de Colombo;

Que a Segunda Reunião Interamericana das Caraíbas, reunida em Ciudad Trujillo, República Dominicana, recomendou às Municipalidades da América que tornem efetiva a sua contribuição pecuniária para a construção do Farol Comemorativo de Colombo, que lhes foi recomendada no Congresso Panamericano de Municípios, celebrado em Havana;

Que a República Dominicana e a de São Salvador já entregaram as respectivas quotas;

Que essa homenagem coletiva de gratidão, amor e admiração dos Povos Americanos à memória do Descobridor do Novo Mundo significará também um símbolo de união e paz entre as nações americanas,

Resolve:

Recomendar que, pelos órgãos competentes, se insista junto aos governos das Repúblicas Americanas para que, logo que as circunstâncias atuais o permitam, tornem efetiva a quantia que lhes foi atribuída pela União Panamericana, como contribuição destinada ao Farol Comemorativo de Colombo, a ser erigido na capital da República Dominicana. (4 de outubro de 1943).

XLIX. RECONHECIMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
PELA UNIÃO PANAMERICANA À UNIVERSIDADE
INTERAMERICANA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS,

Ao encerrar suas sessões plenárias, deseja consignar a ação eficiente e tenaz realizada pela União Panamericana a favor do projeto da Universidade Interamericana, no Panamá, e que acaba de receber sua consagração definitiva a qual se traduzirá num melhor conhecimento e maior aproximação dos povos deste Hemisfério.

Assim, a Conferência expressa o seu mais profundo reconhecimento à União Panamericana, e faz votos para que continue prestando à nova entidade internacional o apoio moral de sua autoridade e simpatia (4 de outubro de 1943).

L. HOMENAGEM AO EXMO. SR. PRESIDENTE
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que um dos grandes ideais da Conferência que acaba de encerrar seus trabalhos foi o de intensificar a unidade espiritual dos povos da América;

Que a obra realizada pelo Exmo. Sr. Presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, atinge larga projeção histórica pela sua contribuição à mais íntima e efetiva compreensão entre os países americanos;

Que o Presidente Roosevelt é, no momento atual, um homem que simboliza os princípios essenciais da mais pura democracia e do mais genuíno americanismo,

Recomenda:

Que, como homenagem simbólica ao Presidente Roosevelt, se dê o seu nome a uma escola, em cada país americano (4 de outubro de 1943).

LI. EXPRESSÃO DE GRATIDÃO AO EXMO.
SR. PRESIDENTE DO PANAMÁ

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Resolve:

Expressar seu profundo agradecimento pela fina e cordial hospitalidade e atenções dispensadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República a tôdas as Delegações. (4 de outubro de 1943).

LII. AGRADECIMENTO À IMPRENSA PANAMENHA
A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Resolve:

Expressar seu agradecimento à imprensa do Panamá, pela grande colaboração prestada aos trabalhos da conferência. (4 de outubro de 1943).

LIII. RECONHECIMENTO PELA EFICIÊNCIA DO
TRABALHO DO PESSOAL ADMINISTRATIVO
DA CONFERÊNCIA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Resolve:

Expressar seu profundo agradecimento ao Secretário Geral, Secretário de Atas e a todo o pessoal da Secretaria Geral pelo seu trabalho eficiente, a organização e admirável espírito de cooperação, o que tornou possível o bom êxito da Conferência.

LIV. DESIGNAÇÃO DA SEDE PARA A PRÓXIMA
REUNIÃO DA CONFERÊNCIA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Resolve:

Declarar sede da próxima Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas a cidade do Rio de Janeiro, formosa capital do Brasil. (4 de outubro de 1943).

LX. DECLARAÇÃO RELATIVA AO SALÃO ONDE SE
CELEBROU O PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL
AMERICANO, CONVOCADO POR SIMON BOLIVAR,
EM 1826

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que o Panamá foi a Sede do Primeiro Congresso Internacional
Americano, celebrado em 1826;

Que essa reunião histórica foi convocada pelo Libertador Simon
Bolivar;

Que é urgente a conservação cuidadosa e fiel do Salão onde se ce-
lebraram as sessões daquele Congresso,

Resolve:

Declarar monumento histórico panamericano o Salão onde se ce-
lebrou o Primeiro Congresso Internacional Americano, convocado por
Simon Bolivar, em 1826;

Solicitar ao Governo do Panamá que declare monumento histórico
êste salão e tome as disposições necessárias para a sua fiel conservação;

Que os Governos das Repúblicas Americanas, representadas na Pri-
meira Conferência de Ministros de Educação no Panamá, ajudem a
estabelecer um Museu Bolivariano no antigo Convento de São Fran-
cisco, da cidade de Panamá, onde se encontra o Salão em que foi ce-
lebrado o Congresso de 1826;

Que conste das atas e do relatório da Conferência o discurso pro-
nunciado pelo Delegado do Brasil, Professor Lourenço Filho, no ato
solene que, em homenagem a Bolivar, a Conferência de Ministros de
Educação celebrou a 3 de outubro de 1943. (4 de outubro de 1943),

LVI. INCORPORAÇÃO À ATA DA ÚLTIMA SESSÃO
PLENÁRIA DAS CONVENÇÕES APROVADAS EM
SETEMBRO DE 1942, EM SÃO JOSÉ
DE COSTA RICA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO
DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Resolve:

1) Incorporar à Ata de sua última sessão plenária o texto das
Convenções assinadas, em setembro de 1942, em São José de Costa

Rica, pelos Ministros de Educação de Costa Rica, São Salvador, Hon-
duras, Nicaragua e Panamá e pelo Delegado Plenipotenciário de Gua-
temala;

2) Recomendar aos demais governos da América o exame das
duas Convenções aludidas para que adiram a elas se o julgarem oportu-
no. (4 de outubro de 1943).

LVII. CONVENÇÃO SÔBRE A UNIVERSIDADE INTER-
AMERICANA

OS GOVERNOS REPRESENTADOS NA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS
E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS,
CONSIDERANDO:

Que a fundação e o estabelecimento efetivo de um centro de cul-
tura superior interamericano, símbolo da unidade espiritual e moral das
Américas, têm constituído durante muito tempo a preocupação dos Go-
vernos e dos educadores em particular;

Que êste pensamento se concretizou em vários Congressos Inter-
americanos, tais como o Terceiro e o Oitavo Congresso Científicos, e a
Conferência de Ministros da Educação da América Central; e.

Que o Conselho Diretor da União Panamericana, mediante Reso-
lução aprovada a 3 de março do corrente ano, sôbre o estabelecimento
da Universidade Interamericana no Panamá, expressa seu reconheci-
mento ao Governo do Panamá, por ter tomado iniciativa tão importante,
assegurando-lhe ao mesmo tempo o decidido apoio e a cooperação da
União Panamericana, e solicita também aos Governos que integram o
referido órgão, sua cooperação, para que na forma que julgarem mais
conveniente se garanta o bom êxito dêsse projeto,

*Resolvem subscrever a presente Convenção, designando para êsse
fim os seguintes Ministros de Educação, ou seus Representantes:*

HAITI: *Max Rigaud*, Chefe da Seção de Ensino Profissional; PA-
RAGUAI: *José Dahlquist*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipo-
tenciário do Paraguai no Chile; REPÚBLICA DOMINICANA: *Victor Gar-
rido*, Secretário de Educação e Belas Artes; URUGUAI: *Alfredo de Cas-
tro*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Uruguai
na Colômbia; SÃO SALVADOR: *José Andrés Orantes*, Sub-Secretário de
Instrução Pública, Encarregado do Expediente; BRASIL: *Paulo Ger-
mano Hasslocher*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário

do Brasil, no Panamá; CUBA: *José María Chacón y Calvo*, Diretor de Cultura; HONDURAS: *Angel G. Hernández*, Sub-Secretário de Estado, Encarregado do Expediente de Educação Pública; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: *John W. Studebaker*, Diretor do Departamento de Educação; BOLÍVIA: *Justo Rodas Eguino*, Ministro de Bolívia em Cuba; MÉXICO: *Octavio Véjar Vázquez*, Secretário de Educação Pública; COLÔMBIA: *Carlos Lozano y Lozano*, Ministro de Educação; GUATEMALA: *J. Antonio Villacorta*, Ministro de Educação; VENEZUELA: *Rafael Vegas*, Ministro de Educação Nacional; PANAMÁ: *Victor F. Goytia*, Ministro de Educação; EQUADOR: *Abelardo Montalvo*, Ministro de Educação; ARGENTINA: *Juan G. Velenzuela*, Embaixador da Argentina na Colômbia; CHILE: *Benjamín Claro Velasco*, Ministro de Educação Pública; NICARAGUA: *Gerónimo Ramírez Brown*, Secretário de Instrução Pública e Educação Física; PERÚ: *Enrique Larosa*, Ministro de Educação Pública; COSTA RICA: *Luis Demetrio Tinoco*, Ministro de Educação, os quais, depois de apresentarem seus Poderes ou Credenciais, em boa e devida forma, convencionaram o seguinte:

Artigo Primeiro — O Governo da República do Panamá doará os terrenos destinados à construção dos edifícios da Universidade Interamericana; doará, igualmente, como contribuição especial para a Universidade, o Museu Nacional de Panamá e as instalações, bibliotecas, laboratórios, mobiliário e dotação oficial de que antes dispunha a Universidade Nacional.

Artigo Segundo — Os Governos das Repúblicas Americanas contribuirão, para as despesas da manutenção da Universidade, com uma quantia estipulada a seu critério, mas nunca inferior a que destinam atualmente para o mesmo fim, à União Panamericana.

Artigo Terceiro — As despesas de construção e instalação serão distribuídas de acôrdo com um plano progressivo, entre os Governos, na mesma base proporcional estabelecida no artigo anterior. O Governo do Panamá comunicará previamente esta Convenção e ratificação dos planos e projetos de edificação e os respectivos orçamentos.

Artigo Quarto — A Universidade Interamericana destinará aos estudantes de cada país da América certo número de bolsas de estudo, proporcional à contribuição para a Instituição. Os estudantes poderão receber, igualmente, ajuda direta dos Governos, das Universidades e de outras entidades, por meio de bolsas.

Artigo Quinto — A Universidade desfrutará de franquia alfandegária, postal, telegráfica e similares, e ficará isenta de contribuições, impostos e quaisquer direitos, sinetes, papel selado e outras tributações, em todos os países signatários, e aos quais a Universidade solicite estas regalias. Igualmente desfrutará de privilégios governamentais, pela redução das tarifas de qualquer espécie, em tudo quanto se relacionem, direta ou indiretamente, com as suas finalidades.

Artigo Sexto — Para funcionamento dos cursos rotativos estabelecidos pelo Estatuto da Universidade Panamericana, será criado um fundo comum constituído: primeiro, pela quantia que a Universidade Interamericana resolva destinar para êste fim, e, segundo, pelas contribuições feitas especialmente aos cursos pelos países interessados.

Artigo Sétimo — Os Governos dos países signatários diligenciarão, por meio dos órgãos competentes, no sentido de que sejam revistos todos os Institutos ou órgãos que atualmente desenvolvem atividades conexas ou afins aos da Universidade Interamericana, unicamente com o objetivo de evitar possíveis interferências e para estabelecer pontos de coordenação.

Artigo Oitavo — Os Governos signatários se comprometem também a impedir, pelas vias legais ao seu alcance, o uso das palavras *Universidade Interamericana*, quer as duas juntas ou combinadas com outras, em expressões suscetíveis de estabelecer confusões.

Artigo Nono — A presente Convenção será ratificada pelas altas partes contratantes de acôrdo com os processos constitucionais. O Ministro das Relações Exteriores da República do Panamá deverá conservar os originais dessa Convenção e ficará incumbido de enviar aos Governos cópias autênticas para êsse fim. Os instrumentos de ratificação serão depositados nos arquivos da União Panamericana, em Washington, a qual deverá notificar êsse depósito aos Governos signatários; esta notificação equivalerá a uma troca de ratificações.

Artigo Décimo — Este convênio terá uma duração inicial de dez anos. A partir desta data, o país contratante que pretenda retirar-se do Convênio poderá fazê-lo mediante comunicação dirigida à União Panamericana com antecipação de um ano.

Em fê do qual, os Ministros de Educação das Repúblicas Americanas ou seus Representantes, depois de fazer constar sua condição e poderes, assinam a presente Convenção em espanhol, inglês, francês

e português, na cidade do Panamá, aos quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e três”.

Restrição da Delegação dos Estados Unidos da América:

O Delegado dos Estados Unidos da América assina este documento, deixando, porém, consignado que o faz, quanto ao Projeto do Estatuto e do Projeto da Convenção da Universidade Interamericana *ad referendum* de seu Governo, e que nem este voto nem qualquer disposição do Projeto de Estatuto ou Projeto de Convenção da Universidade Interamericana poderá obrigar por qualquer forma o Governo dos Estados Unidos. O delegado pede que esta restrição conste da Ata desta sessão e de outro qualquer documento da Conferência que inclua o texto do Projeto de Estatuto ou o Projeto de Convenção da Universidade Interamericana.

Restrição da Delegação Argentina:

A Delegação Argentina considera que, pela fundação desta Universidade, se intensificará a confraternidade e a colaboração entre os povos do Continente; e, por consequência, a aprova, com satisfação, de acôrdo, porém, com o esclarecimento feito na II Comissão, isto é, que os diplomas por ela expedidos não tenham validade internacional obrigatória.

Pelo HAITI: *ad referendum*, (a) *Max Rigaud*.

Pelo PARAGUAI: *ad referendum*, (a) *José Dahlquist*.

Pela REPÚBLICA DOMINICANA: (a) *Víctor Garrido*.

Pelo URUGUAI: (a) *Alfredo de Castro*.

Por SÃO SALVADOR: (a) *José Andrés Orantes*.

Pelo BRASIL: (a) *Paulo Germano Hasslocher*

Pela REPÚBLICA DE CUBA: (a) *José María Chacón y Calvo*

Por HONDURAS: (a) *Ángel G. Hernández*.

Pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: (a) Com a restrição acima indicada, *John H. Studebaker*.

Pela BOLÍVIA: (a) *Justo Rodas Eguino*.

Pelo MÉXICO: (a) *Octavio Véjar Vázquez*.

Pela COLÔMBIA: *ad referendum*, (a) *Carlos Lozano y Lozano*.

Por GUATEMALA: *ad referendum*, (a) *J. Antonio Villacorta*.

Pela VENEZUELA: *ad referendum* do Poder Executivo, (a) *Rafael Vegas*.

Pelo PANAMÁ: (a) *Victor F. Goytia*.

Pelo EQUADOR: (a) *Abelardo Montalvo*.

Pela ARGENTINA: Com a restrição acima indicada, (a) *Juan G. Valenzuela*.

Pelo CHILE: (a) *Benjamin Claro Velasco*.

Por NICARAGUA: (a) *Gerónimo Ramírez Brown*.

Pelo PERÚ: (a) *Enrique Laroza*.

Por COSTA RICA: (a) *Luis D. Tinoco*.

LVIII. ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE INTER-AMERICANA

OS GOVERNOS REPRESENTADOS NA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE MINISTROS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO DAS REPÚBLICAS AMERICANAS, CONSIDERANDO:

Que a fundação e o estabelecimento efetivo de um Centro de Cultura superior interamericano, símbolo da unidade espiritual e moral das Américas, têm constituído durante muito tempo a preocupação dos Governos e dos educadores em particular;

Que este pensamento se concretizou em vários Congressos Interamericanos, tais como, o Terceiro e o Oitavo Científico e a Conferência de Ministros da Educação da América Central; e

Que o Conselho Diretor da União Panamericana, mediante Resolução aprovada a 3 de março do corrente ano sobre o estabelecimento da Universidade Interamericana no Panamá, expressa seu reconhecimento ao Governo do Panamá, por ter tomado iniciativa tão importante, assegurando-lhe ao mesmo tempo, o decidido apoio e a cooperação da União Panamericana; e solicitou também, aos Governos que constituem o referido órgão, sua cooperação, para que na forma que julgarem mais conveniente garantir o bom êxito desse projeto,

Resolvem elaborar o seguinte Estatuto que regerá a vida da Universidade:

Artigo Primeiro — A Universidade Interamericana é uma comunidade de cultura ao serviço das Nações da América. Sua atuação será sempre inspirada nos princípios fundamentais de aperfeiçoamento es-

piritual, material e biológico de nossos povos; sustentará os postulados democráticos e os princípios de liberdade de ensino e de pesquisa; respeitará todos os credos religiosos e políticos que não envolvam distinções antidemocráticas nem de casta, ou de raça.

Artigo Segundo — A Universidade Interamericana terá autonomia em tôdas as suas atividades internas e desfrutará de plena personalidade jurídica em todos países signatários.

Artigo Terceiro — A sede da Universidade será instalada na capital do Panamá, em local designado pelo Govêrno da República do Panamá.

Artigo Quarto — A Universidade Interamericana compreenderá cursos regulares para estudantes não diplomados; para diplomandos e diplomados, bem como cursos de extensão cultural popular, institutos de pesquisas, e estágios, que poderão ser frequentados por grupos de estudantes dos diversos países americanos organizados pelas autoridades competentes.

Artigo Quinto — A Universidade Interamericana será provida de tôdas as instalações e laboratórios de ensino e pesquisa, base fundamental de seus estudos e investigações. Os laboratórios e bibliotecas poderão ser constituídos com a ajuda dos governos, pessoas e instituições interessadas na obra de cooperação interamericana.

Artigo Sexto — A Universidade dará cursos e proporcionará facilidades de investigação em suas várias dependências e laboratórios, sobre todos os problemas de cultura que interessem o hemisfério americano, prestando particular atenção à História, Arqueologia, Folclore, Artes Populares, Línguas, Biologia aplicada à saúde, Estatística, Economia e Legislação comparada, instrução que será ministrada tanto pelo quadro docente da Universidade como por professores e pesquisadores, em visita ou em intercâmbio, ou por pessoas competentes contratadas para êsse fim por instituições de beneficência ou científicas.

Artigo Sétimo — A Universidade organizará serviços de referência, consultas e informações técnicas e de cultura interamericana, de índole bibliográfica, econômica, financeira, educacional, meteorológica e de outras matérias.

Artigo Oitavo — Além de outras seções que de futuro poderão ser criadas, formarão parte da Universidade Interamericana os seis seguintes institutos de pesquisas e seminários:

1.º) INSTITUTO DE CIÊNCIAS SANITÁRIAS, encarregado do ensino, investigação e estudo científico da saúde pública e das ciências afins em todos os seus aspectos; mas especialmente os relacionados com problemas de higiene de maior importância para o Continente americano. Devido à complexidade da sua estrutura, o volume de suas atividades e importância de sua vida econômica, o Instituto de Ciências Sanitárias gozará de todos os privilégios de uma entidade autônoma, tanto administrativa como técnica e economicamente, e dos de caráter internacional que lhe sejam reconhecidos pelos Governos.

2.º) INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA AMERICANA, para aprofundar os estudos antropológicos e das ciências afins, com o fim de conhecer a origem e o desenvolvimento dos povos do Continente. O Instituto, em suas pesquisas, excavações, etc., poderá, por indicação dos governos, visitar os vários países do Continente em trabalho de seminário como em colaboração com os cursos que adiante se determinam. Os resultados das pesquisas e estudos do Instituto serão publicados e difundidos entre as instituições americanistas e culturais entre os Governos do Continente. A base desses estudos será o Museu de Antropologia do Panamá, que, com a cooperação dos demais países, será transformado pouco a pouco num Museu das Américas, para o estudo de suas civilizações autóctonas.

3.º) INSTITUTO DE LEGISLAÇÃO COMPARADA E DIREITO INTERNACIONAL, para o estudo individual e comparado da legislação nas suas diferentes fases e modalidades nos países da América, e do Direito Internacional.

O Instituto de Legislação Comparada e Direito Internacional terá as seguintes finalidades:

a) organizar cursos e trabalhos de seminário sobre assuntos de legislação comparada e direito internacional, a cargo de professores e especialistas eminentes;

b) publicar na forma mais adequada, o resultado de seus trabalhos doutrinários e de documentação;

c) criar e organizar uma biblioteca jurídica, principalmente de legislação, jurisprudência e doutrina de todos os países americanos;

d) publicar um boletim informativo das modificações legislativas e da bibliografia jurídica, dos países americanos;

e) traduzir para inglês, espanhol, português e francês as leis que pelo seu interesse especial mereçam ser difundidas em todo Continente;

f) Colaborar, no que lhe fôr solicitado, nas tarefas da União Panamericana e patrocinar e organizar conferências ou reuniões de especialistas.

Os países americanos comprometem-se com o Instituto a remeter, e continuar remetendo para o futuro, uma coleção, a mais completa possível, de suas obras jurídicas, jornais, revistas, registros e boletins. Os órgãos diretores da Universidade Interamericana tratarão de que, nos cursos sucessivos organizados pelo Instituto, participem professores e especialistas de tôdas as Universidades do Continente, para melhor conhecimento das diferentes legislações e tendências doutrinárias e efetiva convivência de professores e alunos de tôda a América. O Instituto fará estudos tendentes a uniformizar a legislação dos países americanos, nos ramos em que essa uniformidade se torne conveniente. O Instituto, em seus trabalhos, dispensará especial atenção aos problemas suscitados pelo após-guerra, relativos a organização e relações jurídicas do Continente Americano e de tôda vida internacional.

4.º) INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS E ECONÔMICAS, para o estudo dos problemas de ordem econômico e social das Américas.

O fim primordial dêste Instituto será o estudo de economia interamericana nos seus aspectos básicos, durante e depois da guerra atual; bem como dos problemas sociais de caráter fundamental nas Américas, demográficos, de distribuição e aproveitamento das riquezas. As pesquisas do Instituto, quando forem solicitadas pelos governos, poderão ser efetuadas por meio de viagens de estudo no campo e zonas do Continente, segundo programas estabelecidos pela Universidade. O resultado das pesquisas e os trabalhos de seminário serão publicados pelo Instituto e distribuídos entre as instituições de cultura e entre os Governos das Américas.

5.º) INSTITUTO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS, para fomentar as relações culturais da América, tendo como objetivo essencial o estudo do folclore em tôdas suas manifestações.

O Instituto coordenará os esforços dos pesquisadores dos vários países do Continente, e desenvolverá estilos próprios na música, na literatura e nas belas artes, e iniciará, também, atividades literárias,

científicas e artísticas, de acôrdo com os programas de estudo. O Instituto disporá de equipamentos completos para realizar seus trabalhos, e não só recolherá os elementos folclóricos como também os distribuirá em forma de publicações e por todos os meios ao seu alcance; para a realização dessas atividades poderá efetuar excursões pelos diferentes países, em trabalhos de seminário ou em colaboração com os cursos rotativos, que adiante se determinam ou, ainda, a especial convite dos Governos.

6.º) INSTITUTO DE CIÊNCIAS, para o estudo, pesquisa e fomento das ciências fundamentais, matemáticas, físicas, químicas e biológicas que constituem a base de tôda a técnica moderna. Os resultados das pesquisas e estudos feitos neste Instituto serão dados a conhecer às Universidades e Institutos da América.

Artigo Nono — Como atividade essencial da Universidade, serão criados cursos bimestrais, ou trimestrais, que se realizarão anualmente, em cada país do Continente, conforme a ordem determinada nos sorteios periódicos.

Artigo Décimo — A sede dos cursos, estabelecidos no artigo anterior, mudará periódicamente, a fim de que seus trabalhos sejam realizados em todos os países da América, mediante prévio acôrdo com os respectivos governos.

Artigo Undécimo — Os cursos funcionarão com professores e alunos dos vários países do Continente. Recomenda-se aos governos que suas delegações sejam sempre selecionadas entre as personalidades mais representativas dos aspectos peculiares à cultura de cada país.

Artigo Duodécimo — Fica ao critério dos países, que enviem estudantes aos cursos, estipular os créditos escolares que lhes devem ser concedidos.

Artigo Décimo Terceiro — Os países, sede dos cursos rotativos, facilitarão o uso temporário de suas instalações docentes e de pesquisas, bem como de seus estudos de arte, aulas, bibliotecas e laboratórios.

Artigo Décimo Quarto — A administração da Universidade Interamericana será assim constituída:

A) JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO, autoridade suprema da Universidade, encarregada de executar as disposições dêste estatuto, e que será formada pelos Chefes de Missões das Repúblicas Americanas,

acreditados no Panamá, ou pelos que forem designados pelos respectivos Governos e pelo Ministro de Educação da República do Panamá, a quem cabe a presidência.

À Junta de Administração compete:

- a) servir como órgão de relação entre a Universidade e os Governos das Repúblicas Americanas;
- b) sancionar em última estância os planos, regulamentos e providências de caráter administrativo, acadêmico e cultural, adotados pelas autoridades universitárias em cumprimento de suas atribuições.
- c) aprovar, anualmente, os orçamentos.
- d) determinar as construções, instalações, fundações e gastos extraordinários requeridos pela Universidade.
- e) formular os regulamentos gerais necessários para o seu funcionamento e um regulamento especial para aceitar e destinar as doações feitas à Universidade por pessoas naturais ou jurídicas. A Junta de Administração não poderá aceitar legados contrários aos princípios e bases que constituem a Universidade.
- f) designar o Reitor da Universidade; em caso de ausência ou impedimento temporário do Reitor, será este substituído pelo decano dos Diretores dos Institutos, na condição de Vice-Reitor; o Reitor será eleito por cinco anos podendo ser reconduzido.
- g) aprovar o regulamento apresentado pelo Instituto de Ciências Sanitárias.
- h) nomear os Professores e Pessoal Administrativo, tomando em consideração as recomendações feitas pelos diferentes Governos e pelo Reitor da Universidade.
- i) pedir as informações que julgar oportunas sobre a situação econômica da Universidade e o movimento de seus fundos e valores.

B) O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, constituído pelo Reitor da Universidade, Decanos ou Diretores das Faculdades, ou Institutos, e cuja organização será regulamentada pela Junta de Administração, terá a seu cargo tudo o que se refira ao trabalho acadêmico cultural e que não dependa especificamente de outra autoridade.

C) O REITOR, representante e administrador geral da Universidade, e que, nessa condição, preparará o orçamento, a ser submetido à Junta de Administração para exame e aprovação: convocará e presidirá o Conselho Universitário e dirigirá a gestão docente, adminis-

trativa, disciplinar e fiscal; proporá à Junta de Administração, com prévia consulta ao respectivo Instituto, a nomeação do pessoal docente e administrativo necessário ao bom funcionamento da instituição; submeterá à consideração da Junta de Administração os regulamentos, reformas e inovações convenientes.

O Reitor fiscalizará de modo imediato e constante as despesas da Universidade e seu movimento de fundos e valores. Submeterá, anualmente, à Junta de Administração o estado geral da situação econômica e as contas da Instituição.

Artigo Décimo Quinto — Ao formular o presente Estatuto, a Primeira Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas deixa consignado seu firme reconhecimento e pleno acôrdo com as diligências, atos e medidas realizados pelo Governo do Panamá até este momento, para que a Universidade Interamericana se torne uma realidade.

Disposições Transitórias — 1.º) A Universidade continuará funcionando, provisoriamente, no local da antiga Universidade Nacional do Panamá.

2.º) A Junta de Administração da Universidade fica encarregada de sugerir ao Governo do país, sede da próxima Conferência de Ministros de Estado, a oportunidade de a convocar, devendo esta realizar-se em 1944 ou 1945, a fim de prosseguir, no prazo mais curto possível, o intercâmbio de idéias e estudos dos problemas educacionais americanos, assim como a análise do resultado dos Acordos tomados nesta Primeira Conferência (4 de outubro de 1943).

EM TESTEMUNHO DO QUAL, os Ministros de Educação das Repúblicas Americanas ou seus Representantes, assinam a presente Ata Final, na cidade do Panamá, aos quatro dias do mês de outubro de 1943.

Pelo HAITI: (a) *Max Rigaud*.

Pelo PARAGUAI: *ad referendum* da aprovação de meu Governo. (a) *José Dahlquist*.

Pela REPÚBLICA DOMINICANA: (a) *Victor Garrido*.

Pelo URUGUAI: (a) *Alfredo de Castro*.

Por SÃO SALVADOR: (a) *José Andrés Orantes*.

Pelo BRASIL (a) *Paulo G. Hasslocher*.

Pela REPÚBLICA DE CUBA: (a) *José M. Chacón y Calvo*.

Por HONDURAS: (a) *Angel G. Hernández*.

- Pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: (a) Com a restrição já indicada,
John W. Studebaker
- Pela BOLÍVIA: (a) *Justo Rodas Eguino*.
- Pelo MÉXICO: (a) *A Gomez Arias*.
- Pela COLÔMBIA: (a) *Carlos Lozano y Lozano*.
- Por GUATEMALA: (a) *J. Antonio Villacorta*.
- Pela VENEZUELA: (a) *Rafacl Vegas*.
- Pelo PANAMÁ: (a) *Narciso Garay*.
- Pelo EQUADOR: (a) *Abelardo Montalvo*.
- Pela ARGENTINA: Com a restrição já indicada, (a) *Juan G. Valenzuela*.
- Pelo CHILE: (a) *Benjamin Claro*.
- Por NICARAGUA: (a) *Gerónimo Ramírez Broten*.
- Pelo PERÚ: (a) *Enrique Laroza*.
- Por COSTA RICA: (a) *Luis D. Tinoço*.
- Pela UNIÃO PANAMERICANA: (a) *Pedro de Alba*. (*)

BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA BRASILEIRA (1901 a 1930)

Em o número anterior desta revista, foi publicada parte da bibliografia pedagógica nacional, correspondente ao período de 1812 a 1900, trabalho êsse iniciado por uma comissão da extinta Diretoria Nacional de Educação e, depois, revisto e completado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Prosseguindo na publicação, ainda aqui apresentada em caráter provisório, dá-se agora a relação dos trabalhos de cultura pedagógica, aparecidos no país entre 1901-1930. Este período caracterizou-se por dois movimentos da maior significação: de uma parte, o de parlamentares, administradores e professores que cuidavam da criação de serviços que dessem coordenação nacional ao ensino; de outra parte, o da introdução, no pensamento pedagógico nacional, das novas correntes de idéias sôbre a psicologia da criança e das práticas do ensino ativo. Depois de 1920, deram-se várias reformas de ensino de amplo sentido renovador, e foi fundada a Associação Brasileira de Educação, que passou a promover, desde 1928, congressos nacionais de educação. Antes, em 1921, o Ministério da Justiça convocou um Congresso Interestadual de Ensino Primário, e, no ano seguinte, outro, dedicado ao ensino secundário e superior. No movimento editorial, é de notar, depois de 1927, o aparecimento das primeiras coleções, ou séries pedagógicas, constituídas de traduções e obras originais de nossos educadores. Pretendendo oportunamente editar, em volume, o estudo retrospectivo da bibliografia pedagógica brasileira, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos agradecerá a remessa de toda e qualquer colaboração dos leitores, no sentido de suprir as muitas lacunas ou deficiências desta primeira publicação. Em seu próximo número, esta revista dará a bibliografia referente ao período de 1931-1940.

(*) A tradução, que aqui se publica, acompanha o texto original em língua castelhana, divulgado no "Diário de la Primera Conferencia de Ministro y Directores de Educación de las Republicas Americanas", n.º 13, de 10 de novembro de 1943, Panamá, Cia. Editora Nacional S. A., 32 págs. Desta tradução incumbiu-se o técnico de educação Inês Bomilear, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. É de notar que os idiomas utilizados na Conferência foram o castelhana, o inglês, o português e o francês, e que, em todos êles, se lavraram, para os devidos fins, os instrumentos convencionais indicados.

1901 A 1910

BRANDÃO FILHO, *Alberto* — Educação Popular. *Rio de Janeiro*. 1901. *Tip. do "Jornal do Comércio"*, de Rodrigues & Cia. 126 p.

Ensaio sobre o valor da educação como fator de elevação popular.

FELICIANO, *José* — A Educação e a Urbanidade. *São Paulo*. 1903. *Tip. do "Diário Oficial"*. 37 p.

Discurso de paraninfo aos professorandos de 1902, na Escola Normal de São Paulo.

FERNANDES, *Maria da Glória* — A educação sob o ponto de vista da higiene pedagógica. *Rio de Janeiro*. 1903. *Tip. Altina de Paula Souza & Cia.* 158 p.

Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

BONFIM, *Manuel* — O Progresso pela instrução. *Rio de Janeiro*. 1904. *Tip. do Instituto Profissional*. 38 p.

Discurso de paraninfo às diplomandas pela Escola Normal do Distrito Federal.

LIMA, *Antônio* — Educação da Infância. *Rio de Janeiro*. 1905. *Livr. da Federação Espírita Brasileira*. 58 p.

A educação vista através das doutrinas espíritas.

AMARAL E SILVA, *Vitor Ferreira* — Educação Agrícola. *Rio de Janeiro*. 1907. (S/Edit.) 22 p.

Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados.

AMIGO (UM) DA INSTRUÇÃO — Lições de Pedagogia. *Rio de Janeiro*. 1907. *Livr. Francisco Alves*. 78 p.

Estudos de metodologia, organização escolar e higiene.

BRANDÃO, *Teixeira* — A Educação Nacional no Regime Republicano. *Rio de Janeiro*. 1907. *Impr. Nacional*. 118 p.

Considerações gerais em torno da situação do ensino no país.

COSTA, *Afonso* — O Ensino e a minha atitude na Câmara dos Deputados. *Rio de Janeiro*. 1907. *Impr. Nacional*. 80 p.

Discursos parlamentares.

GUIMARÃES, *Pinheiro* — O Ensino Público. *Rio de Janeiro*. 1907. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 280 p.

Estudos sobre vários assuntos de organização escolar.

GUIMARÃES, *Pinheiro* — O Ensino Público elementar, integral e técnico. *Rio de Janeiro*. 1907. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. XXV — 285 p.

Coletânea de artigos sobre a organização escolar brasileira.

OLIVEIRA, *Alvaro Remigio de* — A Educação da mulher e a maçonaria. *Bahia*. 1907. *Tip. do Liceu de Artes e Ofícios*. 29 p.

Orientação para formação da mulher "maçônica".

ORLANDO, *Artur* — Reforma do Ensino. *Rio de Janeiro*. 1907. *Rodrigues & Cia.* 41 p.

Discurso pronunciado na Câmara Federal, sobre questões de ensino.

VELOSO, *Dário* — Compêndio de Pedagogia. *Curitiba*. 1907. (S/Edit.) 109 p. e IX esquemas.

Finalidades da educação, elementos da história da pedagogia e de organização escolar.

BITTENCOURT, *Feliciano Pinheiro* — Pedagogia escolar. *Rio de Janeiro*. 1908. *Livr. Francisco Alves*. 130 p.
Princípios aplicados ao ensino primário.

CAMPOS, *Pedro Dias de* (Major) — Educação de Soldado. *São Paulo*. 1908. *Rothschild & Cia.* 106 p.
Principais regras que devem orientar a conduta do soldado.

MOREIRA, *Rangel* — O atual processo de estudos das Ciências Jurídicas e Sociais em nossas Faculdades. *Recife*. 1908. *Ramiro M. Costa & Filhos*. 63 p.

Crítica do ensino jurídico do país.

PENA, *Manuel Ferreira* — Instituto Profissional Masculino do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro*. 1908. (S/Edit.) 46 p.

Exposição apresentada ao governo do Estado de Minas Gerais, sobre as realizações da escola mencionada.

TAVARES, *Paulo* — Questões de Ensino. *Rio de Janeiro*. 1908. *Impr. Nacional*. 162 p.

Plano geral de reorganização do ensino secundário.

CORREIA, *Inocência Serzedello* — Inspeção Sanitária Escolar. *Rio de Janeiro*. 1909. *Of. Graf. do "O País"*. 45 p.

Descrição dos serviços de inspeção médico-escolar no Distrito Federal.

LEÃO, *Antônio Carneiro* — Educação. *Recife*. 1909. *Impr. Industrial*. (S/n.º p.).

Conferência no 1º Congresso Brasileiro de Estudantes reunido em São Paulo.

SANTOS, *Hemetério dos* — Ensino Municipal. *Rio de Janeiro*. 1909. *Impr. do "Jornal do Comércio"*. 18 p.

Considerações sobre a formação dos professores primários.

CARVALHO, *Leôncio de* — Projeto de Ensino Profissional. *Rio de Janeiro*. 1909. *Tip. do "O País"*. 29 p.

Projeto de ensino profissional, organizado por incumbência da Prefeitura do Distrito Federal.

BRANDÃO, *Raul Mendes de Castilho* — Educação Sexual. *Bahia*. 1910. *Impr. Nova*. 60 p.

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia.

CARVALHO, *Reis de* — A questão do ensino. (Bases de uma reforma da Instrução Pública no Brasil). *Rio de Janeiro*. 1910. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 86 p.

Coletânea de artigos sobre administração e política educacional.

FELICIANO, *José* — Universidade Popular de Piracicaba. Vulgarização do Ensino. *São Paulo*. 1910. (S/Edit.) 35 p.

Conferência em que se exalta o valor de instituições de difusão da cultura.

GONDIM, *Isabel* — Reflexões às minhas alunas para Educação nas Escolas Primárias do sexo feminino. 3.ª ed. *Natal*. 1910. *Tip. de A. Leite*. (S/n.º p.).

Guia para a educação da mulher. A 1.ª ed. é de 1874, tirada no Rio de Janeiro.

REFORMA DO ENSINO — *Rio de Janeiro*. 1910. *Impr. Nacional*. 24 p.

Projeto de reforma do ensino organizado por uma Comissão no-

meada e presidida pelo Dr. Esmeraldino Olímpio de Tórres Bandeira.

REIS, *Epaminondas Vilela* — Educação Física da Infância e da Mulher. *Rio de Janeiro*. 1910. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 66 p.

Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

SMITH, *Clinton (DR.)* — O estudo da natureza nas escolas públicas. *São Paulo*. 1910. *Tip. do "Diário Oficial"*. (S/n.º p.).

Guia de orientação para professores.

SOUSA, *A. Monteiro de* — Relatório sobre a Instrução Pública no Amazonas, em 1905. *Rio de Janeiro*. 1910. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. (S/n.º p.).

1911 A 1920

CALOGERAS, *J. P.* — Os Jesuítas e o ensino. *Rio de Janeiro*, 1911. *Impr. Nacional*. 66 p.

Apreciação da obra dos jesuítas na educação da mocidade.

ESCOLA NORMAL — Programa de ensino para o ano de 1911. *Distrito Federal*. 1911. (S/Edit.). 84 p.

FARIAS, *Delmiro* — Educação e Ensino. *Recife*. 1911. *Impr. Industrial*. 32 p.

Coletânea de artigos.

GODOIS, *A. B. Barbosa* — O Mestre e a Escola. *Maranhão*. 1911. *Impr. Oficial*. 192 p.

Estudos sobre a influência e o alcance social das Escolas Normais.

NEVES, *Lourenço Bacta* — Relações entre o lar, o médico e a escola. *Belo Horizonte*. 1912. *Impr. Oficial*. 26 p.

Necessidade da educação higiênica no lar e na escola.

PAROBÉ, *João José Pereira* — Escola de Engenharia de Pôrto Alegre. *Pôrto Alegre*. 1912. *S/Edit.* 266 p.

Relatório relativo ao ano letivo de 1911.

COARACI, *N. de Vivaldi* — Instrução técnica nos Estados Unidos. *Pôrto Alegre*. 1913. *Ojs. grafs. do Inst. Electro-Técnico*. 122 p.

Relatório de uma viagem de estudos.

COSTA, *Firmino* — O Ensino Popular. *Belo Horizonte*. 1913. *Impr. Oficial*. 108 p.

Vários escritos sobre questões práticas do ensino e estudos de caráter geral sobre educação.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO — Instruções sobre a orientação do Ensino Primário em São Paulo. *São Paulo*. 1913. *Siqueira Nagel & Cia.* 10 p.

Guia de orientação didática.

FRAGA, *Clementino* — Relatório apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia. *Bahia*. 1913. *Of. da "Gazeta do Povo"*. 12 p.

Relatório das atividades do autor como membro do Conselho Superior de Ensino.

MAGALHÃES, *Basílio de* — Tratamento das crianças anormais da inteligência. *Rio de Janeiro*. 1913. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 194 p.

A situação do problema no mundo e no Brasil; os processos de

diagnose e seleção; métodos de tratamento e a metodologia do ensino dos anormais.

SERGIO, *Antônio* — Ensaio de Psicologia e Pedagogia. *Rio de Janeiro*. 1913. *Impr. Nacional*. 40 p.

Princípios de psicologia aplicada à educação.

WOLF, *Maurice* — Ensino Profissional na Alemanha. *Recife*. 1913. *I. Nerly da Fonseca*. 20 p.

O papel das instituições particulares no ensino técnico.

Escola Normal Secundária de São Paulo — O Laboratório de Psicologia Experimental. *São Paulo*. 1914. (S/Edit.). 156 p.

Coletânea de estudos realizados por diversos professores inscritos num curso de psicologia experimental, realizado pelo professor Ugo Pizzoli, da Universidade de Modena, e então contratado pelo Governo do Estado de São Paulo

Mosso, *Angelo* — A Educação Física da Juventude. Trad. de Severio Cristofaro. *São Paulo*. 1914. (S/Edit.). 230 p.

Exposição histórica e crítica dos diversos sistemas de educação física.

RIBEIRO, *Faustino* — As claras... A Instrução Pública em São Paulo. *Ribeirão Preto*. 1914. *Tip. Guimarães*. 7 p.

Panfleto de crítica.

SOUSA, *A. Monteiro de* — Educação Nacional. *Rio de Janeiro*. 1914. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 71 p.

Projeto e discurso justificativo da criação de uma "Repartição Geral do Ensino", com sede

no Rio de Janeiro, apresentado pelo A. à Câmara dos Deputados.

ALMEIDA, *Miguel Calmon Du Pin e* — As promessas e os resultados da pedagogia moderna. *Rio de Janeiro*. 1915. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 44 p.

Conferência sobre a pedagogia de Froebel e Montessori.

FRANCA, *Alípio* — Noções de Pedagogia Experimental. *Bahia*. 1915. *Tip. Peivoto*. 139 p.

Compêndio de pedagogia, metodologia e organização escolar.

MENESES, *José Augusto Bezerra de* — Pela Educação Nacional. *Rio de Janeiro*. 1915. *Impr. Nacional*. 43 p.

Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados nas sessões de 5 e 6 de outubro de 1915.

OZAMIS, *Francisco (P.)*. Princípios de Educação. *Belo Horizonte*. 1915. *Impr. Oficial de Minas Gerais*. 304 p.

Coletânea de vários estudos sobre a educação física, intelectual e moral.

PACHECO, *Renato* — Causa da desatenção nos escolares, limites de fadiga intelectual. *Rio de Janeiro*. 1915. *S/Edit.* 16 p.

Ensaio de psicologia aplicada.

VASCONCELOS, *Francisco Figueira de Melo E.* — Educação Sexual da Mulher. *Rio de Janeiro*. 1915. (S/Edit.). 67 p.

Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

BOCCANERA JÚNIOR, *Silvio* — Campanha contra o analfabetismo. *Bahia*. 1916. *Impr. Oficial*. 23 p.

Discurso de propaganda.

C. C. B. A. — As reformas do ensino superior e a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro*. 1916. *Impr. Nacional*. (S/n.º p.).

Coletânea de artigos sobre a equiparação dos institutos livres de ensino superior aos estabelecimentos oficiais congêneres.

Escola Normal — Programa de ensino para 1916. Distrito Federal. 1916. (S/Edit.). 103 p.

Estatística da Instrução — 1ª parte — Estatística escolar. Vol. I. (Diretoria Geral de Estatística). Brasil. 1916. *Tip. da Estatística*. CCXXXII 396 p.

Inquérito censitário da instrução pública e particular de todo o Brasil e memória sobre o seu estado e os antecedentes da estatística escolar com esclarecimentos e comentários relativos à sua organização e aos resultados obtidos. Essa memória, organizada por Oziel Bordeaux Rego, representa notável trabalho neste ramo de estudos tão pouco cuidado, até então, no país. Está dividida nas seguintes partes: I — Situação do Brasil, quanto à instrução. Necessidade atual da interferência dos poderes públicos nacionais. II — Indispensabilidade das estatísticas escolares para garantir a eficiência da ação governamental em matéria de ensino. III — Antecedentes da estatística da instrução no Brasil. IV — Organização da estatística da instrução pela Diretoria Geral de Estatística. V — Resultados. VI — Conclusões.

GRAÇA, J. Cordeiro da — Educação Técnica Moderna. *Rio de Janeiro*.

1916. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. (S/n.º p.).

Conferências.

GRAÇA SOBRINHO, José Venerando da — Memorial descritivo da invenção de um novo sistema de ensino escolar. *Rio de Janeiro*. 1916. *Tip. Central*. 6 p.

Explicação de um sistema de ensino prático escolar, constituído de enigmas figurados.

MOÇACIR, Primitivo — O Ensino Público no Congresso Nacional. *Rio de Janeiro*. 1916. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 206 p.

Os projetos e leis de ensino apresentado ao Congresso Nacional desde o início da República até a Reforma Rivadavia.

MOURA, Mário de Assis — Ensino primário e Língua Pátria. *Ribeirão Preto*. 1916. *Tip. Guimarães*. 26-IV p.

Exame dos problemas da nacionalização do ensino, em face da corrente imigratória.

SOUTO, Viciara (Dr.) — Auxiliemos o ensino. *Rio de Janeiro*. 1916. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 11 p.

Discurso de propaganda.

BRAGA, Erasmo — O Colégio Internacional e seus fundadores. *Campinas*. 1917. *Tip. da "Casa Garraud"*. 12 p.

Notícia histórica sobre as fundações de ensino mantidas por associações norte-americanas no Brasil.

LEÃO, A. Carneiro — O Brasil e a educação popular. *Rio de Janeiro*. 1917. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 203 p.

Discursos e conferências proferidas em 1915 e 1916, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

CUNHA, Ranulfo Bocaiuva — Pela educação nacional. *Rio de Janeiro*. 1917. (S/Edit.) 68 p.

Artigo de imprensa e discursos *Instrução Pública do Departamento do Alto Purus* — Sena Madureira. 1917. *Of. do "Alto Purus"*. 28 p.

Regulamento do ensino.

JAMES, William — Palestras pedagógicas. Trad. de Teodoro de Moraes. *São Paulo*. 1917. *Tip. Augusto Silveira & Cia*. 120 p.

Questões de ensino vistas através da psicologia.

KONDER, Marcos — Pela Instrução. *Florianópolis*. 1917. *Tip. do "Novidades"*. 8 p.

Discurso.

MAGALHÃES, Basílio de — A educação da infância normal e das crianças mentalmente atrasadas na América Latina. *Rio de Janeiro*. 1917. *Impr. Nacional*. 24 p.

Apreciação dos modernos sistemas pedagógicos para a educação dos retardados mentais, adotados em vários países.

SOUSA, Raul Alves de — Educação primária escolar. *Rio de Janeiro*. 1917. *Impr. Nacional*. 112 p.

A situação das escolas estrangeiras em território nacional.

SERRANO, Jonatas — Metodologia da História na aula primária. *Rio de Janeiro*. 1917. *Livr. Francisco Alves*. 72 p.

Análise dos objetivos e dos processos do ensino da história.

SOUTO, Viciara — Cuidemos da infância de nossa pátria. *Rio de Janeiro*. 1917. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 11 p.

Discurso.

VIANA, A. G. Barbosa — Instrução e Educação. *Recife*. 1917. *Impr. Industrial*. 36 p.

Conferências.

MELO, Baltazar Viciara de — Escolas ao ar livre e colônias de férias para débeis. Escolas especiais para tardos (anormais intelectuais). *São Paulo*. 1917. *Casa Espindola*. 38 p.

Orientação para a organização de instituições de ensino emendativo.

LEÃO, A. Carneiro — Pela educação rural. *Rio de Janeiro*. 1918. *Tip. "Rev. dos Tribunais"*. 22 p.

Conferência sobre a necessidade de se dar à educação popular maior sentido prático, com orientação para a vida do campo.

COSTA, Firmino — A Educação Popular. *Belo Horizonte*. 1918. *Impr. Oficial*. 22 p.

Conferência.

GÓIS, Eurico — Valor da Instrução. *São Paulo*. 1918. *"Estado de São Paulo"*. 26 p.

Discurso.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 1.º *Rio de Janeiro*. 1918. *Tip. do Jornal do Comércio*. 212 p.

Instrução primária; acórdos e subvenções; escolas normais; repartição geral de ensino, no período de 1904-1915.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 2.^o *Rio de Janeiro*. 1918. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 613 p.

Plano integral de ensino; projeto Tavares de Lira, no período de 1907-1908.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 3.^o *Rio de Janeiro*. 1918. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 316 p.

Lei orgânica do ensino superior e do fundamental, na República; reforma Rivadavia Correia, no período de 1911-1914.

LAET, *Carlos de* — Colégio Pedro II. *Rio de Janeiro*. 1918. *Tip. da "Rev. dos Tribunais"*. 116-12 p.

Relatório concernente ao ano letivo de 1917.

LOYS, *Gaspar Wanderley* — Origem do ensino; sua função na dinâmica da vida. *Recife*. 1918. *Empresa d' "A Ordem"*. 28 p.

Tese apresentada à Escola Normal de Pernambuco para o concurso da cadeira de psicologia e pedagogia.

MARTINS, *João Pedro* — No templo de Minerva. *Distrito Federal*. 1918. *Ofs. Grafs. Ezilda*. 160 p.

Estudos sobre várias questões referentes ao ensino primário no Distrito Federal.

MENESES, *José Augusto Bezerra de* — Pela Educação Nacional. *Rio de Janeiro*. 1918. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 254 p.

Discursos e pareceres sobre a liberdade de ensino e liberdade de profissão; regime eleitoral e educação; a União e o ensino primário.

MORAIS, *Teodoro de* — Mais uma reforma (A Instrução Pública no Estado de São Paulo). *São Paulo*. 1918. (*S/Edit.*). 95 p.

Críticas à reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo, consubstanciada na lei estadual número 1.579 de 19-12-917.

OLINTO, *Plínio* — Normas de Pedagogia e de Psicologia Normal e Patológica. *Rio de Janeiro*. 1918. *Livr. Francisco Alves*. 90 p.

Coletânea de estudos sobre várias questões de psico-pedagogia.

SILVA, *José Bernardino Paranhos da* — Consolidação da Legislação Federal do Ensino Superior e do Secundário. *Rio de Janeiro*. 1918. *Tip. da "Revista dos Tribunais"*. 562 p.

Principais leis do regime constitucional republicano, sobre ensino superior e secundário, comentadas.

SOUSA, *Monteiro de* — A União e o Ensino Primário. *Manaus*. 1918. *Impr. Pública*. 82 p.

Projeto substitutivo e discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 16 e 22 de novembro, e 28 de dezembro de 1917.

DENAVARRO, *R.* — À margem da educação. *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. Batista de Sousa*. 112 p.

Considerações sobre o desenvolvimento físico e mental da criança e como adaptá-la à vida social.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 4.^o *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 964 p.

Reforma Carlos Maximiliano; Decreto n.º 11.530, de 18 de mar-

ço de 1915, no período de 1914-1918.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 5.^o *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 801 p.

Ensino secundário; exames parcelados; regime de madureza; competência dos Estados; fiscalização dos Institutos de Ensino, no período de 1891-1909; dispensa de exames, em 1918.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 6.^o *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do Jornal do Comércio"*. 406 p.

Desoficialização do ensino superior e secundário, no período de 1891-1918; regime universitário, no período de 1892-1918; criação do Ministério da Instrução Pública, em 1894.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 7.^o *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 508 p.

Códigos de ensino, no período de 1891-1901.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 8.^o *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 554 p.

O ensino jurídico no período de 1894-1906.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 9.^o *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 555 p.

Curso politécnico; curso médico; escolas agrícolas e comerciais e outras de natureza técnica, no período de 1891-1919.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 10.^o *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 488 p.

A difusão do ensino primário nos Estados; subvenção às escolas primárias nas colônias estrangeiras, no período de 1915-1918.

MELO, *B. Vieira de* (Dr.) — A Inspeção Médica Escolar, em São Paulo no exercício de 1918. *São Paulo*. 1919. *Tip. "Augusto Siqueira & Cia.* 46 p.

Relatório do mencionado serviço.

MIRANDA FILHO, *Passos* — Instrução Nacional. *Rio de Janeiro*. 1919. *Impr. Nacional*. 31 p.

Estudo crítico sobre a situação do ensino no Brasil e sugestões para uma reforma.

MORAIS, *Pedro Deodato de* — Rumo ao Campo. A escola social. *São Paulo*. 1919. *Tip. Piratininga*. 42 p.

Discurso.

SERRANO, *Jonatas* — Um aspecto social da educação da infância. *Rio de Janeiro*. 1919. *Tip. do "Jornal do Comércio"*, 14 p.

Conferência.

Universidade (A) de Manaus e seu ensino agrônomo — *Manaus*. 1919. *Cesar Cavalcanti & Cia.* 87 p.

Histórico, leis e regulamentos.

AZEVEDO, *Fernando de* — Antinóis (Estudo de cultura atlética). *São Paulo*. 1920. *Com. Melhoramentos de São Paulo*. 96 p.

Conferências e estudos sobre os jogos e exercícios atléticos e sobre a cultura física.

AZEVEDO, *Fernando de* — Da Educação Física. 2.^a ed. São Paulo. 1920. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 306 p.

Estudo da finalidade e dos métodos da educação física, a situação do problema no Brasil. A 1.^a ed. foi publicada em 1915.

Prefeitura do Distrito Federal — Programas de Ensino para as escolas primárias diurnas. *Rio de Janeiro*. 1920. *Publ. Of. da Prefeitura do Distrito Federal*. 40 p.

QUAGLIO, *Clemente* — A imaginação nas crianças brasileiras. São Paulo. 1920. *Tip. do Diário Oficial*. 22 p.

Tese apresentada ao 1.^o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.

QUAGLIO, *Clemente* — Nova concepção psicológica da criança. São Paulo. 1920. *Tip. do "Diário Oficial"*. 8 p.

Tese apresentada ao 1.^o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.

1921 A 1930

ARAGÃO, *Egas Muniz Barreto de* — Problemas de educação nacional e de instrução pública. Bahia. 1921. *Impr. Oficial do Estado*. 356 p.

Coletânea de estudos diversos sobre a educação do país.

Anais da Conferência Interestadual do Ensino Primário. Convocada em nome de S. Ex.^a o Sr. Dr. Epitácio Pessoa, Presidente da República e realizada de 12 de outubro a 16 de novembro do mesmo ano. *Rio de Janeiro*. 1922. *Emp. Indust. "O Norte"*. 439 p.

Contém os documentos relativos à convocação da conferência; as atas da Comissão Preparatória e os relatórios a esta Comissão apresentados; os trabalhos da Conferência, com a transcrição dos discursos; as memórias apresentadas e ainda um relatório especial apresentado ao Ministro da Justiça sobre a difusão do ensino primário. Indicam-se a seguir os relatórios apresentados à Comissão Preparatória, e as Memórias apresentadas à Conferência.

Cesar, Abelardo de Cerqueira — A campanha contra o analfabetismo. págs. 413 a 416.

Cruz, Milton C. A. da — Nacionalização do ensino primário. Escolas primárias nos municípios de origem estrangeira. Escolas estrangeiras, sua fiscalização. págs. 417 a 419.

Doria, A. Sampaio. Memória sobre a Educação Nacional. Págs. 351 a 389.

Guimarães, Orestes — Nacionalização do Ensino Primário. Págs. 41 a 60.

Leão, A. Carneiro — Conselho Nacional de Educação. Págs. 61 a 67.

Luderitz, João. Memória. Págs. 412 a 425.

Medeiros, José Augusto Bezerra de — Difusão do ensino primário. Págs. 27 a 34.

Melo e Sousa, J. B. — Difusão do Ensino Primário no Brasil. Págs. 427 a 436 c/um quadro.

Moura, Américo de — Difusão do ensino primário. Fórmula para a União auxiliar a difusão desse ensino. Obrigatoriedade re-

lativa ao ensino primário; suas condições. Págs. 391 a 402.

Rangel, José — Organização e uniformização do ensino normal no país. Págs. 403 a 408.

Seidl, Raimundo P. — Patrimônio de Ensino Primário Nacional. Págs. 39 a 41.

Serva, Mário Pinto — E' um dever constitucional a intervenção da União em matéria de ensino primário. Págs. 409 a 411.

Viana, Vitor — Escolas Rurais e Urbanas. Págs. 34 a 38.

GALVÃO, *Benjamin Franklin Ramiz* — Instrução Pública. *Rio de Janeiro*. 1922. *Tip. "Rev. dos Tribunais"*. 19 p.

Exposição apresentada ao Conselho Superior do Ensino na sessão de 17-7-1922.

GOOD, *F. (Dr.) Hygiene Moral*. Trad. de Joaquim Aroso. 2.^a Ed. *Rio de Janeiro*. 1922. *Ed. Anuário do Brasil*. 124 p.

Estudos sobre a educação sexual da juventude.

RODRIGUES, *Alvaro* — Escolas Profissionais. *Rio de Janeiro*. 1922. *S/Edit*. 248 p.

Estudo sobre a organização do ensino profissional no Rio de Janeiro.

SANTOS, *Maria Amelia Daltro* — De Ensino e Educação. *Rio de Janeiro*. 1922. *Tip. do Instituto Muniz Barreto*. 168 p.

Coletânea de vários estudos.

SHERIDAN, *Haroldo I. e White, G. C.* — Aprender e ensinar. Trad. de João Augusto Toledo e Erasmo Braga. *Rio de Janeiro*. 1922. *Ed.*

Centro Brasileiro de Publicidade. 221 p.

Exposição dos princípios fundamentais da arte de ensinar e análise dos processos de aprendizagem.

Trabalhos do Congresso Pedagógico — (Governo do Estado do Maranhão) São Luiz (Maranhão). 1922. *Publ. Of. do Estado*. 600 p.

Histórico, atas das sessões e teses do congresso de ensino, realizado em São Luiz, em 22-2-1922.

CARVALHO, *Mário G. de* — Almanaque do Ensino Municipal. *Rio de Janeiro* — 1923 a 1924. *Edit. "O Norte"*. 163 p. Esboço histórico da instrução primária no Rio de Janeiro e organização do ensino na época.

COSTA, *Emília de Sousa* — A Mulher. Educação Infantil. *Rio de Janeiro*. 1923. Alvaro Pinto. 142 p.

Conferências.

CRUZ, *Lopes da* — Divulgação do Ensino Primário no Brasil. *Rio de Janeiro*. 1923. "Alba". 43 p.

Monografia apresentada ao curso aberto sobre o tema pela Academia Brasileira de Letras.

DORIA, *A. de Sampaio (Dr.)* — Como se ensina. São Paulo. 1923. *M. Monteiro Lobato & Cia*. 132 p.

Fundamentos do ensino intuitivo.

DORIA, *A. de Sampaio (Dr.)* — Questões de Ensino (A reforma de 1920 em São Paulo). 1923. *Monteiro Lobato & Cia*. 131 p.

Conferências e artigos de imprensa em defesa da reforma da instrução pública paulista de 1920.

MORAIS, *Pedro Decodato de* e BÜCHLER, *Jorge Augusto* — O melhor modo de divulgar o ensino primário no Brasil. *São Paulo*. 1923. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 59 p.

Monografia apresentada à Academia Brasileira de Letras.

PEIXOTO, *Afrânio* — Ensinar a ensinar. *Rio de Janeiro*. 1923. *Livr. Francisco Alves*. 218 p.

Vários estudos em que o tema principal é a formação do professorado.

PINHEIRO, *Marques* — Contra o analfabetismo. *Rio de Janeiro*. 1923. *Edit. Bras. "Lux"*. 76 p.

Monografia apresentada à Academia Brasileira de Letras sobre a melhor maneira de divulgar-se o ensino primário no Brasil.

Prefeitura do Distrito Federal — Programas de Ensino para as escolas primárias diurnas. *Rio de Janeiro*. 1923. *Publ. Oficial*. 14 p.

Programas organizados por uma comissão de inspetores e professores.

SERVA, *Mário Pinto* — A virilização da raça. *São Paulo*. 1923. *Comp. Melhoramentos*. 181 p.

Estudos sobre política educacional.

VELOSO, *Oswaldo* — Plano de difusão do ensino primário no Brasil. *Juiz de Fora*. 1923. *Cia. Dias Cardoso*. 11 p.

Memória apresentada ao concurso aberto pela Academia Brasileira de Letras.

ALVES, *Isaias* — Esboço da Vida e Obras do "Amigo dos meninos". *Bahia*. 1924. *Impr. Oficial*. 103 p.

Estudo histórico e bibliográfico sobre o educador brasileiro Abílio Cesar Borges.

GUIMARÃES, *Orestes* — Sugestões sobre a educação popular no Brasil. *Florianópolis*. 1924. *Pascoal Simone & Cia.* 125 p.

Considerações sobre a organização de um Conselho Nacional de Educação, e sobre o ensino urbano e rural.

LAET, *Carlos de* — Relatório sobre as atividades do Colégio Pedro II, em 1923. *Rio de Janeiro*. 1924. *Pap. Americana*. 114 p.

Vida escolar e administração do Colégio Pedro II, no exercício referido.

LEITE, *Solidonio* — Lei de Imprensa e Livros Didáticos. *Rio de Janeiro*. 1924. *Impr. Nac.* 51 p.

Discursos na Câmara Federal.

MEDEIROS e ALBUQUERQUE — Tests. *Rio de Janeiro*. 1924. *Livr. Francisco Alves*. 176 p.

Obra de divulgação sobre a medida objetiva no ensino e as provas mentais. Excelente bibliografia norte-americana.

PESSOA, *Frota* — A educação e a rotina. *Rio de Janeiro*. 1924. *Livr. Edit. Leite Ribeiro*. 164 p.

Monografia apresentada à Academia Brasileira de Letras.

RIBEIRO, *J. M. Gomes* — Formação e Cultura. *Rio de Janeiro*. 1924. *Freitas-Bastos-Spicer & Cia.* 164 p.

Estudos diversos sobre a cultura em geral e defesa da cultura clássica.

VALE, *Freitas* — O ensino público no Governo Washington Luiz. *São*

Paulo. 1924. *Tip. Casa Garraux*. (S/nº p.).

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados de São Paulo.

ASSIS, *Alberto de* — Problemas e Aspectos da Educação Popular. *Bahia*. 1925. *Impr. Oficial*. 55 p.

Conferência realizada no Instituto Histórico da Bahia.

BAKER, *C. A.* — O Movimento dos Testes. *Belo Horizonte*. 1925. *Impr. Oficial*. 128 p.

Palestras sobre a técnica de aplicação de provas mentais, com modelos norte-americanos, traduzidos e adaptados.

CARVALHO, *Delgado de* — Metodologia do Ensino Geográfico. *Livr. Francisco Alves*. 1925. *Petrópolis*. 222 p.

Orientação metodológica para as escolas primárias.

CORREIA FILHO, *V.* — Questões de Ensino. *São Paulo*. 1925. *Comp. Edit. Monteiro Lobato*. 92 p.

Apontamentos para a história da educação em Mato Grosso.

LUDERITZ, *João* — Relatório de remodulação do ensino profissional técnico. *Rio de Janeiro*. 1925. *Tip. Fluminense*. 383 p.

Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, em que se descreve a situação do ensino profissional na época.

MOURA, *Maria Lacerda de* — Lições de Pedagogia. *São Paulo*. 1925. *Tip. Paulista*. 269 p.

Estudos sobre conceito de pedagogia e sobre educação física; a educação dos sentidos e o crescimento físico na criança e no adolescente.

SERVA, *Mário Pinto* — A Renovação Mental do Brasil. *São Paulo*. 1925. *Cia. Melhoramentos de São Paulo*. 304 p.

Coletânea de artigos sobre diversos aspectos sociais do Brasil, especialmente, dos da educação.

TOLEDO, *João* — O crescimento mental. *São Paulo*. 1925. *Impr. Metodista*. 384 p.

Síntese do crescimento e das funções da mente; receptividade psicológica e fontes de conhecimentos; materiais do conhecimento e elaboração mental; aplicação.

VELHO LOBO (pseudônimo) — Guia do Escoteiro. *Rio de Janeiro*. 1925. *Impr. Naval*. 335 p.

Resumo histórico do escotismo, seu aparecimento no Brasil e sua influência educativa.

Anais do 4.º Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária, Setembro e outubro de 1922. *Rio de Janeiro*. 1926. *Tip. Rua do Carmo*. 55. 881 p.

Contém os discursos proferidos na sessão inaugural e na de encerramento, pelo Ministro da Justiça e outras autoridades; o regulamento e o programa do Congresso; os pareceres emitidos pelas várias comissões de estudo; e, na parte final, as atas taquigráficas das sessões realizadas.

CARBOSO, *Licínio* — O Ensino que nos convém. *Rio de Janeiro*. 1926. *Anuário do Brasil*. 431 p.

Posição do problema; universidade; ensino superior; ensino primário; o que se deve ensinar; ensino às crianças; ensino secundário; ensino profissional.

FREITAS, *Oscar Rodrigues de* — Consultor dos Funcionários do Ensino. São Paulo. 1926. *Irmãos Ferraz*. 539 p.

Legislação escolar e prática pedagógica.

CONZAGA, *Leonel* e SANTANA, *Jorge* — Escolas de mães, saúde de filhos. Rio de Janeiro. 1926. *Of. Graf. Casa Leuzinger*. 299 p.

Vulgarização de conhecimentos de puericultura.

HORTA, *Afonso Celso Parreiras* — Apontamentos de metodologia estatística. Rio de Janeiro. 1926. *Tip. Leuzinger*. 128 p.

Compêndio para o ensino da estatística.

KAULFUSS, *Adelaide* — Compêndio teórico e prático de educação infantil. Rio de Janeiro. 1926. *Tip. do Patronato*. 180 p.

Métodos de educação, e organização das escolas maternas e jardins de infância.

LISBOA, *Aquiles* — Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário no Brasil. Rio de Janeiro. 1926. *P. Pongelli & Cia.* 65 p.

Monografia apresentada à Academia Brasileira de Letras.

MARANHÃO, *Paulo* — Testes pedagógicos. Rio de Janeiro. 1926. *"Jornal do Brasil"*. 160 p.

Exposição de experiências feitas em escolas do Rio de Janeiro; modelos de testes pedagógicos de variadas disciplinas.

MILLANG, *Miguel* — Para bem ler e bem recitar. São Paulo. 1926. *A. Tisi & Cia.* 236 p.

Emissão da voz; articulação; pronúncia correta; diction expressiva; como aprender de cor.

PAULA, *Rubem Descartes de C.* — Sugestões didáticas sobre o ensino da química. Rio de Janeiro. 1926. *Tip. "Rev. dos Tribunais"* 94 p.

Tese apresentada à Congregação do Colégio Pedro II para concurso à cadeira de Química.

REIS, *Fidelis* — Educação para o Trabalho. Rio de Janeiro. 1926. *"Soc. Mineira de Agricultura"*. 23 p.

Discurso em prol do ensino profissional.

SOBRÉ, *A. A. de Azevedo* — O problema da educação nacional. Rio de Janeiro. 1926. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 35 p.

Conferência.

Festas (as) Centenárias do Ensino Primário — Natal. 1927. *Impr. Oficial*. 76 p.

Atos do Governo do Rio Grande do Norte; programas de festas e discursos alusivos ao centenário da lei imperial de 15-10-1827.

ALVES, *Isaías* — Teste individual de inteligência. (Fórmula de Binet-Simon-Burt adaptada ao Brasil). Bahia. 1927. *A. Luza*. 172 p.

Adaptação, aplicação e resultados obtidos pelo A. com os testes referidos, em alunos de escolas públicas e particulares da Bahia.

Anais da 1.^a Conferência Estadual de Ensino Primário — Florianópolis. 1927. (S/Edi.) (S/n.º p.).

Atas, teses e pareceres da conferência convocada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em Julho de 1927.

AZEVEDO, *Fernando de* — A Instrução Pública do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1927. *Mendonça Machado*. 134 p.

Projeto e justificação de uma reforma do ensino primário e técnico-profissional do Distrito Federal.

BARRETO, *Anita Paes* e PERNAMBUCO, *Ulisses* — Estudo psicotécnico de alguns testes de aptidão. Recife. 1927. *Impr. Industrial*. 44 p.

Prática de alguns testes de aptidão com alunas que concluíram o curso primário em escolas de Recife.

BELO, *José Maria* — O Problema da Educação. Rio de Janeiro. 1927. *Impr. Nacional*. 20 p.

Parecer e discursos lidos na Câmara dos Deputados a propósito de um projeto no sentido de tornar obrigatório o ensino técnico-profissional.

COUTO, *Miguel* — No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. Rio de Janeiro. 1927. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 20 p.

Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação.

CZERNY — O médico educador. Trad. dos Drs. Martinho da Rocha Junior e Martinho da Rocha. Rio de Janeiro. 1927. (S/Edi.). 101 p.

Conselhos aos pais sobre a educação higiênica e a educação em geral na primeira infância.

FERREIRA, *Valdemar Martins* — A Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo, de 1827 a 1927. São Paulo. 1927. *Tip. Siqueira* (S/n.º p.).

Memória histórica.

GÓIS, *Paulino de Araujo* — Ensino Agrônomo. Bahia. 1927. *Romualdo dos Santos*. 39 p.

Sugestões sobre a reforma do ensino agrônomo.

GOMES, *Perillo* — O laicismo. (Col. Eduardo Prado, Série A). Rio de Janeiro. 1927. *Impr. "Centro D. Vital"*. 121 p.

Estudo do laicismo sob vários aspectos.

Instruções e Programas do Ensino Primário do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1927. *Imp. Oficial*. 408 p.

Estas instruções e programas assinalam a introdução das idéias do ensino globalizado nas escolas oficiais do país, apresentando a indicação da matéria pelo sistema de "centros de interesse", de Decroly.

LIMA, *Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos* — Higiene Mental e Educação. Rio de Janeiro. 1927. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 178 p.

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro.

LIMA, *Nestor* — Um século de ensino primário. Natal. 1927. *Tip. da "A República"*. 208 p.

Memória sobre a evolução do ensino primário no Rio Grande do Norte.

LOURENÇO FILHO — A Escola Nova. São Paulo. 1927. *Cia. Melhoramentos*. 24 p.

Resposta ao inquérito que, acerca do ensino paulista, promoveu "O Estado de São Paulo" em junho de 1926.

MAGALHÃES, *Alfredo Ferreira* — Noções de Pedagogia. *Bahia*. 1927. "A Nova Gráfica". 97 p.

Conferências sobre a educação da criança: como tratá-la, como conduzi-la cientificamente para ser forte de corpo e de espírito.

MATOS, *Arch.* — Um século de ensino. *Vitória*. 1927. *Ofs. da "Vida Capichaba"*. 126 p.

Memória sobre a evolução do ensino no Espírito Santo.

MOREIRA, *Alberto (Dr.)* — Em favor da extinção do analfabetismo. (Publ. da Liga da Defesa Nacional). *Rio de Janeiro*. 1927. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 13 p.

Sugestões para a solução do problema educacional do país.

PIÉRON, *Henri* — Psicologia experimental. Trad. de Lourenço Filho. *São Paulo*. 1927. *Bibl. da Educação*. 158 p.

A psicologia experimental e os laboratórios de psicologia; a psicomетria e os testes; as principais aplicações da psicologia.

Programa para a Escola Normal do Distrito Federal — *Rio de Janeiro*. 1927. 103 p.

Semana (A) Da Criança, Bahia. 1928. *Impr. Oficial*. 361 p.

Relação dos trabalhos da semana dedicada ao estudo da criança, que se realizou de 5 a 11 de dezembro de 1927.

Sugestões à Reforma do Ensino nos Cursos de Direito — Por uma comissão de Estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. *São Paulo*. 1927. "Rev. dos Tribunais". 52 p.

Representação mandada ao Congresso Federal; organização e métodos de ensino; promoções.

AGUIAR, *Luiz de Sousa* — Das relações entre o desenvolvimento físico e o desenvolvimento intelectual. *Rio de Janeiro*. 1928. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 66 p.

Tese apresentada para o concurso de Educação Física na Escola Normal do Distrito Federal.

Associação Brasileira de Educação — Problema Universitário Brasileiro (Bases para inquérito). *Rio de Janeiro*. 1928. "A Encadernadora". 56 p.

Inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação em torno do problema universitário.

BONFIM, *Manuel* — O método dos testes. *Rio de Janeiro*. 1928. (S/Edit.). 296 p.

Os testes na verificação do ensino. Utilidade geral e interpretação dos testes pedagógicos. Os testes — sucedâneos dos exames. A realização dos testes.

CARNEIRO, *Levi* — O problema universitário brasileiro. *Rio de Janeiro*. 1928. "A Encadernadora". 22 p.

Resposta a um inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação.

CARVALHO, *Adriana Teixeira de* — Sloyd. *Rio de Janeiro*. 1928. *Impr. do Estado*. 23 p.

Tese apresentada ao concurso para a cadeira de Trabalhos Manuais da Escola Normal do Distrito Federal.

CLAPARÈDE, Ed. — A Escola e a Psicologia Experimental. Trad. de Lourenço Filho. (Bibliot. da Edu-

cação). *São Paulo*. 1928. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 94 p.

Transformação do regime escolar quanto ao seu próprio espírito. Conceito funcional da educação. Contribuição à técnica escolar. Processos auxiliares. Diagnóstico da inteligência. Verificação dos resultados do ensino.

COSTA, *Dagmar Medella da* — Influência do exercício físico sobre o desenvolvimento mental da criança. *Rio de Janeiro*. 1928. *Oj. Graf. do "O Globo"*. 74 p.

Tese de concurso à Escola Normal do Distrito Federal.

DORIA, *Samphão* — Educação moral e educação econômica. (Bibl. da Educação — Vol. III). *São Paulo*. 1928. *Comp. Melhoramentos de S. Paulo*. 112 p.

Fundamentos e técnica da educação moral e econômica na escola primária.

DRUMOND, *Orosimbo Neto Magalhães* e ROTHE, *Oto* — Resposta ao inquérito da A. B. E. sobre o Ensino Universitário. *Rio de Janeiro*. 1928. (S/Edit.). 9 p.

FIGUEIREDO, *Afonso Celso de Assis* (Visconde de Ouro Preto) — Reformas das Faculdades de Direito. In "Rev. do Inst. Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil". Tomo 103, 1928, pág. 305 a 394.

Plano de reforma.

FRYER, *Margarida* — Da ginástica rítmica e suas modalidades na Educação Física Feminina. *Rio de Janeiro*. 1928. *Tip. América*. 62 p.

Tese para o concurso à cadeira de Educação Física da Escola Normal do Distrito Federal.

GREENEN, *Henrique* — Temperamento e caráter sob o ponto de vista educativo. (Bibl. de Educação — Vol. IV). *São Paulo*. 1928. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 140 p.

O organismo e o caráter; a hereditariedade e o caráter; classificação dos temperamentos.

JINARAJADASA, C. — O professor e a criança. *Rio de Janeiro*. 1928. *Soc. de Teosofia no Brasil*. 16 p.

Conferência sobre a missão social do professor.

JULIO, *Silvio* — Bolívar e a Instrução. *Niterói*. 1928. *Oj. Graf. Esc. Prof. W. Luiz*.

Conferência sobre a atividade de Bolívar na organização e desenvolvimento da instrução pública nos países hispano-americanos.

LEÃO, *A. Carneiro* — Palavras de Fe. *Rio de Janeiro*. 1928. *Livr. Francisco Alves*. 364 p.

Vários trabalhos sobre a Paz pela Escola; orientação pedagógica para torná-la um fator da paz entre os povos e, sobretudo, promover a confraternização continental.

LEITÃO, *Vicente Caminha de Sá* — Considerações sobre o estudo da física. *Rio de Janeiro*. 1928. (S/Edit.). 34 p.

Crítica ao ensino de física nas escolas secundárias e superiores do país.

LIMA, *Mário de (Dr.)* — Ensino religioso nas escolas. *Belo Horizonte*. 1928. *Impr. Oficial*. 12 p.

O ensino religioso e a formação moral.

LOPES, *Antônia Ribeiro de Castro* — Sinótese de Pedagogia e Metodologia Didática. *Campos*. (E. do Rio) 1928. Tip. "A Pena de Bronze". 256 p.

Compêndio para alunos de Escolas Normais.

MORAIS, *Decodato de* — A psicanálise na educação. *Rio de Janeiro*. 1928. *Mendonça-Machado & Cia.* 144 p.

Exposição geral das doutrinas de Freud, com aplicação à educação.

MOSCOSE, *Tabias* — Sobre o problema universitário. *Rio de Janeiro*. 1928. Tip. "A Encadernadora". 31 p.

Resposta a um inquérito da Associação Brasileira de Educação.

ORICO, *Oscaldo* — O melhor meio de divulgar o ensino primário no Brasil. *Rio de Janeiro*. 1928. 137 p.

Monografia apresentada à Academia Brasileira.

PESSOA, *Frota* — Divulgação do ensino primário. *Rio de Janeiro*. 1928. *Livr. Leite Ribeiro*. 65 p.

Memória apresentada à Academia Brasileira de Letras.

PINHEIRO, *João Ribeiro* — Da educação física como fator primordial de brasilidade. *Niterói*. 1928. *Ofs. graf. "Esc. Prof. W. Luiz"*. 20 p.

Estudo sobre a importância da educação física como elemento de cultura cívica.

POWELL, *Roberto Baden* — A educação pelo amor substituindo a educação pelo temor. Trad. de Américo L. Jacobina Lacombe. *Rio de Janeiro*. 1928. *Impr. do "Jornal do Brasil"*. 22 p.

Um sistema de educação voluntária baseada na boa vontade e no serviço mútuo, e sua realização prática pela organização esportiva.

SIMAS, *Humberto* — Ensino primário profissional. *Ribeirão* (Pernambuco). 1928. (S/Edit.). 16 p.

Memória apresentada ao Congresso de Estradas de Rodagem, Instrução e Saúde Pública, reunido em Recife, em janeiro de 1926.

Sousa, *Appio de* — Escola em família. *Recife*. 1928. *Impr. Industrial*. 72 p.

Como iniciar, no lar, o ensino dos conhecimentos mais comuns, ministrados na escola primária.

TEIXEIRA, *Anísio Spinola* — Aspectos americanos de educação. *Rio de Janeiro*. 1928. *Tip. São Francisco*. 166 p.

Fundamentos da educação; aspectos da educação nos Estados Unidos da América do Norte.

TEIXEIRA, *Anísio Spinola* — Instrução Pública do Estado da Bahia. 1928. *Impr. Oficial*. 123. p.

Relatório sobre o ensino público e particular na Bahia, no quadriênio 1924-1928.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 11.º. *Rio de Janeiro*. 1929. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 881 p.

Ensino secundário e superior no período de 1917-1928.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 12.º. *Rio de Janeiro*. 1929. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 650 p.

Ensino primário no período de 1917-1928.

Instrução Pública — Documentos Parlamentares. Volume 13.º. *Rio de Janeiro*. 1929. *Tip. do "Jornal do Comércio"*. 413 p.

Ensino profissional; ensino agrícola; ensino comercial no período de 1917-1927.

TORRES, *Ambrosio* — Metodologia do Ensino de Educação Física. *Rio de Janeiro*. 1928. *Of. Graf. do "O Globo"*. 80 p.

Ginástica pedagógica; ginástica médica; valor social da educação física.

ALVES, *Raul* — Esboço histórico e crítico geral de educação. *Rio de Janeiro*. 1929. *Paulo Pouggetti & Cia.* 190 p.

Estudos de história da educação.

AMARAL, *Inácio M. Azevedo do*, e LAGO, *Mozart* — Teses. (V. Congresso Internacional de Escotismo). *Rio de Janeiro*. 1929. *União dos Escoteiros do Brasil*. 24 p.

Contém: "A Educação Moral e a Eugenia" e "O Lar Adotivo", do 1.º autor indicado; e sistematização de algumas boas ações escoteiras, do 2.º.

BINET, *Alfred* e SIMON, *Th.* — Testes para medida do desenvolvimento da inteligência nas crianças. Trad. de Lourenço Filho. (Bibl. da Educação — Vol. X). *São Paulo*. 1929. *Com. Melhoramentos de São Paulo*. 88 p.

Adaptação brasileira dos testes de Binet-Simon.

CARDIM, *Mário* — A educação física na moderna prática pedagógica. *Rio de*

Janeiro. 1929. *Of. Graf. do "Jornal do Brasil"*. 42 p.

Finalidades da educação física; realizações na Argentina e no Uruguai.

CHAGAS, *Djalma Pinheiro* — Ensino Profissional Agrícola. *Belo Horizonte*. 1929. *Impr. Oficial*. 24 p.

Exposição de motivos com que se apresenta o regulamento que organiza o ensino agrícola-primário no "Instituto João Pinheiro".

DECROLY (Dr.) e MONCHAMP (Mlle.) — Iniciação à atividade intelectual e motora pelos jogos educativos.

Trad. de Nair Pires Ferreira. *Rio de Janeiro*. 1929. *F. Briguet & Cia.* 191 p.

Jogos de cores. Jogos de formas e cores. Distinção de formas e cores. Jogos visuais motores. Jogos motores e motores auditivos. Iniciação aritmética. Noção de tempo. Iniciação à leitura, gramática e linguagem.

DOMINGUES, *Otávio* — A Hereditariedade em face da educação (Bibl. da Educação — Vol. IV). *São Paulo*. 1929. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 168 p.

Exposição das doutrinas e dos conceitos fundamentais sobre a hereditariedade e a genética e suas relações com os processos educativos.

DURKHEIM, *Emile* — Educação e Sociologia. (Trad. de Lourenço Filho, com um estudo da obra por Fauconnet). (Bibl. de Educação — Vol. V). *São Paulo*. 1929. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 116 p.

A criança e a coletividade; papel do Estado na educação; sociologia e pedagogia.

FERRIERE, Ed. — A Lei Biogenética e a Escola Ativa. Trad. de Noemi Silveira. (Bibl. da Educação — Vol. IX). São Paulo. 1929. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 86 p.

Estudos de psicologia aplicada ao ensino.

FONSECA, Corinto — A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais. (Bibl. de Educação — Vol. VIII). São Paulo. 1929. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 146 p.

Estudo sobre os fundamentos fisis-psíquicos dos trabalhos manuais, orientação didática.

FORTES, José Francisco Bias — Educação física nos Reformatórios e Abrigos de Menores. *Belo Horizonte*. 1929. *Impr. Oficial*. 19 p.

Instruções para execução dos programas de educação física no Estado de Minas Gerais.

GOUÉ, E. e Mmc. GOUÉ — Como fazer observar nossos alunos. Trad. de Rita Amilde Rialva. *Rio de Janeiro*. 1929. *F. Briguier & Cia*. 301 p.

Guia das lições da natureza e o melhor método para se chegar à perfeita observação.

Prefeitura do Distrito Federal — Lei e Regulamento do ensino. *Rio de Janeiro*. 1929. *Publ. Oficial da Prefeitura*. 405 p.

Texto dos decretos municipais ns. 3.281, de 31-1-928, 2.940, de 22-11-928 (reforma Fernando de Azevedo).

HAMAIDE, Amélie — O método Decroly. Trad. de Alcina Tavares Guerra. *Rio de Janeiro*. 1929. *F. Briguier & Cia*. 228 p. c/23 fig.

O ponto de vista pedagógico e metodológico: plano de trabalho manual.

KASEFF, Leonil — Uniformização do Ensino Normal. *Niterói*. 1929. *Impr. "Esc. Profs. W. Luiz"*. 17 p.

Tese apresentada à II Conferência Nacional de Educação.

LEÃO, A. Carneiro — O ensino na Capital do Brasil. *Rio de Janeiro*. 1929. 265 p.

Relatório das atividades de reforma do ensino no Distrito Federal.

LEÃO, A. Carneiro — Organização da Educação no Estado de Pernambuco. Recife. 1929. *Impr. Oficial*. 252 p.

Justificação apresentada ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado; lei orgânica estadual; comentários, opiniões de associações e da imprensa.

LEME, Jurandir Paes — O desenho na escola primária. *Rio de Janeiro*. 1929. *S/Edit*. 94 p.

Tese de concurso à cadeira de Desenho na Escola Normal do Distrito Federal.

LESSA, Gustavo — Orientação da Escola Ativa nos Estados Unidos. *Belo Horizonte*. 1929. *Impr. Oficial*. 21 p.

Conferência.

LIMA JUNIOR, Augusto de — D. Bosco e sua arte educativa. *Niterói*. 1929. (*S/Edit*). 60 p.

Estudo sobre a vida e a obra de D. Bosco.

MAGALHÃES, E. Belfort e SARAIVA, S. Luiz — A educação popular no Bra-

sil. *Bahia*. 1929. *Tip. do Comércio*. 104 p.

Educação e instrução; a educação da mulher: a escola; o nosso sistema de educação.

MARANHÃO, Paulo — Escola experimental. *Rio de Janeiro*. 1929. *Ofs. Grafs. do "Jornal do Brasil"*. 110 p.

Coleção de testes pedagógicos e psicológicos, graduados de acôrdo com a seriação dos cursos, para uso das escolas primárias municipais do Distrito Federal.

MARTIN, P. — O ano preparatório dos trabalhos manuais. Trad. de Amanda da Silva Rieva. *Rio de Janeiro*. 1929. "*Impr. J. P. de Melo*". 93 p.

Coleção de trabalhos manuais a serem executados nas escolas primárias.

MÁS, R. Fernandes — Instrução Primária Obrigatória e Democracia. *Rio de Janeiro*. 1929. *Tip. do Patronato*. 24 p.

Tese de concurso à cadeira de "Noções de Direito Público e Privado", da Escola Normal do Distrito Federal.

MIRANDA, J. da Veiga — Educação e Educadores. *São Paulo*. 1929. *Soc. Impr. Paulista*. 271 p.

Artigos e conferências sobre o ensino secundário no Brasil.

MORAIS, Deodato de — Pedagogia Científica. Vitória (E. Santo). 1929. *Diário da Manhã*. 403 p. c/anexos.

Base científica da educação e métodos da escola ativa.

NASCIMENTO, Alba Canizares — A Formação Ética do Professor. *S/L*. 1929. *S/Edit*. 126 p.

Monografia apresentada à 2.^a Conferência Nacional de Educação, reunida em Belo Horizonte.

NASCIMENTO, Alba Canizares — A Iniciação Filosófica do Magistério. *Niterói*. 1929. *Of. Graf. da "Esc. Profs. W. Luiz"*. 82 p.

Conferência.

PROENÇA, Antônio Firmino de — Como se ensina geografia (Bibl. de Educação — Vol. VII) *São Paulo*. 1929. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 104 p.

Bases psicológicas e processos do ensino da geografia na escola primária e secundária.

Problema (o) Brasileiro da Escola secundária — Rio de Janeiro 1929. *S/Edit*. 332 p.

Reuniões de trabalhos de vários autores. Diferentes aspectos por que pode ser encarado o problema do ensino secundário no Brasil.

Programas do Ensino Normal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1929. *Impr. Oficial*. 191 p.

OLIVEIRA, C. A. Barbosa de — Escolas Normais Superiores. *Rio de Janeiro*. 1929. *Tip. Serv. Imp. do M. A.* 17 p.

Tese apresentada à 1.^a Conferência Nacional de Educação, reunida em Curitiba em 1928.

PEREIRA, Heitor — A Escola Ativa. *Rio de Janeiro*. 1929. *Livr. Moura*. 272. p.

Modernas correntes e novos métodos de educação ativa.

Prefeitura do Distrito Federal — Programas dos Institutos e Escolas Profissionais. *Rio de Janeiro*. 1929. *Tip. do "Jornal do Brasil"*. 160 p.

Programa e orientação metodológica.

Programa de Educação Física do Estabelecimento de ensino do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1929. Publ. de P. D. F. 62 p.

Programa para a Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1929. Publ. Of. de P. D. F. 86 p.

RORIZ, J. Sá — Considerações em torno do ensino do desenho. *Rio de Janeiro. 1929. Of. Grf. do "O Globo". 104 p.*

Tese de concurso à cadeira de Desenho da Escola Normal do Distrito Federal.

ALVES, Isaias — Os Testes e a Reorganização Escolar. *Bahia. 1930. "A Nova Gráfica". 256 p.*

Medida da inteligência e resultados de trabalhos escolares.

ANTIPOFF, Helena — Ideais e interesses das crianças de Belo Horizonte e algumas sugestões pedagógicas. *Belo Horizonte. 1930. Publ. de Secr. do Interior de M. G. 46 p.*

Resultados e conclusões de um inquérito realizado pela autora entre 760 crianças de ambos os sexos das escolas de Belo Horizonte.

DEWEY, John — Vida e Educação. Trad. de Anísio Teixeira. (Bibl. de Educação — Vol. XII). *São Paulo 1930. Comp. Melhoramentos de São Paulo. 138 p.*

Tradução de duas monografias. "The Child and The Curriculum" e "Interest and Effort in Education".

DORIA, Antônio de Sampaio — Psicologia. *São Paulo. 1930. Comp. Edít. Nacional. 372 p.*

Lições de psicologia, disciplina a cargo do A., durante quase 16 anos, na Escola Normal de São Paulo.

FARIA, José Caetano de — A Escola simples ou a rotina, e o prurido de inovações. *Rio de Janeiro. 1930. Graf. Sauc. 229 p.*

Crítica à renovação do ensino.

LOURENÇO FILHO — Introdução ao estudo da Escola Nova. (Bibl. de Educação — Vol. XI). *São Paulo. 1930. Comp. Melhoramentos de S. Paulo. 232 p.*

Apresentação dos novos princípios e das novas técnicas de educação. Que se deve entender por escola nova. Os sistemas de educação renovada. Questões gerais de aprovação.

MOREIRA, Antônio de Sousa — Condições psicológicas da aptidão matemática. *Rio de Janeiro. 1930. Tip. do "Jornal do Comércio". 54 p.*

Tese para o concurso de psicologia da Escola Normal do Distrito Federal.

OLIVEIRA, Julio de — A Escola Decroly e a aplicação de seus processos no Estado de Minas Gerais. *Belo Horizonte. 1930. Impr. Oficial. 134 p.*

Exposição da doutrina e prática da pedagogia de Decroly.

RACIOPPI, Vicente de Andrade — O Ensino Primário Moderno. *Belo Horizonte. 1930. Tip. Americana. 24 p.*

Discurso.

RADECKI, Halima — Exame psicológico da criança. *Rio de Janeiro. 1930. Publ. Batista. 152 p.*

Vida intelectual, afetiva e ativa; elaboração de critérios diferenciais; modalidades de aplicação pedagógica.

RANGEL SOBRINHO, Orlando — Educação Física Feminina. *Rio de Ja-*

neiro. 1930. Tip. do Patronato. 180 p.

Necessidade, importância e finalidade da educação física feminina.

SABOIA, Masillon — A criança pré-escolar. *Rio de Janeiro 1936. Canton & Rille. 18 p.*

Conferência.

A EDUCAÇÃO NACIONAL NO MÊS DE MAIO

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

2 — É publicado o Decreto-lei n.º 6.440, de 27-4-44, que dá nova organização ao curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional.

2 — É publicado o Decreto n.º 15.161, de 29-3-44, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio São José, com sede em Fortaleza, no Estado do Ceará.

2 — É publicado o Decreto n.º 15.279, de 4-4-44, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Salesiano N. S. do Carmo, com sede em Belém, no Estado do Pará.

2 — É publicado o Decreto n.º 15.395, de 27-4-44, que aprova o regulamento dos cursos da Biblioteca Nacional.

2 — É publicado o Aviso n.º 1.053, de 28-4-44, do Ministro da Guerra, que dispõe sobre a matrícula de praças na Escola Técnica de Aviação de São Paulo.

2 — É publicado o Aviso n.º 1.054, de 28-4-44, do Ministro da Guerra, que autoriza a criação de um curso para formação de mecânicos de viaturas automóveis, para cabos e soldados, na "Ford Motor Company", em São Paulo.

2 — É publicado o Aviso n.º 1.055, de 28-4-44, do Ministro da Guerra, que declara que a função de monitor nos C. P. O. R. deve ser exercida, indistintamente, por 3.º ou 2.º sargento.

3 — É publicada a Ata de 3-4-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 8.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

3 — São publicadas as instruções aprovadas pelo Ministro da Guerra para a inspeção de saúde dos candidatos à matrícula nos C. P. O. R.

4 — É publicada a Ata de 10-4-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 9.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

5 — É publicado o Decreto n.º 15.174, de 29-3-44, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Belmiro César, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná.

8 — É publicado o Decreto n.º 15.036, de 14-3-44, que dispõe sobre o reconhecimento da Escola Profissional Mista Secundária Dr. Júlio de Mesquita, com sede em Santo André, no Estado de São Paulo, e muda-lhe a denominação para Escola Industrial Júlio de Mesquita.

10 — É publicada a Ata de 17-4-44 do Conselho Nacional de Educação, relativa à 12.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

10 — É publicada a Portaria n.º 6.439, de 9-5-44, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para funcionamento e matrículas nos C.P.O.R. e N.P.O.R.

11 — É publicado o Decreto n.º 15.169, de 29-3-44, que concede reconhecimento,

sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Dom Feliciano, com sede em Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul.

11 — É publicado o Decreto n.º 15.396, de 27-4-44, que autoriza o Ginásio Muniz Freire, com sede em Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, a funcionar como colégio.

11 — É publicada a Ata de 26-4-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 15.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

12 — É publicado o Decreto-lei n.º 6.485, de 10-5-44, que altera a constituição da Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

16 — É publicada a Portaria n.º 194, de 12-4-44, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a inspeção preliminar concedida ao curso propedêutico, da Escola de Comércio do Instituto Batista Americano Brasileiro, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

16 — É publicada a Portaria n.º 198, de 15-4-44, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a inspeção preliminar concedida aos cursos propedêutico e de secretário da Escola Técnica de Comércio Santa Cecília, com sede na capital do Estado de São Paulo.

17 — É publicada a Ata de 22-4-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 16.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

19 — É publicado o Decreto n.º 15.583, de 16-5-44, que concede reconhecimento aos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, da Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, no Estado de São Paulo.

19 — É publicada a Ata de 3-5-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 17.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

20 — É publicado o Decreto n.º 15.108, de 22-3-44, que autoriza o Ginásio Municipal de Ouro Preto, com sede em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como colégio.

20 — É publicada a Ata de 5-5-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 18.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

22 — É publicado o Decreto n.º 15.022, de 13-3-44, que autoriza o Ginásio Progresso, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná, a funcionar como colégio.

22 — É publicado o Decreto n.º 15.497, de 10-5-44, que reconhece os cursos de Operários Rurais, de Capatazes Rurais e de Técnicos Rurais da Escola Técnica de Agricultura do Rio Grande do Sul, da Superintendência do Ensino Profissional.

22 — É publicada a Ata de 10-5-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 20.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

23 — É publicado o Decreto n.º 15.167, de 29-3-44, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio SS. Sacramento, com sede em Maceió, no Estado de Alagoas.

23 — É publicado o Decreto n.º 15.168, de 29-3-44, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio de São José, com sede em Maceió, no Estado de Alagoas.

24 — É publicado o Decreto n.º 15.495, de 9-5-44, que concede equiparação à Escola de Enfermeiras do Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Goiânia, no Estado de Goiás.

24 — É publicada a Ata de 12-5-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 21.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

26 — É publicado o Decreto-lei n.º 6.527, de 24-5-44, que cria, na Prefeitura do Distrito Federal, a Escola Técnica de Assistência Social.

27 — É publicado o Decreto n.º 15.170, de 29-3-44, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio São José, com sede em Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

27 — É publicada a Portaria n.º 277, de 24-5-44, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, que modifica e esclarece os itens I e VIII da Portaria n.º 178, de 15-5-44, sobre frequência às aulas.

30 — É publicado o Decreto n.º 15.496, de 9-5-44, que concede reconhecimento aos cursos de matemática e física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

30 — É publicada a Ata de 15-5-44, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 22.ª sessão da 1.ª reunião ordinária do ano.

30 — É publicada a Portaria n.º 195, de 13-4-44, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a fiscalização prévia concedida ao curso propedêutico da Escola Comercial do Ginásio Ciências e Letras, com sede no Distrito Federal.

30 — É publicada a Portaria n.º 243, de 12-5-44, do Ministro da Educação,

que concede inspeção preliminar ao curso técnico de secretariado da Escola Técnica de Comércio, com sede em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

31 — É publicado o Decreto n.º 15.581, de 16-5-44, que autoriza o funcionamento do Curso Superior de Administração e Finanças da Academia de Comércio de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

31 — É publicado o Aviso n.º 1.410, de 29-5-44, do Ministro da Guerra, que autoriza a 4.ª R. M. a criar Cursos Regionais de Graduados de Fiação e de Especialistas e Artífices (Sargentos, Cabos e Soldados), para todas as armas.

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITÓRIO DO ACRE

3 — É publicado o Decreto-lei n.º 278, de 2-3-44, do Estado do Rio Grande do Norte, que cria a Banda de Música da Escola Profissional do Alecrim, em Natal.

3 — É assinado o Decreto do Governo do Estado de Sergipe que designa um professor para fazer, no Rio de Janeiro, um curso de especialização em Trabalhos Manuais.

3 — É publicado o Decreto-lei n.º 1.137, de 2-5-44, do Estado do Rio de Janeiro, que fixa o valor das bolsas de estudo de que trata o Decreto-lei n.º 468, de 18-4-42.

4 — É publicada a Portaria n.º 152, de 27-5-43, da Diretoria Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que baixa instruções sobre transferência de alunos do curso primário.

4 — É publicado o Decreto n.º 13.966, de 3-5-44, do Estado de São Paulo, que

dá o nome de "Embaixador José Carlos de Macedo Soares" à Biblioteca Pedagógica Central do Departamento de Educação.

4 — É publicado o Decreto n.º 1.987, de 28-4-44, do Estado do Paraná, que dá o nome de Escolas Reunidas "Ebbe Lauro Pospissil" às atuais escolas reunidas que funcionam na Sociedade Protetora dos Operários.

4 — É publicado o Decreto n.º 2.992, de 29-4-44, do Estado de Santa Catarina, que cria duas escolas mistas em Campina da Alegria, no município de Joaçaba.

4 — É publicado o Decreto-lei n.º 548, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que ratifica um convênio celebrado entre o governo do Estado e a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

4 — É publicado o Decreto-lei n.º 549, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que abre um crédito especial para ocorrer a despesas com os vencimentos do pessoal da Escola Profissional Feminina de Santa Maria, pertencente à Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

4 — É publicado o Decreto-lei n.º 550, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que abre um crédito especial destinado à Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", da cidade de Pelotas.

5 — É publicado o Decreto n.º 1.026, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede à Sociedade de Cultura Artística da cidade de Pelotas uma subvenção anual de quinze mil cruzeiros.

5 — É publicado o Decreto n.º 1.027, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede ao Departamento de Educação Física do Estado uma verba de cinquenta mil cruzeiros.

5 — É publicado o Decreto n.º 1.028, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede ao Grupo Escolar "Juvenal Miller" da cidade do Rio Grande, um auxílio de cinco mil cruzeiros.

5 — É publicado o Decreto n.º 1.029, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede à Associação Riograndense de Música um auxílio de mil e quinhentos cruzeiros.

5 — É publicado o Decreto n.º 1.030, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que incorpora ao Grupo Escolar de Aracá a Escola Isolada da Linha "15 de Novembro", ambos no município de Prata.

5 — É publicado o Decreto n.º 1.031, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que incorpora ao Grupo Escolar "José Pena de Moraes" a Escola Isolada de Zona Quartel, ambos no município de Caxias.

5 — É publicado o Decreto h.º 1.032, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que incorpora ao Grupo Escolar de Vacaria, a Escola Isolada de Petrópolis, no mesmo município.

5 — É publicado o Decreto n.º 1.133, de 3-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que incorpora ao Grupo Escolar "Frei Caneca", a Escola Isolada de Travessão "25 de Março", ambos no Município de Flores da Cunha.

6 — É publicado o Decreto n.º 1.760, de 5-5-44, do Estado do Rio de Janeiro, que extingue dois cargos de professores de Latim do ensino Secundário.

7 — É publicado o Decreto-lei n.º 15.518, de 6-5-44, do Estado do Espírito Santo, que abre crédito especial para ocorrer a despesas com obras e equipamentos, cabendo à Secretaria da Educação e Saúde a quantia de Cr\$ 3.635.000,00.

9 — É publicado o Decreto-lei n.º 565, de 8-5-44, do Estado da Paraíba, que abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para construção de um grupo escolar na cidade de Pombal.

9 — É assinada a Portaria n.º 196, da Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, que determina o ensino de religião, em duas horas semanais, nas escolas primárias do Estado e dos Municípios.

9 — É publicado o Decreto n.º 2.991, de 28-4-44, do Estado de Santa Catarina, que aprova as Instruções para o funcionamento das associações auxiliares da escola nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares do Estado.

9 — São criadas, pelo Governo do Estado de Goiás, 10 escolas rurais, no distrito de Xira, e um grupo escolar na localidade de Mossamedes, no município de Goiás.

10 — São assinados os atos do Governo do Estado de Ceará que reúnem em estabelecimentos únicos as escolas de Araçoiava, Cariré e Mauriti.

10 — É baixada a Portaria n.º 132, da Diretoria Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que determina a época das promoções no curso primário.

10 — É publicada a Portaria n.º 374, do Departamento de Educação do Estado da Bahia, que transfere os alunos do sexo masculino que cursam o 3.º e 4.º ano das Escolas Estaduais de Oliveira dos Campinhos, para a Escola Rural dessa localidade, que funcionará em caráter experimental, para base de organização das futuras escolas rurais elementares do Estado.

10 — É publicado o Decreto-lei n.º 1.084, de 9-5-44, do Estado de Minas

Gerais, que cria um grupo escolar na cidade de Matipó.

11 — É publicado o Decreto n.º 1.037, de 11-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que rescinde o convênio firmado entre o Estado e o Ginásio "Imaculada Conceição" de Cachoeira, em 20-12-42, referente ao funcionamento da Escola Normal com o mesmo nome.

12 — É publicado o Decreto n.º 13.975, de 11-5-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Sud Menucci", ao Grupo Escolar de Pôrto Ferreira.

12 — É publicado o Decreto n.º 13.976, de 11-5-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "José Carlos Dias", ao 2.º Grupo Escolar de Casa Verde, na Capital.

12 — É publicado o Decreto n.º 13.977, de 11-5-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Ernesto Monte", ao 5.º Grupo Escolar de Bauri.

12 — É publicado o Decreto n.º 1.039, de 11-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que faz transformar de 2.º para o 1.º estágio o Grupo Escolar da sede de São Lourenço e o Grupo Escolar "Irmãos Andradas", da sede de Canguçu.

13 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro transfere a escola de "Mato das Canoas" para a localidade "Bacaxá", no município de Saquarema, e a dessa localidade para "Rio da Areia", no mesmo município.

13 — É publicado o plano de novas construções escolares, apresentado ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul pelo Secretário de Educação e Cultura desse Estado.

14 — O Secretário de Educação solicita ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul a abertura de um crédito de

quatorze milhões de cruzeiros para a construção de novos prédios escolares.

15 — É assinado o Decreto n.º 226, do Estado de Alagoas, que dá a denominação de Dr. Joaquim Diegues à Escola Normal Rural de Assembléia.

16 — É publicado o Decreto-lei n.º 292, de 13-5-44, do Estado do Rio Grande do Norte, que transfere para o Estado as escolas que até 31 de dezembro de 1943 eram mantidas pelos municípios.

16 — É publicado o Decreto-lei n.º 567, de 15-5-44, do Estado da Paraíba, que abre crédito especial para pagamento da diferença da cota contratual da Escola "Presidente João Pessoa", no corrente exercício.

16 — Pelo Decreto n.º 13.984, do Estado de São Paulo, é dada a denominação de "Cel. Amâncio Bueno" ao grupo escolar de Jaguarí, em Mogi-Mirim.

16 — São criados os seguintes grupos escolares no Estado de São Paulo: Fernão Dias, em Gália; 2.º, de Nova Granada; de Vila Moreira, na Capital; de Cardoso, em Tanabi; de Vila Saiaço, na Capital; N. S. Aparecida, na Capital; de Vila Pires, em Santo André; de Vila Pirituba, na Capital; de Presidente Altino, na Capital; da Estação de Rodovalho, em São Roque.

16 — São criadas 16 classes em grupos escolares do Estado de São Paulo.

16 — São localizadas 12 novas escolas primárias em diversos municípios do Estado de São Paulo.

17 — É aberto o crédito inicial de cem mil cruzeiros para a construção do edifício do Grupo Escolar da cidade de Alagoa Nova (Paraíba).

17 — Por Portaria n.º 214, o Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná divide o município de Curitiba em qua-

tro zonas para distribuição dos serviços de inspeção escolar.

17 — É publicada a Portaria n.º 213, da Diretoria Geral da Educação do Estado do Paraná, que faz nova distribuição das Delegacias de Ensino do Estado.

18 — É publicado o Decreto n.º 15.555, de 17-5-44, do Estado do Espírito Santo, que cria o Curso de Monitores Técnicos Desportivos na Escola Superior de Educação Física e dá outras providências.

18 — É publicado o Decreto-lei n.º 1.089, de 17-5-44, do Estado de Minas Gerais, que cria um grupo escolar em Belo Horizonte.

18 — É publicado o Decreto n.º 2.118, de 17-5-44, do Estado de Minas Gerais, que reconhece como de 2.º grau a Escola Normal "Imaculada Conceição", de Belo Horizonte.

18 — O governo do Estado de Minas Gerais autoriza a construção do edifício do grupo escolar de Inhapim.

18 — É publicado o memorial apresentado ao Interventor Federal pelo Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul sobre a situação das escolas localizadas nas ilhas fronteiras a Pôrto Alegre.

19 — É publicado pelo Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro o estatuto a ser adotado pelos clubes agrícolas dos grupos escolares do Estado.

20 — É assinado o Decreto n.º 788, do Estado de Pernambuco, que dá os nomes de "Clara Camarão" e "Dantas Barreto", respectivamente, aos Grupos Escolares dos municípios de Taquaritinga do Norte e de Paulista.

20 — É publicado o Decreto-lei do governo do Estado do Rio de Janeiro,

que cria sete escolas rurais de ensino primário.

23 — É publicado o Decreto-lei n.º 15.569, de 22-5-44, do Estado do Espírito Santo, que promove ao Padrão D todos os professores do Padrão C.

23 — É publicado o Decreto-lei n.º 15.570, de 22-5-44, do Estado do Espírito Santo, que altera o Regulamento da Escola Superior de Educação Física, baixado com o Decreto n.º 10.330, de 20-3-39.

23 — É publicado o Decreto-lei n.º 1.780, de 22-5-44, do Estado do Rio de Janeiro, que extingue um cargo de regente do ensino de matemática no curso secundário.

24 — É publicada a Resolução n.º 5, de 5-5-44, do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, que expede regimento provisório para a Escola Artesanal Ferreira Viana.

24 — É publicada a Portaria n.º 29, do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, que determina um estágio nos grupos escolares para os professores provisórios.

24 — É publicado o Decreto n.º 447, de 23-5-44, do Estado da Paraíba, que concede subvenção à Escola Normal Rural "São José", da cidade de Sousa.

24 — É publicado o Decreto-lei n.º 13.992, de 23-5-44, do Estado de São Paulo, que cria um curso de especialização agrícola, na Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Pinhal.

24 — É assinado o Decreto-lei n.º 40, do Estado de Goiás, que dispõe sobre o ensino de Puericultura nos cursos normais.

25 — É publicado o Decreto-lei n.º 1.017, do Estado de Santa Catarina, que autoriza a aquisição de terras por doa-

ção, anexas ao Grupo Escolar "Marta Tavares", na vila do Rio Negrinho, município de Serra Alta.

25 — É publicado o Decreto n.º 1.040, de 24-5-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que dá a denominação de "Joaquim Pedro Soares", "Manuel Lucas de Oliveira" e "Seival" aos grupos escolares localizados respectivamente em Estação Rio Negro, Colônia de Rio Negro e Vila Seival, município de Bagé.

26 — São localizadas 78 novas escolas primárias em diferentes municípios do Estado do Ceará.

26 — É publicado o quadro de nomeação de 110 professoras estagiárias classificadas em concurso de ingresso no magistério primário do Estado do Rio Grande do Sul.

27 — É publicado o Decreto-lei n.º 14.002, de 25-5-44, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a criação do curso pré-normal e dá outras providências.

28 — É publicado o Decreto n.º 449, de 27-5-44, do Estado da Paraíba, que transforma em escola noturna mista a escola noturna masculina da cidade de Serraria.

28 — É publicado o ato do governo do Estado do Rio de Janeiro que cassa a subvenção concedida às escolas primárias de "Paraíso", em Santa Maria Madalena; "Cachoeira de Babilônia", em São Sebastião do Alto; "Palmeiras", em Cabo Frio; e "Glória", em Macaé.

30 — O Conselho Administrativo do Estado do Amazonas aprova o projeto de Decreto-lei que abre crédito de sessenta mil cruzeiros como contribuição do Estado à merenda escolar dos grupos da Capital.

30 — É publicado o Decreto-lei n.º 1.153, de 20-5-44, do Estado do Rio de

Janeiro, que cria no Departamento de Saúde, o Curso Intensivo de Higiene e Saúde Pública.

30 — Pelo Decreto-lei n.º 14.009, do Estado de São Paulo, são concedidos auxílios a vários centros acadêmicos de escolas superiores no Estado.

30 — Pelo Decreto n.º 14.012, do Estado de São Paulo, é dado o nome de "Mário Augusto Teixeira de Freitas" à Biblioteca Estadual de Estatística.

31 — É publicado o Decreto-lei n.º 2.937, de 29-5-44, do Estado de Alagoas, que dispõe sobre o ensino religioso nos estabelecimentos de instrução primária do Estado.

31 — É publicado o Decreto n.º 14.011, de 30-5-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Pedro Alexandrino" ao Grupo Escolar de Vila Mazei, na Capital.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

9 — É publicado o Decreto-lei n.º 9, de 31-12-43, da Prefeitura de Bertolínia (Piauí), que ratifica o Convênio de Ensino Primário, firmado entre o Estado e os Municípios.

9 — É publicado o Decreto-lei n.º 1, de 19-2-44, da Prefeitura de Buriti dos Lopes (Piauí), que ratifica o Convênio de Ensino Primário, firmado entre o Estado e os Municípios.

9 — É publicado o Decreto-lei n.º 2, de 8-4-44, da Prefeitura de União (Piauí), que abre o crédito especial de Cr\$ 1.500,00, para assegurar o funcionamento no corrente exercício, da escola municipal Presidente Vargas.

9 — É publicado o Decreto-lei n.º 23, de 21-3-44, da Prefeitura de Marvão (Piauí), que ratifica o Convênio de En-

sino Primário, firmado entre o Estado e os Municípios.

13 — É publicado o Decreto-lei n.º 28, de 20-4-44, da Prefeitura Municipal de Sertanópolis (Paraná), que cria duas escolas primárias localizadas respectivamente nos bairros "Água do Sabão" e "Sete Ilhas", naquele Município.

14 — É publicado o Decreto-lei n.º 144, de 3-5-44, da Prefeitura Municipal de Natal (Rio Grande do Norte), que ratifica o Convênio Estadual do Ensino Primário.

17 — É publicado o Decreto-lei n.º 144, de 3-5-44, da Prefeitura Municipal de Natal (Rio Grande do Norte), que ratifica o Convênio Estadual do Ensino Primário.

17 — É publicado o Decreto-lei n.º 7, de 4-2-44, da Prefeitura de Parnaíba (Piauí), que ratifica o Convênio de Ensino Primário, firmado entre o Estado e os Municípios.

23 — É publicado o Decreto-lei n.º 3, de 27-3-44, da Prefeitura de Periperi (Piauí), que ratifica o Convênio de Ensino Primário, firmado entre o Estado e os Municípios.

26 — É publicado o Decreto-lei n.º 2, de 22-3-44, da Prefeitura Municipal de Assaí (Paraná), que determina a cooperação financeira do município, por subvenção, com as entidades privadas assistenciais ou culturais.

27 — É publicado o Decreto-lei n.º 3, de 14-4-44, da Prefeitura Municipal de Caviuna (Paraná), que regulamenta as subvenções municipais com as entidades privadas assistenciais ou culturais.

28 — É publicado o Decreto-lei n.º 53, de 19-5-44, da Prefeitura Municipal de Itabaiana (Paraíba), que abre crédito

especial de Cr\$ 10.000,00, destinados à conclusão das obras de construção do grupo escolar de Aburá.

29 — É publicado o Decreto-lei n.º 341, de 15-1-44, da Prefeitura Municipal de Palmas (Paraná), que determina a co-operação financeira do município com as entidades privadas, assistenciais ou culturais.

29 — É publicado o Decreto-lei n.º 64, de 16-2-43, da Prefeitura Municipal de Prudentópolis (Paraná), que ratifica o Convenio Estadual do Ensino Primário.

30 — É publicado o Decreto-lei n.º 17, de 18-2-44, da Prefeitura Municipal de Rio Azul (Paraná), que ratifica o Convenio Estadual do Ensino Primário.

30 — A Prefeitura Municipal de Sabinópolis envia ao Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais um projeto de Decreto-lei em que propõe a criação de várias escolas rurais no município.

IV — NOTICIÁRIO

2 — Notícia-se que foi fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Claparède, que se destina à educação de crianças anormais.

2 — Notícia-se que em São José, município de Rosário (Maranhão), foi fundada uma Escola de Alfabetização.

2 — Falece o Professor Alfredo Lira, catedrático da Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte) e presidente da Associação de Professores.

3 — Realizam-se as comemorações do cinquentenário do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

3 — Notícia-se que foi inaugurada a Escola Técnica de Comércio "Lindolfo

Color", mantida pela Federação dos Empregados do Comércio do Estado de São Paulo.

3 — Notícia-se que foram instalados dois patronatos agrícolas, um, anexo à Estação Experimental Rísicola de Gravataí, outro, anexo à Estação de Sericultura de Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul).

3 — Notícia-se que o Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul instalou no Posto de Higiene da cidade de São Leopoldo um pavilhão para tratamento dentário de crianças e de gestantes.

4 — Notícia-se que foi inaugurado um aviário na Escola Normal Rural de Limoeiro (Ceará).

4 — Notícia-se a fundação de mais dez clubes agrícolas em escolas primárias em Pernambuco.

4 — Notícia-se que regressou a Niterói, a primeira "missão cultural", organizada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para percorrer o interior fluminense.

4 — Notícia-se que, no corrente ano, se matricularam 1.303 alunos nas escolas superiores da Universidade de São Paulo.

4 — Notícia-se que a Viação Férrea do Rio Grande do Sul criou 25 cargos para serem exercidos por estudantes de Engenharia do Rio Grande do Sul.

5 — Notícia-se que foi inaugurada a Escola SENAI em Jundiá (São Paulo).

6 — Notícia-se que foram criadas 14 bibliotecas localizadas, respectivamente, nas cidades de Alegre, Anchieta, Baixo Guandu, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Fundão, Guaçu, Guarapari, Ibirapu, Itapoama, Iúna, Mimoso do Sul, Santa Teresa e Serra (Espírito Santo).

6 — É inaugurada uma biblioteca na cidade de Muqui (Espírito Santo).

6 — Notícia-se que a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro abriu curso gratuito para Práticos Rurais.

6 — Notícia-se que foi feita a doação de uma área de 24.200 metros quadrados para construção de um prédio para grupo escolar na Estação de Recreio, município de Piracicaba (São Paulo).

6 — Notícia-se que foi doado um prédio a ser construído na Estação Ana Dias, em Itanhaem (São Paulo) para instalação de um grupo escolar.

7 — Notícia-se que a matrícula nos grupos escolares de Recife (Pernambuco), elevou-se, no corrente ano, a 16.712 alunos.

8 — O Posto n.º 5 da Cruz Vermelha inaugura na Penha (Distrito Federal) uma escola feminina, de ensino doméstico, com capacidade para 120 alunas.

10 — Notícia-se que foram criadas cooperativas escolares em Palmeiras, Mucugê, Jussiape, Andaraí e Lençóis (Bahia).

12 — Falece em Teresina (Piauí) o Dr. Gonçalo Lopes Lima, professor do Colégio Estadual do Piauí.

13 — Notícia-se que os grupos gratuitos mantidos pelos sindicatos de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) contam com uma frequência superior a 1.000 trabalhadores de ambos os sexos.

13 — Notícia-se que foi organizado um curso de emergência para os candidatos ao magistério no Território Nacional de Iguaçu.

14 — A Escola Normal de Recife (Pernambuco) comemora o 80.º aniversário de sua fundação.

14 — Notícia-se que a Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul organizou na capital um curso para os alunos que terminaram a escola primária e desejam ingressar em estabelecimentos de ensino secundário.

15 — Notícia-se que 15.000 crianças foram contempladas com a merenda escolar na Legião Brasileira de Assistência na Paraíba.

15 — Iniciam-se as aulas da 3.ª Turma dos Cursos de Monitores Agrícolas em Juiz de Fora (Minas Gerais).

16 — Notícia-se que o Departamento de Saúde do Estado do Rio de Janeiro adquiriu na Coordenação da Mobilização Econômica 400.000 comprimidos de vitaminas para serem distribuídos entre os escolares dos municípios do interior do Estado.

17 — A Comissão encarregada de fiscalizar e orientar a execução do decreto do governo de São Paulo que dispõe sobre a aplicação de 60 milhões de cruzeiros em prédios escolares no interior do Estado opinou pela construção de 23 grupos escolares em igual número de cidades do mesmo Estado.

18 — Notícia-se que no corrente ano se matricularam nos grupos escolares de Belo Horizonte (Minas Gerais) 30.521 crianças.

18 — Instala-se a Escola Técnica de Ouro Preto (Minas Gerais), anexa à Escola de Minas.

19 — Inaugura-se na Escola 12-9, à Avenida Suburbana (Distrito Federal), um gabinete dentário para os alunos daquele estabelecimento de ensino.

20 — O Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura informa que foram fundadas cooperativas escolares em Jussiape, Abaia, São Félix, Cachoeira, Muritiba e Castro Alves (Bahia).

20 — O Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo dá início ao primeiro curso normal de língua e literatura árabe em universidades brasileiras.

20 — Notícia-se que a Prefeitura Municipal de Soledade obteve do Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul parecer favorável à abertura de crédito especial para a construção de dois prédios escolares.

21 — É comemorado, em Belo Horizonte, o 33.º aniversário da fundação da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais.

23 — É comemorado, no Rio de Janeiro, o cinquentenário de magistério do Prof. Everardo Backheuser.

23 — Notícia-se que o governo do Estado do Rio Grande do Sul criou em Pelotas um grupo escolar que se denominará "Joaquim Ferreira de Melo" em prédio doado pela Diocese.

23 — Notícia-se que o Sr. Alvim Garcia legou, em testamento, ao Estado do Rio Grande do Sul a importância de cem mil cruzeiros para auxílio à construção dos grupos escolares, nas cidades de Jaguarão e Arroio Grande.

24 — Realiza-se, no Palácio Itamarati, a cerimônia de assinatura de um Acôrdo Cultural entre o Brasil e o Canadá.

24 — Realiza-se, no Palácio Itamarati, a cerimônia de assinatura do Acôrdo Cultural entre o Brasil e o Equador.

24 — Divulga-se que o Instituto Nacional do Livro já distribuiu cerca de 300.000 volumes, gratuitamente, em todo o país.

24 — Falece o Professor Carlos Tomaz de Magalhães Gomes, um dos fundadores da Escola de Minas de Ouro Preto.

25 — É organizada uma Cooperativa Escolar na Escola Azevedo Fernandes na cidade de Salvador (Bahia).

26 — Realiza-se na Santa Casa de Misericórdia de Pôrto Alegre (Rio Grande do Sul) a cerimônia de oficialização dos Centros de Estudo com seus Cursos de Aperfeiçoamento.

27 — Notícia-se que uma Embaixada Universitária de alunos da Faculdade de Direito de Recife (Pernambuco) visita o Rio de Janeiro.

28 — Notícia-se que a Diretoria da Estrada de Ferro de Sobral (Ceará) criou 42 escolas de alfabetização para os filhos dos ferroviários, localizadas em diferentes estações da estrada.

28 — Inaugura-se em Guairiba (Ceará) a Escola de Capatazes, educandário rural devido à iniciativa da Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios.

28 — Tem início em Paulista (Pernambuco), a 14.ª Missão Ruralista Escolar.

28 — É inaugurado em Paulista (Pernambuco) o grupo escolar municipal "Dantas Barreto".

29 — Notícia-se que o Interventor Federal em Santa Catarina, assinou decreto que cria a Liga Pró-Língua Nacional, destinada a funcionar em núcleos autônomos em todos os educandários do Estado.

30 — Inaugura-se no Campo Experimental de Guaimbá (Ceará) a Escola de Treinamento para trabalhadores rurais.

30 — O Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência, no município de Bom Conselho (Pernambuco), acaba de fazer distribuição de roupas e material escolar a numerosas crianças pobres.

30 — Notícia-se que foi iniciada em Macapá (Território do Amapá) a construção de um grupo escolar.

31 — O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos faz distribuição de uma publicação sob o título "Despesas dos Estados e do Distrito Federal, com os serviços de educação, no exercício de 1943".

31 — O governo do Estado da Paraíba inicia a reconstrução dos edifícios escolares das vilas de Pírpirtuba e Pedras de Fogo.

31 — Notícia-se que foi fundado em Ilhéus (Bahia) o Curso de Monitores Agrícolas de Água Preta.

INFORMAÇÃO DOS ESTADOS

BAHIA

Cogita o governo do Estado de reorganizar o Departamento de Educação, que, já em 1940, teve os seus serviços muito ampliados. Nesse sentido, solicitou o Diretor Geral do mesmo Departamento sugestões ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

CEARA

Desenvolve-se o cooperativismo nas escolas do Estado. Segundo as últimas informações, estão funcionando 18 pequenas cooperativas, com um total de 2.064 associados. O capital subscrito dessas sociedades é de Cr\$ 3.307,00 e o realizado eleva-se a Cr\$ 2.735,50. O fundo de reserva é de Cr\$ 1.996,50, sendo que as doações feitas em material escolar pelo Departamento de Cooperativismo a 16 dessas cooperativas atingem a cifra de Cr\$ 3.750,30.

Em 1943 as 14 cooperativas escolares existentes àquela época, no Ceará, realizaram um movimento de venda de materiais escolares aos seus 1.170 associados equivalente a Cr\$ 6.307,10. Todo esse material foi adquirido por preços muitas vezes 50% mais barato do que os do mercado comum, do que resultou economia para os pais dos alunos.

Em cooperação com o Departamento Geral de Educação, o Departamento

Estadual de Cooperativismo espera realizar este ano um congresso de cooperativismo escolar.

RIO DE JANEIRO

O governo do Estado decidiu que os primeiros cinquenta alunos, classificados nos exames finais da 5.ª série das escolas públicas fluminenses, farão o curso secundário por conta do Estado. Já este ano, aqueles escolares poderão candidatar-se ao benefício, para o que o diretor do Departamento de Educação expediu aos professores as necessárias instruções.

RIO GRANDE DO SUL

O governo do Estado comissionou as professoras Zoé da Costa Leite e Zenaide Cardoso para realizarem cursos de aperfeiçoamento no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação.

SÃO PAULO

Acham-se funcionando no Estado, no corrente ano, 766 grupos escolares, dos quais 102, na capital de São Paulo, e 664 no interior. Dos estabelecimentos localizados no interior, 560 funcionam na zona urbana; os restantes 104 estão em zona rural ou suburbana.

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

INGLATERRA

O projeto de lei apresentado pelo governo inglês ao Parlamento continua a agitar a opinião. Parece certo, na verdade, que esse projeto constitui a tentativa mais revolucionária que já se verificou na educação inglesa, desde 1870, quando se instaurou o ensino primário obrigatório no país. A idéia central do plano, afirma Sir Fred Clarke, diretor do Instituto de Educação da Universidade de Londres, pode ser resumida numa simples frase: "remoção de obstáculos". E comenta a sua afirmação, explicando: "Atualmente, não vai além de 15 por cento da população escolar inglesa a proporção de crianças que recebem instrução secundária reconhecida como tal. A maioria dessas crianças passam das escolas públicas elementares para a escola secundária, mediante um lugar conquistado em concurso que se realiza para esse fim, por volta dos 11 anos. Outras vão para a escola secundária porque os pais têm meios para pagar a matrícula. Isso se aplica principalmente às crianças que freqüentam as escolas chamadas "independentes", isto é, as que não estão subordinadas à autoridade dos poderes públicos. As restantes, ou seja a vasta maioria do importante grupo de crianças dessa idade, completam a sua educação em escolas ainda classificadas como elementares, terminando normalmente os estudos aos 14 anos. É verdade que, nos últimos anos, tem havido na Inglaterra um grande aumento das chamadas "senior schools", com professores, organização e muitas vezes edifícios especialmente construídos para atender às necessidades de meninos e meninas entre 11 e 14 anos. Muitas dessas escolas estão realizando um tra-

balho admirável e em certos casos original. Em outros países, talvez fossem consideradas como escolas secundárias, mas na Inglaterra são ainda classificadas como escolas elementares e o seu pessoal, os ordenados dos professores e outras condições são ligados na base do ensino elementar. Tudo isso são vestígios do que se pode chamar a era "elementar" da educação inglesa, quando a escola primária não era apenas uma escola destinada ao ensino de elementos, mas também uma escola criada e idealizada pelas autoridades superiores para atender às necessidades dos chamados "proletários pobres". O termo importava, portanto, em sublinhar diferenças de classes e isso muito prejudicou a escola elementar".

A mesma alta autoridade assim resume o sentido das principais diretrizes propostas no projeto da reforma de educação inglesa:

"O projeto visa estender a educação a todos, em três estágios:

a) *Educação primária*, de 5 a 11 anos mais ou menos; deverá ser abandonada a denominação de "elementar" e pouca gente lamentará o desaparecimento desse nome.

b) *Educação secundária*, de 11 anos em diante, até 16 anos. A idade mínima para terminação do curso deverá passar de 14 para 15 anos, logo que seja possível, depois da guerra, e para 16 anos, quando houver facilidades para isso. Tem-se em vista três formas principais de *curriculum*. Em primeiro lugar, um programa acadêmico, idealizado principalmente para os que se destinam às universidades, ou profissões liberais, e que normalmente freqüentarão a escola até a idade de 18

anos pelo menos. Em segundo lugar, um programa técnico, de concepção larga, destinado aos que pretendem ingressar na indústria ou no comércio, como trabalhadores especializados. Muitos desses alunos deixarão a escola aos 16 anos, mas espera-se que não seja essa a regra geral. Em terceiro lugar, haverá um *curriculum* mais geral sem especialização, com oportunidades variadas para a grande massa intermediária.

O primeiro tipo é representado pelas escolas existentes, oficialmente classificadas como secundárias e que passarão a ser conhecidas como Grammar Schools. O segundo tipo existe agora, em proporção infelizmente muito reduzida, nas Escolas Técnicas preparatórias. Estas serão muito aumentadas em número e ampliadas não só quanto à extensão do curso, como à variedade do *curriculum*. O terceiro tipo pode ser comparado às "senior schools", para meninos entre 11 e 14 anos, que serão elevadas à categoria de secundárias, com expansão mais ou menos equivalente à das Escolas Técnicas preparatórias. Esse tipo mais geral passará a ser conhecido como Escola Moderna.

É quase certo que, de acordo com as inclinações inglesas, esses diferentes programas serão postos em prática em escolas separadas, mas com facilidades para transferência de certos alunos de uma para outra. Há, porém, um movimento que vai tomando vulto, principalmente entre o operariado, a favor das grandes escolas "multiformes", para todos os fins, nos moldes norteamericanos. Explicam-se as preferências nesse sentido, não só porque esse tipo de escola facilita a adaptação do *curriculum* às necessidades individuais, como porque tem em vista evitar distorções de classe.

c) Para os que deixam a escola aos 16 anos haverá, depois do estágio secundário, um prolongamento obrigatório da instrução, ocupando parte do tempo dos alunos, até os 18 anos. Sugere-se a freqüência de um dia inteiro por semana, mas é muito provável que o tempo venha a ser aumentado. É também provável que, em alguns casos, a obrigação seja cumprida com a freqüência parcial de uma Escola Técnica, mas esse ponto ainda não foi esclarecido. Para a massa dos alunos deverá ser criada uma Escola da Juventude. O próprio nome indica que não se trata mais de instrução para a infância, nem das condições das "escolas para crianças". Algumas autoridades municipais, a quem caberá o encargo de instalar essas escolas, já estão demonstrando que têm uma concepção larga da forma que deverá tomar o projeto".

BOLÍVIA

Regressou do Rio de Janeiro o professor Guido Villa Gómez, técnico do Instituto de Medidas e Eficiência Escolar de Sucre, e que fora comissionado pelo Governo Boliviano para aperfeiçoar-se, em sua especialidade, no Brasil.

O referido educador realizou estudos, por mais de dez meses, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

COSTA RICA

Em maio último, foi publicado o "Código de Educação" da República de Costa Rica. Contém ele mais de quinhentos artigos divididos em nove livros, ou partes. Num título geral, que serve de introdução a todo o Código, são apresentados os princípios gerais da educação. As diferentes partes tratam, especificadamente da educação

primária, secundária, ensino universitário, educação física, educação especial, educação vocacional, associações de educadores, e extensão cultural.

Na introdução declara-se que "a educação em Costa Rica será democrática em sua essência e em sua orientação geral, em todos seus aspectos e etapas, e adotará, na medida do possível, como base de sua organização e funcionamento, os princípios e práticas da escola nova". Recomenda-se também que "a escola deve ter sempre presente que a educação é processo ativo de crescimento e de expressão, e não passivo, de simples assimilação, razão pela qual deve inspirar-se nas capacidades, tendências e interesses dos educandos"; e que "a escola deve constituir-se como um centro social de cada comunidade".

A escola primária em Costa Rica é gratuita e obrigatória, para as crianças de 7 a 14 anos, não podendo estas ser ocupadas, durante as horas de aula, em qualquer trabalho nas fazendas, casas de comércio, oficinas industriais ou casas particulares. São as seguintes as atividades que constituem o plano de estudos da escola primária: língua espanhola, matemática, geografia e história, estudo da natureza, educação agrícola e industrial, música, desenho, religião, educação física e trabalhos manuais.

O curso secundário tem a duração de cinco anos, e visa ministrar os conhecimentos necessários à vida civil de cada cidadão; desenvolver livremente a personalidade do educando; despertar e firmar suas aptidões e, por fim, fazer sentir sua influência em todas as esferas da vida social.

O plano de estudos do ensino secundário é o seguinte: castelhano, matemática, ciências naturais, física e quí-

mica, inglês, francês, história, geografia e cosmografia, etimologia, educação cívica, psicologia, literatura. Além destas disciplinas, há a prática obrigatória da educação física, o ensino da música, do desenho e de trabalhos manuais.

O ensino superior em Costa Rica está a cargo da Universidade de Costa Rica, que é autônoma, e tem por missão cultivar as ciências, as letras, as belas-artes; difundir os conhecimentos e preparar para as profissões liberais.

O "Código de Educação" prevê a distribuição, pelo governo costarricense, anualmente, de 150 bolsas de estudos a alunos que tenham terminado com distinção o curso primário, e necessitem de recursos para a continuação dos estudos.

ESTADOS UNIDOS

Foi realizada recentemente nos Estados Unidos, pela terceira vez, uma pesquisa organizada nas escolas secundárias do país em busca dos futuros homens e mulheres de ciência. Trata-se de um empreendimento original idealizado pelos Science Club of America, e patrocinado pelo Science Service, uma organização de publicações científicas, e pela Westinghouse Electric Company. Tal como nos dois anos anteriores, os professores das escolas públicas e particulares foram solicitados a inscrever-se no concurso organizado pelo Science Talent Search, a fim de dar oportunidade aos mais bem dotados para um estudo adiantado no campo científico.

Participaram desse concurso 15.000 estudantes, dos quais 3.000 completaram com êxito o Teste de Aptidão Científica, e um ensaio de 1.000 palavras sobre o tema — "Meu Projeto Científico". Além disso, os candidatos

tiveram de apresentar os cadernos referentes ao seu aproveitamento nos estudos escolares.

PARAGUAI

A fim de dar aos serviços educacionais maior desenvolvimento, estuda o Governo Paraguai amplo projeto de reforma do Ministério de Educação, criado em agosto de 1943.

Em conexão com esse plano, acham-se no Rio de Janeiro, para aperfeiçoamento de seus estudos, as professoras Célia Jara Recalde, Maria Adela Garcet e Sperati, Lygia González, Maria Benigna Vidal de Flecha, Adelina Perito, Isidora Ruiz Ovclat, Irmã

Claude, Rosalia Amada Quidiello, Luiza Villasanti, Filomena Crechi, Clotilde Doldan Vera, Mercedes Guerra, e o professor Carlos Aimor Chamorro Parera.

Esses educadores paraguaios estão seguindo cursos, para eles especialmente organizados, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

VENEZUELA

O Ministério da Educação Nacional comissionou o professor Vitor Orozco, diretor do ensino normal rural, para realizar, no Brasil, observações e estudos sobre a educação primária, especialmente das zonas rurais.

BIBLIOGRAFIA

HELOÍSA MARINHO, *A linguagem no pré-escolar*, Rio de Janeiro, 1944. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Bol. n.º 27) XIV — 72 páginas.

Para compreensão psicológica da criança os estudos sobre a aquisição e desenvolvimento da linguagem apresentam especial interesse. Nêles, em consequência, é que numerosas questões de aplicação pedagógica hão de buscar também os elementos para conveniente solução. Tais são, por exemplo, as de orientação para a educação pré-escolar; as do preparo de material para a aprendizagem da leitura; as de adaptação, de textos didáticos ou recreativos, às diferentes idades; e, enfim, as de organização de provas para diagnóstico mental e verificação geral do rendimento do ensino.

Tendo em vista êstes pontos, todos incluídos em seu programa, procurou preparar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos as bases de ampla investigação, que fornecesse dados em relação à criança brasileira. Três pesquisas distintas, mas entre si estreitamente relacionadas, para apoio e controle recíproco, foram lançadas a partir do ano de 1939: uma, tendente a fixar o vocabulário de expressão espontânea, ou simplesmente vocabulário ativo na idade pré-escolar; outra relativa ao vocabulário de compreensão, ou de mero reconhecimento, na

idade escolar inicial; e, enfim, a que pudesse determinar o vocabulário de maior frequência, na leitura comum do adulto de mediana cultura.

Pacientes e continuados esforços viria a exigir êsse trabalho, quer de várias seções técnicas do I.N.E.P., quer da parte de colaboradores voluntários, que à investigação gentilmente se associaram. Para que dêes se possa ter idéia bastará lembrar que a determinação do vocabulário ativo do pré-escolar demandaria a observação direta e individual de numerosas crianças, por alongado período; que o vocabulário de compreensão na idade escolar, para aplicação geral ao ensino primário do país, teria de ser colhido, em população de tôdas as regiões do território nacional, e que a determinação do vocabulário do adulto exigiria a verificação da frequência das palavras, em variadas amostras, que contivessem, pelo menos, meio milhão de vocábulos.

Com êste boletim, começa o I.N.E.P. a dar divulgação aos resultados obtidos, o que se faz pelo estudo do vocabulário ativo da idade pré-escolar. Esta parte do trabalho encontrou o inestimável concurso da Professora HELOÍSA MARINHO, sem o qual não seria possível tão rapidamente concluí-la, nem publicá-la na forma pelo qual agora se apresenta. E' que a ilustre professora vinha acompanhando, há alguns anos, a evolução de uma centena de crianças, na Escola Maternal e no

Jardim de Infância, anexas ao Instituto Técnico do Colégio Bennett, e recolhendo, ainda, observações no Jardim de Infância do Instituto de Educação, do Rio de Janeiro, razão por que pôde acumular farto material de estudo, a maior parte do qual registrado sob princípios da mais apurada técnica. A associação de suas pesquisas ao plano geral da investigação do I.N.E.P. vinha oferecer-lhe oportunidade para mais rápido balanço das observações registradas, como também elementos para seguro controle e discussão dos resultados; de outra parte, permitiria enriquecer êsse plano, nêle incluindo completo ensaio sobre a aquisição e evolução da linguagem, em crianças brasileiras de 1 a 6 anos, estudo que, sem as observações do tipo das já indicadas, não teria maior valor.

A apresentação final que ao trabalho imprimiu a Professora HELOÍSA MARINHO, após entendimento com as seções técnicas daquele órgão do Ministério da Educação, interessadas no conjunto da investigação, pode ser apontada como exemplar. Não se oferecem, nesta monografia, senão observações reais, devidamente comprovadas, num grupo suficientemente numeroso de crianças das várias idades consideradas. Não se perdeu de vista, por outro lado, o conjunto do comportamento da criança, em que o comportamento verbal assinala apenas crescente socialização; excluíram-se, ademais, quaisquer conclusões que não pudessem ter seguro apoio nos fatos, pelo estudo numérico dos resultados. Além do inestimável valor de documentação, êsse estudo demonstra como se devem conduzir pesquisas do mesmo gênero, razão por que é de julgar-se venha servir não só ao seu objetivo principal, como também de estímulo a outros estudiosos da psicologia da criança, em nosso país.

O principal objetivo do trabalho foi a determinação do vocabulário ativo, idade por idade. O método foi o de observar e registrar as manifestações da linguagem espontânea, em jogos e atividades da criança como o desenho e construções, sem intervenção do observador. Resultados estatísticos gerais são apresentados, hem como outros referentes à categoria gramatical das palavras, tempos de verbos e assuntos predominantes da linguagem no pré-escolar. Verificou-se que a criança brasileira possui vocabulário ativo de 60 palavras no 2.º ano de vida; 269, no 3.º; 360, no 4.º; 440, no 5.º; 602, no 6.º; 835, no 7.º. Contadas as flexões das palavras êste resultado cresce para 397 vocábulos no 3.º ano de vida e 1.319 no 7.º ano. Os substantivos são mais numerosos em tôdas as idades (cerca de 50%, em qualquer delas); seguem-se os verbos, com 24%. Os adjetivos crescem de 9 a 20%; os advérbios, de 2 a 8%. Os verbos são empregados a princípio no modo imperativo, (60%) e no indicativo, (40%). Mas o emprego do imperativo reduz-se a 9% depois dos 72 meses, crescendo o indicativo para 88%. O condicional e o subjuntivo apenas é 3% aos 72 meses. Os pronomes da 3.ª pessoa (é de notar que o tratamento com pessoas, no Rio de Janeiro, como na maior parte do país, se faz com a 3.ª pessoa — *você, senhor*) aparecem antes que os demais e se mantêm sempre com alta percentagem (60% aos 72 meses). O pronome da primeira pessoa, nas observações recolhidas, só aparece depois de 25 meses. Os assuntos predominantes do vocabulário, em qualquer das idades observadas, foram *pessoas, a casa e seus objetos, animais, plantas, veículos, alimentos*. Nos capítulos finais são apresentadas observações sobre a linguagem e o sentimento do ritmo. Essas

observações demonstram o caráter ativo da linguagem, que é analisada especialmente no capítulo IV. Listas das palavras referentes a cada ano de vida do pré-escolar são apresentadas, e, assim, também lista final do vocabulário da criança no 7.º ano de vida (72 a 83 meses).

Em prefácio, o diretor do I.N.E.P. apresenta um resumo dos estudos de pesquisadores europeus e americanos sobre a linguagem e salienta a importância do problema no estudo da psicologia da criança.

JUAN MANTOVANI, *La educación y sus tres problemas*, Tucuman, 1943, Universidad Nacional de Tucuman, Argentina, 152 páginas.

Na série "Cadernos de Pedagogia", da Faculdade de Filosofia e Letras, de Tucuman, aparece este belo trabalho do conhecido educador argentino, professor das Universidades de Buenos Aires e de La Plata, e cuja obra se caracteriza por uma marcada tendência idealista. A educação, diz ele, é *idéia e realidade*. Para ser exata, deve encontrar seus elementos normativos no ser original, e no ser, que se desenvolve. O desenvolvimento deve levar o homem à sua natureza ideal. Entre esses dois polos, portanto, é que se movem, todas as influências educativas dignas desse nome. O saber pedagógico estará integrado por dados "reais" e fins "ideais". Resultam daí três problemas: o problema prévio, ou o da *idéia do homem*; o problema essencial, ou da *idéia da finalidade*; e o problema derivado, ou o da *idéia dos meios*. De seu exame, decorre o esquema da estrutura da ciência pedagógica no seu mais amplo sentido, com estas três partes: antropologia filosófica; teologia educativa e metodologia didática.

"A ciência pedagógica, observa Mantovani, encontra-se hoje em franca revisão crítica. Novas concepções de vida humana advertem a pedagogia continuamente da necessidade de renovação. Ademais, em nossa época, ela não pode ser estranha às dores e à expectativa angustiada do mundo, estremecido pelo maior conflito da história. Ainda que a pedagogia sofra terrivelmente, com as incertezas contemporâneas, ela deverá evitar que a presente crise de cultura e o drama do homem conduzam suas doutrinas e meios de ação para outros ideais e outras direções que não sejam aqueles que exaltem os mais altos valores da existência, e assegurem os princípios espirituais da personalidade. Dentro dessa concepção caberão outros objetivos convergentes, exigidos pela vida social e individual. Mas a educação deverá prosseguir em seus esforços para desenvolver as forças criadoras do homem e o seu amor pela liberdade, essência da vida".

DR. JULIO C. PRETTO, *El desarrollo somatométrico de los escolares en Lima*, Lima-Peru, Extracto dela Revista de Ciências, n.º 430, año XLI, Universidade Mayor de San Marcos. 46 páginas.

Estudo estatístico realizado no Gabinete Bioantropométrico de Saúde Escolar, da Faculdade de Ciências da referida Universidade. Refere-se a medições praticadas, em 200 alunos das escolas da capital do Peru de raça mestiça, com predomínio de sangue indígena, entre as idades de 6 a 12 anos. Para cada grupo de idade, determinaram-se a média dos resultados obtidos, o desvio padrão e os limites de variação, além de outros índices destinados à verificação da normalidade das medições. Quanto à estatura total, apre-

sentavam as mencionadas crianças de 6 anos a média de 108,2 cm; as de 9 anos, 123,9 cm; e as de 12 anos, 138,3 cm. As variações extremas encontradas foram, respectivamente: 97-119; 115-137; 122-149. Quanto ao peso, os resultados médios aos 6 anos eram de 19,2; aos 9 anos, de 25,7; e, aos 12, de 42,8 k. Em quadros anexos, são cotejados os resultados obtidos com os dados constantes de investigações em outros países. — L. F.

Leis do ensino primário, prefácio do professor Fernando Segismundo, Rio, 1944, Graf. Sto. Antônio, 208 páginas.

Este volume contém os últimos decretos expedidos pela Prefeitura do Distrito Federal, referentes à reorganização do ensino primário na capital da República e, bem assim, a Resolução da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da mesma Prefeitura, que adota os programas de ensino organizados pelo seu Departamento de Educação Primária.

Em prefácio, o técnico de educação Sr. Fernando Segismundo resume o histórico do ensino no Distrito Federal, e aprecia a reforma consubstanciada no decreto n.º 7.718, de 5 de fevereiro do corrente ano. "A reorganização de agora, diz o prefácio, elaborada sob as contingências criadas pelo conflito mundial e na aurora de um novo mundo, reflete a indissolúvel necessidade da hora presente: a integração da escola ao trabalho. É, neste ponto, uma reforma à altura dos acontecimentos e da realidade nacional, e o será, sobretudo, se bem cumprida por todos a quem cabe a magna tarefa de executá-la, sabido que não basta elaborar planos, mas efetua-los sem transigências nem comodismos — quando realmente bons".

Índice alfabético dos principais assuntos tratados na legislação transcrita completa o trabalho, destinado, como se esclarece, "ao magistério, aos técnicos de educação e aos candidatos a concursos".

ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS

UNIVERSIDADE, ESCOLA DE MESTRES

Sobre o papel da Universidade, na formação do professorado, escreve Fr. Sebastião Tauzin, O. P.:

"A função da Universidade é das mais importantes para um país. A Universidade é o "órgão transmissor" da ciência superior. É a Escola de mestres. Assim como o filho vem a ser um dia, por sua vez, pai de família, assim também, na Universidade, o estudante passa de discípulo a mestre, tornando-se apto para exercer uma verdadeira paternidade intelectual.

Poderiam teoricamente os livros e laboratórios habilitar os universitários a essa função isoladamente. Mas o moço, mesmo nessa idade, não tem ainda toda a capacidade de absorção e toda a experiência que está a exigir o autodidatismo. E o professor de Universidade tem a missão de tornar os livros acessíveis, assimilados. Acostumado ao nível, à mentalidade dos alunos, a seu grau de conhecimento, a suas falhas e mesmo à sua linguagem, ensina a escolher, a interpretar. Estabelece a comunicação entre as fontes do conhecimento e as inteligências receptivas, e acrescenta pelo ensino oral todo esse cabedal de experiência pessoal, de já visto, de vida, que torna insubstituível o magistério.

A Universidade é ainda o "órgão regulador" da ciência e da formação in-

telectual. Regula de cima toda a distribuição da ciência e da formação intelectual no ensino secundário, e finalmente no primário.

O nível dos ginásios e colégios depende do nível do professorado a que ele se dedica, como bem viu o Ministro da Educação ao exigir dos professores os diplomas de licenciados.

A competência do professor secundário, por sua vez, reflete o valor das Faculdades onde se formou.

Notemos aliás, de passagem, que a sua condição social deveria merecer maior consideração. Não se veja mais nele, como é costume em certas regiões, uma espécie de fracassado, que não podendo ser engenheiro, médico, nem advogado, resolveu, para salvar do naufrágio total suas migalhas de conhecimentos, abraçar a carreira do magistério.

Não é um fracassado; é um apóstolo, e sua condição social, se bem que geralmente menos retribuída do que as outras profissões liberais, não lhes é inferior, sendo seus sacrifícios geralmente maiores.

E se isso é verdade, formar um professor para o ensino secundário, como é principal finalidade das Faculdades de Filosofia, é uma missão sagrada, e o trabalho repercutirá... e a semente se multiplicará e dará 50 por um, 100 por um, 1.000 por um e muito mais ainda" ("O Diário", Belo Horizonte).

APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS

Nenhuma administração escolar, consciente de suas altas responsabilidades, pode descuidar do problema do aperfeiçoamento dos professores primários em exercício. Todo mundo sabe que, após sua formatura, os mestres entram em função possuindo um cabedal de conhecimentos tidos como os mais recentes da época em que se diplomam. Acontece que, tanto a psicologia, como a didática, ciência e arte em contínua evolução, se renovam de ano para ano, como conseqüência de experimentações e de estudos dos centros de pesquisas educacionais, ou de meras tentativas de professores em suas próprias escolas. Ora, o docente primário, ocupado e preocupado com as obrigações de sua aula e percebendo, via de regra, vencimentos modestíssimos, não está em condições de acompanhar, pela leitura de livros ou de revistas especializadas, a evolução didática e psicológica do seu tempo, pois que as reuniões pedagógicas mensais (recentemente regulamentadas pelo Departamento de Educação) são insuficientes para tal fim, servindo apenas de oportunidade para que cada professor primário desenvolva, uma vez por mês, um dos temas propostos.

A necessidade de manter o professorado em dia com as conquistas da psicologia e da didática não escapou, todavia, à esclarecida visão de alguns dos nossos antigos e modernos administradores escolares.

Assim é que, em 1907, o Diretor do Ensino da época, Prof. Lourenço Rodrigues, em discurso transcrito no anuário de ensino, refere-se aos cursos de férias dos professores norte-americanos. E textualmente afirmava: "O professorando, ao deixar a Escola Normal, para entrar na vida prática, está arriscado a cair no empirismo e na

rotina, pela carência de instituições onde possa reforçar e ampliar seu preparo técnico e profissional".

Embora na Consolidação das Leis do Ensino de 1912 se fale num curso superior anexo à Escola Normal da Capital (destinado a formar lentes de ginásios e escolas normais), só se encontram referências, na documentação oficial que possuímos, a respeito da vantagem de aperfeiçoamento dos mestres primários, por volta de 1917, no relatório apresentado ao Dr. Oscar Rodrigues Alves, pelo Dr. Oscar Thompson, donde extraímos o seguinte período:

"A falta desse instituto (a Escola Normal Superior a que se referia em carta o Prof. Hugo Pizzoli) para ministrar aos professores instrução mais elevada tem dado lugar a que eles procurem as Academias, desviando de parte sua atividade intelectual de assuntos pedagógicos. Isto, diminuindo sua ação no terreno educacional, é um mal para o progresso do nosso aparelho pedagógico. A criação, pois, do instituto normal superior, além de satisfazer ao desejo daqueles professores, dando-lhes melhor preparo, os encaminhará para posições mais elevadas, conservando-os, portanto, no magistério".

Em 1920, por ocasião da reforma Sampaio Dória, surge, em lei e no respectivo regulamento, a Faculdade de Educação, "instituto de aperfeiçoamento pedagógico e cultura geral" no qual poderiam matricular-se os que houvessem concluído o curso normal ou ginásial. O diploma da Faculdade, preceituava a lei, daria preferência aos seus portadores, para a nomeação de delegados regionais do ensino, inspetores escolares, diretores de escolas normais e diretores de grupos escolares.

Infelizmente, para a cultura pedagógica nacional e para o professorado paulista, a Faculdade de Educação não

chegou a instalar-se e apenas continuou a figurar em mais outra lei e outro regulamento, até 1928. E, assim, o sonho de uma escola superior de educação teve existência legal e não real...

Só em 1931, na direção do Prof. Lourenço Filho, é que se concretiza a idéia. Criou-se, então, anexo ao Instituto Pedagógico, (em que se convertera a Escola Normal da Capital) o Curso de Aperfeiçoamento que se instalou e, desde logo, começou a funcionar. Nêle poderiam ingressar diplomados pelas escolas normais do Estado e candidatos portadores de certificado ginasial. Os formados, pelo Curso de Aperfeiçoamento, teriam preferência para a nomeação de delegados regionais do ensino, inspetores escolares, diretores de grupo escolar e professores de escolas isoladas da Capital, sem concurso. A preferência, fixada em lei, ao que nos parece, nunca foi respeitada, no que se refere à nomeação para altos cargos administrativos.

Convertido o Instituto Pedagógico em Instituto de Educação, em 1933, na direção do Dr. Fernando de Azevedo, ao lado de vários outros, continuaram a existir "cursos de aperfeiçoamento para membros efetivos do magistério". Ao fundar-se, em 25 de janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo, o Instituto de Educação dela participa, pela sua Escola de Formação de Professores e pelo curso de formação pedagógica destinado aos licenciados pela Faculdade de Filosofia. Os cursos para mestres primários em exercício (de aperfeiçoamento e administradores escolares), porém, mantiveram-se ainda na qualidade de "cursos extraordinários".

No ano de 1936, já na administração do Prof. Almeida Júnior, paralelamente aos cursos extraordinários do Instituto de Educação, puderam os professores primários ingressar nas diversas seções

da Faculdade de Filosofia, em virtude de ato do Secretário da Educação pelo qual foram comissionados, com vencimentos integrais, junto àquela escola superior, 33 membros do magistério primário.

Em junho de 1938, quando diretor do Ensino o Prof. Álvares Cruz, o Instituto de Educação, praticamente, se funde com a Faculdade de Filosofia, pela transformação do curso de formação pedagógica em Seção de Educação. E a formação de professores primários passa a ser feita pela Escola Normal Modelo, hoje Escola "Caetano de Campos". WALTHER BARIANI ("O Estado de São Paulo").

EVASÃO ESCOLAR

Um dos mais sérios problemas de ordem pedagógica a enfrentar na América do Sul é o da deserção escolar.

Nem tôdas as crianças inscritas no começo dos cursos continuam até o fim do ano e muitas não permanecem na escola o tempo necessário à aquisição de instrução elementar indispensável, como mínimo de saber, ao homem que tem de viver na época presente.

A causa essencial desse fenômeno, assinalam os estudiosos da matéria, reside em que a criança desde idade muito tenra se converte em elemento economicamente ativo da família, por esta obrigada a abandonar a escola a fim de ajudar a adquirir recursos para a manutenção, ingressando nas oficinas ou nos labores agrícolas.

Em recente estudo, publicado pelo Conselho Nacional de Educação da Argentina, relativo ao ano de 1938, verifica-se que de 563.333 alunos inscritos ali no 1.º grau da escola elementar, apenas 334.700 chegaram ao 2.º grau e somente 11% atingiram o último grau.

Quanto ao Brasil, o problema se apresenta em termos ainda mais graves.

A TUBERCULOSE E O ESTUDANTE

Um jornal desta capital publicou muito recentemente uma entrevista que lhe fôra concedida pelo Prof. Samuel Libânio, diretor do Serviço Nacional de Tuberculose, sobre certos aspectos desta moléstia, entre os estudantes. É este um assunto de especial interesse e ao qual não podemos deixar de fazer referência nesse nosso comentário do mês. Uma fundação como a Casa do Estudante do Brasil, já com alguma experiência de trabalho de assistência social, poderá prestar alguns depoimentos sobre o assunto. Infelizmente não nos foi ainda possível, dentro das condições atuais, desenvolver um intenso trabalho no terreno da medicina social, como é nosso objetivo futuro.

Vejam, antes, no entanto, algumas declarações prestadas pelo diretor do Serviço Nacional de Tuberculose. "Recentemente, no 5º Congresso Pan-Americano de Tuberculose, realizado na República Argentina, quando se discutiu a incidência da tuberculose nos grupos sociais, apresentou-se a oportunidade de se examinar o coeficiente de infecção tuberculosa na idade escolar, em vários países do nosso Continente. Como reafirmação da importância do problema, convém lembrar que na própria capital argentina o índice da infecção tuberculosa entre os escolares variou de 53% a 75% na zona central e atingiu a 32% na área suburbana. Nos meios escolares de Lima, no Peru, apurou-se 60% entre estudantes de 6 a 16 anos. Em Cuba, os escolares de 6 a 14 anos de idade forneceram a mais elevada percentagem, isto é, um índice de tuberculose-infecção, variando de 62, 83% a 7,02%". Isto quanto a alguns países da América Latina, que servem para ilustrar a importância do problema.

O próprio Presidente Getúlio Vargas, em um dos seus documentos públicos, afirmou que de 1.000 brasileiros em condições de receber instrução elementar, 513 não se inscrevem nas escolas, 110 se matriculam mas não frequentam os cursos, 179 ficam no 1.º ano, 85 chegam ao segundo, 84 vão um pouco além, somente, 30 adquirem integralmente a instrução elementar comum, mesmo assim em condições de grande desigualdade de aproveitamento e de evidente deficiência quanto à profundidade do ensino adquirido, cuja duração não excede, na média, mais de três anos, com as reconhecidas falhas e deficiências pedagógicas.

Um dos nossos melhores estudiosos dos problemas educacionais do Brasil, o Sr. Teixeira de Freitas, já escreveu a respeito um trabalho impressionante pelos algarismos revelados e pelos dados apresentados e expostos. A sua conclusão foi a de que não bastava ouvir os números; era preciso compreendê-los.

E acrescentava que compreender os números impõe que se tenha um sentido de vida e de ação com triplice alcance político.

Primeiro, o de apreender-lhes as revelações, conseguindo-se por essa forma "idéias claras" sobre a situação e o "conhecimento", em todos os seus termos e consequências, dos problemas a resolver.

Segundo, o de depreender as diretrizes que as relações numéricas sugerem, a fim de articulá-las em um plano orgânico, totalitário mas flexível, que oriente a ação construtiva necessária.

Terceiro, o de empreender denodadamente, com pertinácia, vigilância e agilidade, o esforço construtivo que a situação caracterizada exige e que as diretrizes assentadas viabilizarão certamente, de antemão bem estudadas e cautelosamente conduzidas. — ("A Manhã", Rio).

Em relação ao Brasil, diz o professor Samuel Libanio: "Em inquérito realizado num internato desta cidade, abrangendo 251 indivíduos, o índice de infecção tuberculosa foi o seguinte: 51,42% para 35 crianças em idade pré-escolar; 64,8% para 142 escolares; 80 a 85% para 53 adolescentes e domésticos, e, finalmente, 100% para 21 alunas-enfermeiras. Em 68 alunas, de 15 a 19 anos, 63 mostraram-se tuberculino-positivas".

Fêz ainda o professor Samuel Libanio algumas observações a respeito, destacando a importância do problema e os métodos a serem empregados em favor da sua extinção. O trabalho que se tem a realizar neste sentido é realmente notável, não só pela pesquisa dos focos de tuberculose, como pelas medidas que deverão ser aplicadas no combate à propagação da moléstia.

Cremos, no entanto, que uma das medidas essenciais neste sentido é o desenvolvimento da assistência social ao estudante, não só médica como econômica. Muitos casos de estudantes que contraíram a moléstia se devem às suas dificuldades materiais de vida e à falta de conforto e higiene no local de residência, agravada pela má alimentação. No ano passado, por exemplo, a Casa do Estudante do Brasil registrou em seu serviço de assistência dois casos desta ordem. Em ambos, procuramos atender aos estudantes, enfermos sem o saber, encaminhando-os para sanatórios. (*Boletim da Casa do Estudante do Brasil*, n.º 6).

INSTRUÇÃO E TRABALHO

Uma das finalidades fundamentais da escola primária moderna é a integração da criança no seio da coletividade, não como elemento amorfo e passivo, mas como fator vivo e dinâmico de pro-

gresso social e econômico. Isto significa que a tarefa educativa da escola elementar não cessa quando a criança termina o curso. Cumpre-lhe, ao contrário, sempre que possível, velar pelo destino do seu ex-aluno, ligando-o espiritualmente ao ambiente escolar e tudo fazendo, na medida dos seus recursos, para ajudá-lo a se tornar um elemento útil a si mesmo e à comunhão social.

Nos grandes centros urbanos, onde as condições de vida são árduas e difíceis, o obstáculo maior que a criança pobre tem de enfrentar, ao sair da escola, é o da procura de trabalho. Sem experiência social, sem profissão definida e, muitas vezes, sem família, a criança luta com as maiores dificuldades para lograr uma colocação satisfatória, já do ponto de vista econômico, já do ponto de vista técnico educativo.

Daí a necessidade de ser organizado, nos sistemas escolares públicos, um serviço especial, destinado a encaminhar a criança pobre para o trabalho post-escolar. É que, em geral, raras são as crianças, nas grandes cidades, que possuem condições e recursos para continuar os estudos numa escola técnica ou secundária. A necessidade da própria subsistência ou do auxílio à família surge de maneira imperiosa e inelutável, logo à saída dos bancos escolares.

Na Capital da República, onde o nível econômico e social da maioria da população escolar é ainda bastante precário e onde as crianças terminam o curso primário, geralmente, dos 13 aos 16 anos, o problema se apresenta de maneira insistente e imperativa. Anualmente, são inúmeras as crianças que, premidas pelas circunstâncias econômicas, procuram a direção das escolas ou o Departamento de Educação Primária, pedindo auxílio para conse-

guirem um emprego no comércio ou na indústria.

Eis porque a Prefeitura do Distrito Federal, encarando o problema pelo seu lado prático, resolveu criar, na Secretaria Geral de Educação e Cultura, um *Sector de Encaminhamento ao Trabalho*, destinado a auxiliar os alunos pobres, que terminam o curso primário, a conquistarem uma colocação condigna. Com essa iniciativa, a administração pública atende, não só a uma solicitação urgente do nosso meio social, como também à nova orientação do ensino primário, cujos objetivos básicos são, atualmente, a integração da infância na prática do trabalho e o estudo dos problemas econômicos do país.

Criado recentemente, o referido Sector vem realizando um amplo e minucioso inquérito sobre a situação do mercado de trabalho no Distrito Federal e das possibilidades de emprego bem remunerado para as crianças das nossas escolas. Nesse sentido, vem promovendo a sua articulação com todos os centros industriais e comerciais desta cidade, visando encaminhar para os mesmos, de acordo com suas tendências e capacidades, os ex-alunos pobres que precisam de emprego imediato.

No dia em que se concluir esse inquérito e se ultimar essa articulação, poderá a Secretaria Geral de Educação e Cultura realizar uma tarefa da mais alta relevância social e econômica, qual a de completar a ação educativa de suas escolas primárias, encaminhando, quer para as escolas técnicas, quer para o trabalho bem remunerado, os ex-alunos pobres que tenham revelado aptidões excepcionais ou necessidades imperiosas de assistência econômica.

Não resta dúvida, que o ensino está passando por um período de intenso desenvolvimento, pondo em execução

iniciativas que falam com eloquência de uma mudança de rumo, orientada por técnica segura e eficiente. (*Jornal do Brasil*, Rio).

EVERARDO BACKHEUSER

Comemorou este ano seu jubileu de professor o Dr. Everardo Backheuser, cuja vida e cuja inteligência têm sido consagradas à alta cultura e ao ensino.

Nasceu ele em Niterói a 23 de maio de 1879.

Fêz os estudos primários num Colégio particular em Santa Rosa; os secundários no Externato do Colégio Pedro II, de 1890 a 1896. Matriculou-se na Politécnica do Rio, em 1897; diplomou-se como engenheiro geógrafo em 1899; civil em 1901; bacharel em ciências físicas e matemáticas em 1901; doutor em ciências físicas e naturais em 1913, — prêmio Gomes' Jardim.

Foi professor no Pedro II e Escola Normal de Niterói, professor do Curso Superior de Geografia da Sociedade de Geografia do Rio em 1926, professor de Pedagogia no Instituto Católico em 1933. Fêz uma viagem de estudos pedagógicos, na Alemanha, em 1928, foi fundador da Confederação Católica Brasileira de Educação em 1933; fundou e dirigiu o Boletim de Professores Católicos (1931) e a Revista Brasileira de Pedagogia (1934). É membro da Academia Fluminense de Ciências e Artes Educativas (1936) e da Academia de Ciências de Educação, do Rio (1935). É fundador da Academia Brasileira de Ciências: vice-presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, secretário da Missão de Expansão Econômica em Paris (1908). Foi deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio, em duas legislaturas.

É grande propagandista do "Esperanto".

São os seguintes os seus postos honoríficos internacionais: Membro do Comité Lingüístico, com sede em Paris, da Academia Internacional Esperantista; membro honorário da Sociedade de Geografia e Estatística de Francfort sobre o Meno; membro correspondente da Sociedade de Geografia de Berlim. No Brasil, é membro honorário dos Institutos Históricos e Geográficos, do Pará, do Ceará, do Espírito Santo. Tomou parte em Congressos Internacionais: do Frio, em Paris (1908); de Estradas de Rodagem em Paris (1908); do Quarto Congresso de Esperanto, em Dresden (1908); de Geografia, em Berlim (1928).

Entre outros trabalhos escreveu: "Os Cristais, Fatos e Hipóteses"; "Sambaquis do Distrito Federal"; "Teoria dos Magmas Telúricos"; "A faixa litorânea do Brasil Meridional"; "Contribuição para a geologia do Distrito Federal"; "A Escola Ativa nos Centros Urbanos"; "Problemas do Brasil"; "A Aritmética na Escola Nova"; "Técnica da Pedagogia Moderna"; "Os fatores da unidade nacional".

São êsses alguns dos numerosíssimos títulos que credenciam o professor Backheuser, como um dos vultos mais ilustres do magistério brasileiro ("A Manhã", Rio).

A CAMPANHA DO LIVRO NO BRASIL

Como parte da obra imensa de combate ao obscurantismo que ainda se arrasta por tantos trechos vastos do território nacional, a difusão das bibliotecas é, sem dúvida, dos empreendimentos mais necessários e aptos a

produzirem melhores frutos. Lêm excessivamente pouco, ainda, os brasileiros. Se concorre para isso, em primeiro lugar, êsse pungente fator — o analfabetismo — é certo que também faltava uma campanha de preparação da mentalidade patricia para o amor aos livros, campanha longa, de resultados lentos, mas de utilidade indiscutível e patriótica.

Em linhas gerais, pôsto que isso nem sempre seja dito com agrado de todos, o livro pouco circula além das capitais. Há determinadas cidades onde ele penetra com certo prestígio merecedor até de pesquisa, porque parece indicar, num panorama geral de relativa indiferença, núcleos valiosos de inquietação intelectual, bem mais dignos, por vezes, de sorte melhor que a de permanecerem segregados dos grandes centros, pela falta de intercâmbio mais intenso dos homens que cuidam com desvelo das coisas do pensamento, nos diferentes lugares do território nacional.

Se entretanto, na maioria das cidades menores o livro ainda não é mercadoria de primeira necessidade, para o que, aliás, contribui profundamente o preço elevado a que vai chegando, nas zonas de campanha êsse desinterêsse mais sensível, a ponto de se surpreenderem, freqüentemente, situações verdadeiramente dolorosas.

O Instituto Nacional do Livro vem fazendo, nesse sentido — não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o país, que é federal o seu âmbito e o Rio de Janeiro a sua sede — um trabalho digno de nota. A política de promover a fundação de bibliotecas encontrou nêle um executor valioso, aceitamos que nem sempre primando pela escolha dos temas de mais interêsse popular — até porque êstes serão procurados pelos editôres privados e

o poder público tem o dever de divulgar certas obras raras ou pouco apreciadas pela generalidade, mas de valor histórico, filológico, folclórico ou científico precioso — mas perseverando no propósito de erguer bibliotecas, de fazer pequenas localidades sentirem o orgulho de ter a sua Casa do Livro, de aumentar o número dos leitores brasileiros. Acudindo com auxílio pronto e valioso a toda iniciativa de fundar bibliotecas é um incentivo constante, mercê do qual se têm multiplicado no país os estabelecimentos do gênero.

Há que imprimir, entretanto, aos cursos de alfabetização um cunho de apêgo aos livros, para que não se considere o aluno, mal deixa os bancos escolares, desobrigado de quaisquer leituras, nem se mostre de uma indiferença contristadora a qualquer preocupação de ler. Nada pesa tanto sobre o destino dos grandes escritores nacionais como a afirmação de ser a nossa língua o túmulo dos talentos; e nada acabaria mais depressa com êsse deplorável conceito do que a multiplicação do número de leitores brasileiros. (*Correio do Povo*, Pôrto Alegre).

O ANALFABETISMO, CALAMIDADE PÚBLICA

Os jornais divulgaram há pouco o movimento que se esboça no território fluminense pela alfabetização extensiva dos seus habitantes. É, que se saiba, a primeira vez que um tal movimento, com todos os característicos de salvação pública, recebe o concurso da gente letrada em geral. Jornalistas, médicos, advogados, dentistas, estudantes, quem quer que tenha instrução média ou superior, todos se prontificaram a colaborar com as autoridades do ensino fluminense, tomando a si o encargo de ministrar as primeiras letras a tur-

mas de analfabetos. Parece que os fluminenses, agindo dessa forma, teriam percebido, antes dos brasileiros de outros Estados, o que verdadeiramente ha de grave no analfabetismo. Um homem sem instrução, no mundo de hoje, quando os atos da vida privada e pública, ainda os mais insignificantes, exigem conhecimentos especializados, é um infeliz. E sua desdita, de incomparável amargura, só pode ser avaliada se considerarmos que hoje em dia, para ocupar o emprêgo mais elementar, numa grande cidade, é exigido o diploma de grupo escolar. Um analfabeto, no tumulto das modernas Babéis, compara-se ao cego e surdo-mudo. É um pobre diabo. Tudo lhe parecerá obscuro, não saberá orientar-se em nenhuma direção, tateará pelas esquinas, pedindo a êste uma informação, rogando aêquele que leia o papel que leva, escrito por outrem, contendo certas indicações para não se extraviar no labirinto das ruas, avenidas e praças.

Ora, toda vez que desaba sobre uma cidade, ou região, qualquer calamidade geral, incêndio, tempestade ou enchente, logo se estabelece um amplo sentimento de solidariedade. O socialista francês Charles Vildrac observa isto muito bem, numa linda página, notando o caráter relativo das calamidade coletivas. Muito mais agudas são as calamidades que atingem a um só indivíduo, particularmente. Na cidade invadida pelas águas de um grande rio, a parte da população não afetada protege, dispensa todo socorro ao seu alcance a parte prejudicada. Logo se generaliza o espírito de reciprocidade, o egoísmo como que cessa momentaneamente, até que tudo se normalize e possa cada qual retornar às atividades ordinárias.

Se assim é, os fluminenses estão agindo como se o analfabetismo, na sua terra, fôsse uma espécie de cheia

calamitosa. Consideram os analfabetos como criaturas sem teto, como seres atirados ao mais negro infortúnio, necessitados, portanto, de pronto-socorro. A questão oferece outro aspecto para o qual é preciso solicitar a atenção de todos os indivíduos, mas muito especialmente da classe intelectual. Sendo o móvel das mais belas ações humanas o instinto de autodefesa, ou o egoísmo, como queiram, tudo indica que trabalhando pela extinção do analfabetismo estaremos lutando em proveito próprio. Numa sociedade onde todos sabem ler e escrever, a vida se torna bem mais

amável do que numa sociedade onde apenas uma infima minoria desfruta esse como que privilégio. A começa, por nós, os que vivemos da pena, só a difusão do alfabeto poderá criar-nos um ambiente propício. Os jornalistas, escritores, poetas, sociólogos devem figurar, pois, na vanguarda de tal movimento.

Quanto maior o número de alfabetizados maior será o consumo de papel impresso, sob as mais variadas formas — livros, jornais e revistas (“ESTADO DE MINAS”, Belo Horizonte).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 6.660 — DE 5 DE JULHO DE 1944 (publicado no “D. O.” de 7-7-944)

Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180.º da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º Aos ocupantes efetivos de cargos de Professor Cateдрático, padrões L e M, e de Professor, padrão L, será concedida uma gratificação de magistério. Esta gratificação será de Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais, ou de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscientos cruzeiros) anuais, conforme o funcionário contar mais de dez ou mais de vinte anos de efetivo exercício no magistério”.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS,
Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N.º 6.679 — DE 13 DE JULHO DE 1944 (publicado no “D. O.” de 15-7-944)

Dispõe sobre os exames de licença do ensino secundário e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os exames de licença clássica e de licença científica, relativos ao corrente ano escolar, serão processados nos próprios colégios federais, equiparados e reconhecidos.

Art. 2.º O Ministro da Educação, por meio de instruções, regulará as condições e o processo dos exames de licença, relativas ao corrente ano escolar, e bem assim dos concursos de habilitação para matrículas nos estabelecimentos de ensino superior no ano de 1945.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS,
Gustavo Capanema.

DECRETO N.º 15.898 — DE 22 DE JUNHO DE 1944 (publicado no "D. O." de 28-6-944)

Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e o Chile, firmado em Santiago do Chile, a 18 de novembro de 1941

O Presidente da República, tendo ratificado, a 18 de agosto de 1943, o Convênio Cultural entre o Brasil e o Chile, firmado em Santiago do Chile, a 18 de novembro de 1941; e

Havendo sido trocados os respectivos instrumentos de ratificação na cidade do Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1943,

Decreta que o referido Convênio, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Oswaldo Aranha.

Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, foi concluído e assinado, pelos respectivos Plenipotenciários, em Santiago, a 18 de novembro de 1941, o Convênio de Intercâmbio Cultural, do teor seguinte:

CONVÊNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL E O CHILE

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Chile, animados do desejo de intensificar o intercâmbio cultural entre os dois países;

convencidos da grande utilidade recíproca que há no melhor conhecimento da ciência, das letras e das artes;

certos de que contribuem para aproximação espiritual entre os seus povos facilitando mutuamente a comprovação dos progressos feitos em todos os domínios da inteligência, do saber e da interpretação artística;

confiando em que essa troca de afirmações de cultura concorrerá para a justa e sincera compreensão entre Universidades, Institutos científicos, Academias e homens de pensamento, assim solicitados para empenhar os seus esforços em proveito da causa da amizade, cooperação e paz que ambos os Governos defendem e valorizam;

pensando em adotar tipos de entendimento entre aqueles organismos intelectuais que possam de futuro generalizar-se no continente em forma duma colaboração ativa das respectivas culturas a serviço do seu desenvolvimento, e da perfeição do espírito americano;

e tendo em vista os tradicionais laços de estima e interesse que unem brasileiros e chilenos;

aproveitando a oportunidade da visita que faz ao Chile o Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Resolveram celebrar um Convênio destinado a tais objetivos, e para este efeito nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e

O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República em exercício do Poder Executivo, Sua Excelência o Senhor Juan Bautista Rossetti, Ministro das Relações Exteriores do Chile,

Os quais, depois de terem exibido reciprocamente os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

As Universidades, Academias, Institutos ou outras entidades culturais, científicas, literárias e artísticas de um e outro país promoverão por todos os meios ao seu alcance a aproximação e o intercâmbio cultural recíprocos, procurando especialmente estimular e auxiliar a realização de viagens de seus dirigentes, professores e associados, com o propósito de darem cursos ou conferências segundo programas oportunamente combinados entre os respectivos Ministérios de Educação ou por seu intermédio, inspirados nos sentimentos ideais do presente Convênio.

ARTIGO II

Cada uma das Altas Partes Contratantes concederá anualmente dez bolsas para estudantes de cursos superiores ou profissionais brasileiros ou chilenos, enviados de um a outro país para prosseguirem ou aperfeiçoarem seus estudos, consignando para o efeito verbas próprias e facilitando as matrículas e inscrições nos estabelecimentos de ensino preferidos, independentemente das respectivas prescrições regulamentares.

ARTIGO III

No Rio de Janeiro e em Santiago, inicialmente, e em outros centros culturais em seguida, haverá, com o amparo dos Governos contratantes, uma cátedra de extensão universitária de História e Literatura Chilena ou Brasileira, em caráter permanente, a ser regida por professores designados reciprocamente, correndo as despesas de viagem e o custeio do curso por conta dos respectivos Governos. Na ausên-

cia desses professores comissionados, e para que não haja interrupção de trabalhos docentes, desempenharão provisoriamente aquelas cátedras pessoas de alto saber providas pelos Ministérios de Educação ou pelas próprias Universidades.

ARTIGO IV

As Altas Partes Contratantes convencionam auxiliar a publicação, na sua língua nacional, de uma série de livros ou bibliotecas de autores brasileiros ou chilenos, de modo a melhor divulgar, num e noutro país, as obras primas de sua literatura, dando preferência à História e às biografias dos grandes vultos, de acordo com uma lista desses livros que lhes será mutuamente submetida.

ARTIGO V

Ambos os Governos darão o seu inteiro apoio aos Institutos de Cultura já existentes para organizar e dirigir esse intercâmbio intelectual e, quanto possível, farão deles órgãos de consulta e deliberação para a regular observância e pontual cumprimento deste Convênio.

ARTIGO VI

Providenciarão as Altas Partes Contratantes para que na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e em Santiago, e, sucessivamente, nas demais grandes bibliotecas públicas, haja uma seção bibliográfica chilena ou brasileira, quanto possível completa e atualizada mediante uma intensiva troca de livros e informações, e exposições periódicas sob os auspícios dos Institutos referidos no Artigo precedente.

ARTIGO VII

Ambos os Governos contratantes empregarão os seus melhores esforços em obter a difusão dos informes cul-

turais de interesse recíproco e a intensificação do intercâmbio de produções intelectuais, adotando, entre outras iniciativas, o sistema de periódicas Exposições do Livro brasileiro ou chileno.

ARTIGO VIII

O presente Convênio será ratificado depois de preenchidas as formalidades legais em uso em cada um dos dois países, e entrará em vigor noventa dias após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se no mais breve prazo possível.

Cada uma das Partes Contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento, mas seus efeitos só cessarão um ano depois da denúncia.

DECRETO N.º 11.299 — DE 13 DE JANEIRO DE 1943 (publicado no "D. O." DE 15-7-944)

Dispõe sobre a equiparação da Escola Industrial Henrique Lage

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, e nos termos do art. 60 da lei orgânica do ensino industrial, decreta:

Art. 1.º E' concedida equiparação à Escola Profissional Henrique Lage, mantida e administrada pelo Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói.

Art. 2.º O estabelecimento de ensino industrial de que trata o artigo anterior passa a denominar-se Escola Industrial Henrique Lage.

Art. 3.º A equiparação concedida pelo presente Decreto é limitada aos seguintes cursos de formação profissional:

- I. Ensino industrial básico:
 1. Curso de fundição.
 2. Curso de serralheria.

3. Curso de calderaria.
 4. Curso de mecânica de máquinas.
 5. Curso de mecânica de precisão.
 6. Curso de mecânica de automóveis.
 7. Curso de mecânica de aviação.
 8. Curso de máquina e instalações elétricas.
 9. Curso de aparelhos elétricos e telecomunicações.
 10. Curso de marcenaria.
 11. Curso de tipografia e encadernação.
- II. Ensino de mestria:
1. Curso de mestria de fundição.
 2. Curso de mestria de serralheria.
 3. Curso de mestria de calderaria.
 4. Curso de mestria de mecânica de máquinas.
 5. Curso de mestria de mecânica de precisão.
 6. Curso de mestria de mecânica de automóveis.
 7. Curso de mestria de mecânica de aviação.
 8. Curso de mestria de máquinas e instalações elétricas.
 9. Curso de mestria de aparelhos elétricos e telecomunicações.
 10. Curso de mestria de marcenaria.
 11. Curso de mestria de tipografia e encadernação.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.